

ÍCARO TRINDADE CARVALHO

**O QUILOMBO DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS: ENTRE
O PROCESSO DE RECONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO
CULTURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

ÍCARO TRINDADE CARVALHO

**O QUILOMBO DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS: ENTRE
O PROCESSO DE RECONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO
CULTURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de junho de 2009.

Prof^a. Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coorientadora)

Prof^o José Benedito Pinho
(Coorientador)

Prof^a. Nora Beatriz Presno Amodeo

Prof^o Jonas Marçal de Queiroz

Prof^a. Sheila Maria Doula
(Orientadora)

Dedico meu trabalho àqueles a quem devo o que sou e tudo o que tenho, meu pai e minha mãe. Dedico também ao meu irmão e à sua esposa Juliane, que sempre me ajudaram. E ao mais novo membro da família, meu afilhado, Ivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, fonte de fortaleza e de amizade. À minha família, não menos importante, que, sem sombras de dúvidas, e deixou que minha vida seguisse seu curso e sempre me apoiou independentemente dos obstáculos enfrentados.

A minha orientadora, Sheila Maria Doula, que com seu carisma de DIVA não deixou de me ajudar nas horas em que precisei e, o fez com muito glamour, amizade e carinho. Obrigado sempre, DIVA.

A MALOCA, que merece aqui uma atenção especial, pois sem ela não sei se sobreviveria a Viçosa novamente. Agradeço, em especial a João Paulo e Rafael – somente eles sabem que passamos nestes dois anos de mestrado.

Aos coorientadores, Ana Louise e Pinho, por terem aceitado esta empreitada tão árdua, e mesmo com tanto trabalho, não deixaram de colaborar com meu trabalho.

Aos demais professores do DER, sem os quais eu não poderia estar escrevendo este agradecimento; em especial a Marcelo Miná Dias, amigo e companheiro, pelos conselhos sempre dados a mim nas horas necessárias.

Não poderia deixar de falar de pessoas ícones do DER, como Carminha, que com dedicação sempre me “agüentou”; Cida, Helena e Rosângela, sempre me ajudando na BBT setorial; Pablo e Dáfini, sempre dispostos a me dar não só as informações necessárias, mas também carinho e atenção. Além, claro, de Tedinha, Luisa e Seu Antônio, os quais, mesmo em silêncio, notavam quando estávamos precisando de um sorriso e de um ombro amigo.

Aos amigos do mestrado, juntamente com os quais, por força do destino, fui admitido na pós-graduação. Cada um com sua singular afetuosidade, recebam meu abraço e meu carinho. Também seus maridos, esposas, namorados e namoradas de meus companheiros, pelos momentos juntos e alegres. Em especial, aos que se tornaram meus amigos mais próximos e que sempre estiveram ao meu lado para tudo; em especial, Michelli e Simone, sem elas

minha vida de mestrando seria incompleta.

Aos amigos que sempre estiveram presentes, mesmo que à distância, Lílian, Lieda e Marconde, Conceição, Marcelo, Toquinha e Cia., Se São, Ed., Tia Fá, Tio Clayton, Tia Lú, Jussara, Lute, Marilane. Em especial à Amélia, que, além de me fazer colocar as letras no lugar, me colocava no meu lugar, sempre me ajudando e me acompanhando, desde as primeiras letrinhas. Obrigado, amiga.

Àqueles mais que presentes, Debi, amiga, companheira, legal; Juju, coração, que sempre esteve ao meu lado, com seu jeitinho de Vale do Jequitinhonha; a Tiago Galinari, mesmo chegando um pouco atrasado não deixou de oferecer carinho e amizade. Thomé, pelas caminhadas juntos.

Aos parentes que sempre me ajudaram Tia Bete, Fernanda, Dinho, Luciane e as meninas.

No trabalho de campo, Nelma, que foi meu anjo da guarda, ofertando-me casa, comida, lanches e bilhetinhos, com muito carinho e estima. Ela foi, sem dúvida, fundamental para que meu trabalho se concluísse. Ao povo da casinha (Lado, Mirinha, Celinho, Márcia, Lúcia) que me deu pouso e ajuda sempre. Silvia em especial, por todo carinho. Lembranças de todas as farras no noturno, nas descobertas. Sentirei falta de todos. Aos entrevistados, meu muito obrigado.

Aos membros da banca, que prontamente aceitaram fazer parte dela: Jonas Marçal de Queiroz, que desde meus primeiros anos de UFV já me apoiava, e à professora que com carinho aceitou participar da banca e colaborar com a defesa e o trabalho como um todo, Nora Beatriz Presno Amodeo. Por fim, agradeço à Universidade Federal de Viçosa (UFV) e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

OBRIGADO!

BIOGRAFIA

Ícaro Trindade Carvalho, filho de Maria de Lourdes Carvalho e Biraci Trindade de Carvalho, nasceu em 11 de maio de 1981, no município de Alvinópolis-MG.

Cursou Ensino Fundamental na rede pública, estudando os três primeiros anos na Escola Estadual Dona Edithe Vasconcelos Cotta, os quatro anos seguintes foram cursados na Escola Estadual “Monsenhor Bicalho” e os últimos anos do ensino fundamental e o ensino médio foram cursados na Escola Estadual “Professor Cândido Gomes”.

Em 2001, iniciou o curso de História no Departamento de Artes e Humanidades pela Universidade Federal de Viçosa – MG, onde graduou-se em Licenciatura plena em julho de 2004 e, em janeiro de 2005, bacharelou-se.

Foi funcionário público por dois anos. Um deles, como professor designado na rede estadual, na Escola Estadual “Desembargador Barcelos Corrêa” e o outro, como professor efetivo, também na rede estadual, na Escola Estadual “Professor Cândido Gomes”.

Em março de 2007, ingressou no Programa de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural na Universidade Federal de Viçosa-MG.

Atualmente, é professor da Educação Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria Municipal de Educação de Alvinópolis e trabalha, voluntariamente, em parceria com Instituto Estadual de Floresta (IEF) em trabalhos sócio-ambientais com comunidades rurais em Alvinópolis; além de participar do grupo de estudos de políticas públicas culturais PAIOL, coordenado pela professora Sheila Maria Doula.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE MAPAS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
1. Introdução.....	01
2. Quilombo em debate.....	09
2.1 História do conceito.....	11
2.2 Historiografia	13
2.2.1 Historiografia Tradicional (política e economicista).....	14
2.2.2 Historiografia Cultural	18
2.2.3 História/Antropologia – conceito de memória	23
2.3 Antropologia: comunidade negra e trabalho de campo.....	27
2.4 Novas etnias.....	31
3. QUILOMBO: discussões jurídicas e políticas públicas	38
3.1 Histórico Constitucional.....	38
3.2 Políticas Públicas: a busca de uma explicação.....	41
3.3 Projetos, ações e programas: um parecer.....	43
3.3.1 Programa Brasil Quilombola.....	44
3.3.2 Plano Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural (PNTER).....	45
3.3.3 Ações Afirmativas.....	47
3.4 Política pública “remanescente de quilombo”	50
3.4.1 Âmbito Nacional.....	50
3.4.2 Âmbito estadual.....	57
3.4.3 Santo Antônio dos Pinheiros Altos: políticas públicas e o seu reconhecimento....	59
4 Cultura, Identidade e Reconhecimento	66
4.1 Duas histórias, duas origens, várias vidas.....	66

4.2	De onde eu falo: uma visão geográfica	75
4.3	A observação participante.....	78
4.3.1	Visita exploratória.....	79
4.3.2	Recomendação das Almas.....	89
4.3.3	Partida de Futebol.....	95
4.3.4	Festa de Santo Antônio.....	100
4.3.5	Entrevistas: dificuldades e facilidades diante da questão racial	107
4.3.6	Projeto da Escola.....	109
4.4	Processo de Reconhecimento.....	121
4.4.1	Reunião da EMATER.....	122
4.4.2	Conteúdo do processo.....	124
4.4.3	Dia do recebimento do Processo.....	129
5.	Análises de dados: a fala do outro.....	134
5.1.	Entrevistas temáticas: fonte de pesquisa.....	134
5.2	Os mediadores sociais	137
5.3	Os moradores.....	143
6.	Considerações Finais.....	154
7.	Referências Bibliográficas.....	162
8.	Apêndices.....	169
9.	Anexos.....	172

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

FCP - Fundação Cultural Palmares

MinC - Ministério da Cultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira Silva

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

USP - Universidade de São Paulo

ONG - Organizações Não Governamentais

SEPPIR - Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ACOBOART - Associação de Cozinha e Bordado e Artesanato da Comunidade do Quilombo

ITER-MG - Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Paiol original onde os alunos da Comunidade de Santo Antônio tinham aula antes de ganharem o espaço para construir a escola.....	72
Figura 2 - Espaço cedido por Dona Kita para que fossem construídos a escola e posto de saúde.....	72
Figura 3 - Espaço cedido por Dona Kita para que fossem construídos a escola e posto de saúde.....	73
Figura 4 - Dona Kita na porta de sua casa despedindo-se após entrevista.....	73
Figura 5 - Vista das casas da comunidade.....	83/84
Figura 6 - Vista parcial da comunidade.....	84
Figura 7 - Posto de saúde da comunidade.....	87
Figura 8 – “Casinha”.....	88
Figura 9 - Recomendação das Almas, os homens rodando o besouro.....	93
Figura 10 - Recomendação das Almas, os homens rodando o besouro e tocando o violão. Já as mulheres estavam cantando.....	93/94
Figura 11 - Antes da partida de futebol.....	97
Figura 12 - Partida de Futebol.....	97
Figura 13 – Início da partida, ato de comemoração.....	98
Figura 14 - Festa de Santo Antônio, mãe ensinando filha pedir e tocar na imagem do santo.....	101
Figura 15 - Na cozinha da igreja, festa após a celebração.....	102
Figura 16 - Na cozinha da igreja, após a celebração.....	102
Figura 17 - Barraquinha do lado de fora da igreja venda de comidas e bebidas	

típicas.....	103
Figura 18 - Bandeira da escola, escolhida por todos em uma eleição escolar.....	113
Figura 19 - Brinquedos confeccionados pelos alunos.....	115
Figura 20 - Dança com cantiga de roda.....	116
Figura 21 - Dança com cantiga de roda.....	116
Figura 22 - Mesa de exposição dos alimentos feitos pela própria comunidade.....	117
Figura 23 - Mesa de exposição dos alimentos feitos pela própria comunidade.....	117
Figura 24 - Alimentos selecionados e desenhados pelos alunos, todos conhecidos pelos alunos.....	118
Figura 25 - Folia de Reis no pátio da escola, diversão para os mais velhos.....	120
Figura 26 - Mirinha, pedindo um relato de Seu Zé Elias sobre a existência da Folia de Reis em Santo Antônio.....	120
Figura 27 - Folia de Reis.....	121
Figura 28 – Fotocópia do Processo de reconhecimento enviada à Fundação Cultural Palmares por Marcos Estevam (EMATER).....	126/127
Figura 29 - Foto da placa referente à certificação quilombola.....	130
Figura 30 - Discurso do secretário de educação representando o prefeito, no dia da entrega da placa de autorreconhecimento.....	131
Figura 31 - Dança do Balaio, realizada pelas moradoras da comunidade.....	131
Figura 32 - Foto do cachimbo da bisavó de Dona Inês, feito de barro.....	151
Figura 33 - Foto do da lamparina da bisavó de Dona Inês, feita de ferro.....	151
Figura 34 – Foto dos entrevistados, Terezinha Ciriaca, Lado, Dona Inês.....	211

Figura 35 – Foto dos entrevistados, Maria Virgem Félix Claudino, Maria Félix Nicássio e Lurdes Virgem Félix Teixeira	211
Figura 36 – Foto dos entrevistados, Neuza Félix Nicássio, Luis Helvécio, Magá, Nelma, Tiazinha, Marcos da EMATER.....	212

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa retirado do site http://piranga.googlepages.com/guia.pdf , em 10 de março de 2009.....	68
Mapa 2 - Mapa feito pela EMATER – Piranga.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela com os principais eventos nacionais dando o contexto para a criação das normas referentes ao processo de reconhecimentos quilombola.....	53a 56
Tabela 2 – Número de comunidades quilombolas cadastradas pela Fundação Cultural Palmares em Minas Gerais, 2007.....	79
Tabela 3 – Número de comunidades quilombolas com processo para titular suas terras de acordo com o art. 68 do ADCT no INCRA de Minas Gerais, 2007.....	79
Tabela 4 - Informações obtidas através do Marcos da EMATER em Piranga.....	82
Tabela 5 – Número de comunidades quilombolas de Minas Gerais que possuem esgoto, 2006.....	85
Tabela 6 – Número de comunidades quilombolas de Minas Gerais que possuem energia elétrica, 2006.....	85
Tabela 7 – Número de comunidades quilombolas de Minas Gerais que possuem telefone público, 2006.....	85
Tabela 8 – Número de comunidade quilombolas de Minas Gerais com posto de saúde, 2006.....	86
Tabela 9 - Número de comunidade quilombolas de Minas Gerais com correios, 2006.....	87
Tabela 10 – Número de comunidades quilombolas que festejam a folias-de-reis em Minas Gerais.....	89
Tabela 11 - Informações sobre os moradores entrevistados.....	144

RESUMO

CARVALHO, Ícaro Trindade, M.Sc., **O Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos: entre o processo de reconhecimento e a construção cultural**, junho de 2009. Orientadora: Sheila Maria Doula, Co-Orientadores: Ana Louise de Carvalho e José Benedito Pinho.

Este estudo procurou identificar e descrever os elementos culturais que foram priorizados pela comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos – Piranga MG, na identificação, reconhecimento e titulação da comunidade citada remanescente de quilombo. Como objetivo geral buscou-se descrever e analisar os processos de construção da identidade quilombola na comunidade de Santo Antonio, a partir das determinações do processo de reconhecimento pelos órgãos públicos. A fundamentação teórica ancorou-se nos autores da historiografia cultural, da antropologia social e econômica, bem como nos textos jurídicos e normativos desta política pública. A metodologia consistiu em análises bibliográficas e documentais; além de um trabalho de campo composto pela observação participante e pela entrevista temática. Entre março e novembro de 2008, foram realizadas as primeiras observações e coleta de dados e em agosto foi realizada a segunda etapa do trabalho de campo com a realização de vinte e quatro (24) entrevistas temáticas. Dessa forma, acredito que esta dissertação, após compreender este processo e os elementos culturais e também a política de reconhecimento quilombola envolvida, poderá lançar luz sobre um cenário nacional, bem como sobre questões ainda pouco debatidas, principalmente sob a ótica da extensão rural.

ABSTRACT

CARVALHO, Ícaro Trindade, M.Sc., **The Quilombo of Santo Antônio de Pinheiros Altos: between the recognition process and the cultural construction**, junho de 2009. Advisor: Sheila Maria Doula, Co-advisors: Ana Louise de Carvalho and José Benedito Pinho.

This study tried to identify and describe the cultural elements that were prioritized by community of Santo Antônio of Pinheiros Altos – Piranga – M.G. for its identification, recognition and title as remaining community of “Quilombo”. Our general objective was to describe and analyze the processes of the construction of identity of Quilombola community in the community of Santo Antônio, starting from the determinations of the recognition process by public organs. Its theoretical idea was based in authors of the cultural historiography, social and economical anthropology, as well as in the juridical and normative texts of this public policy. The methodology consisted of bibliographical and document analyses, besides a field of work composed by participant observation and thematic interview. From March to November 2008 the first observations and data collection were accomplished and in August the second stage of field of work was done with the accomplishment of twenty-four thematic interviews. Thus, we believe in this dissertation, after understanding the process and the cultural elements and also the policy of “quilombola” recognition involved, might open dialogue in a national scenery, as well as on issues still little discussed, mainly under the optics of the rural extension.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, tornou visível vários temas (ARRUTI, 1997; ALMEIDA, 2002; O'DWYE, 2002) que passaram então a ser debatidos de forma mais ampla pela sociedade. Um deles, o Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) dispunha que “*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos*”¹. Mediante a essa promulgação, o conceito de “quilombo”, quase sempre analisado sob um viés historiográfico, passou a ser redesenhado para o presente não só por historiadores, mas também antropólogos, extensionistas rurais, entre outros pesquisadores de várias áreas.

A partir daí, desenvolveu-se no Brasil uma política de certificação da identidade quilombola. Esta certificação é feita pela Fundação Cultural Palmares (FCP) órgão público vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), criado e institucionalizado pela Lei nº. 7.688, de 22 de agosto de 1988. Ele atua nas “*áreas de etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes dos quilombos e na preservação e difusão do patrimônio cultural e imaterial afro-brasileiro*”².

Todavia, vale ressaltar que entre 1988 e 2000 existe um hiato ao que se refere às leis, decretos de cunho social para os quilombos por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois esta política esteve quase ausente, com medidas tomadas timidamente no que se refere aos remanescentes de quilombo.

Em 2007, a Fundação Cultural Palmares (FCP) baixou a Portaria número 98³, estabelecendo ser ela a responsável por emitir o título de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo e por criar critérios para esta

¹ BRASIL. Constituição Brasileira. Disponível em http://www.cpis.org.br/htm/leis/conheca_quilombos_fed.htm. Acessado em 13 mai. 2008.

² Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>. Acessado em 04 de jun. de 2008.

³ Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/portaria98.pdf>. Acessado em 04 de jun. de 2008.

certificação. Dependendo do caso, a fundação pode realizar visita técnica à comunidade no intuito de esclarecer possíveis dúvidas.

Os critérios elaborados pela Fundação são propostos da seguinte forma: poderão ser reconhecidos “os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.”⁴ Podemos perceber que este critério está mais ligado ao autorreconhecimento e à auto-identificação em um viés étnico (WEBER; 2004; LEWIS-MAYBURY; 1985 e BARTH; 2000) que exclusivamente a fatores históricos ou dados comprovados por documentos oficiais e resquícios arqueológicos.

Dessa forma, as classificações de localidades como sendo terras destinadas à reparação de erros do passado implica em uma série de conflitos de representação, de identificação, de titulação, entre outros.

Como dito, o pedido para o reconhecimento é feito mediante “auto-identificação”, o que pode ocasionar alguns questionamentos. Estes questionamentos podem ser pensados por pontos distintos; de um lado, as pessoas se identificam como sendo “descendentes de escravos” para que sejam atendidas por programas governamentais; de outro lado, há comunidades que cultivam positivamente a ancestralidade negra e as heranças culturais africanas, buscando outras formas de afirmação social que não apenas políticas públicas compensatórias; finalmente, há um grupo de comunidades classificadas como “remanescente quilombola” por agentes externos, sem que haja, no entanto, o autorreconhecimento como tal por parte de seus integrantes.

Estes questionamentos na certificação tornam-se maiores quando se trata da demarcação, titulação e certificação territorial. A identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁴ Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/portaria98.pdf>. Acessado em 04 de jun. de 2008.

Corroborando com a FCP, o INCRA regulamenta na Instrução Normativa 49 os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação e afirma que leva em consideração para esse processo os “grupos étnico-raciais”, também segundo critérios de auto-definição⁵.

Vê-se assim, uma ligação entre o reconhecimento identitário e as questões fundiárias no Brasil. É nesse debate, que a figura do extensionista, como mediador, se torna muito importante, sendo ele responsável por estabelecer uma ligação entre as políticas públicas e as “comunidades remanescentes de quilombo” através de projetos e programas voltados para esse segmento.

Destaca-se que, especificamente em Minas Gerais, a ONG Centro de Documentação Eloy Ferreira Silva (CEDEFES) identifica um total de 435 comunidades quilombolas, sendo 426 (97,9%) no meio rural, (CEDEFES, 2008) e 09 urbanas, (2,1%). Esses dados apontam a necessidade de se entender a dinâmica dessas comunidades quilombolas imersas no mundo rural, mas também suas particularidades na medida em que elas estão se tornando beneficiárias de políticas públicas específicas.

Fazendo uma ligação entre a extensão rural e estas comunidades quilombolas, temos as orientações estratégicas para as ações dos extensionistas, identificadas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que estabelece que os extensionistas devam levar em consideração “*as especificidades relativas a etnias, raças, gênero, geração e diferentes condições socioeconômicas e culturais das populações rurais, em todos os programas, projetos de Ater e atividades de capacitação*” (BRASIL, 2003). Embora o documento mencione etnia e raça como fator distributivo, não mostra quais os meios e mecanismos para trabalhar com estas comunidades.

Em meio a todo este debate político a respeito da categoria quilombola e de formulações de políticas públicas, é que buscamos analisar o processo de reconhecimento da comunidade rural negra de Santo Antônio de Pinheiros Altos, município de Piranga-MG.

⁵ BRASIL. Instrução Normativa. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed22.htm>. Acessado em 13 mai. 2008.

Em Santo Antônio, o processo de reconhecimento da comunidade como “quilombola” vem sendo elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e conta com a ajuda do CEDEFES, a pedido da Associação dos Moradores de Santo Antônio de Pinheiros Altos. A certificação por parte da Fundação Cultural Palmares foi registrada em outubro de 2008.

Diante desse pedido, várias ações governamentais ou não voltadas para a busca do reconhecimento foram realizadas. Podemos previamente apresentar, nesta introdução, que não pensamos em uma comunidade parada no tempo, incrustada no meio rural, com uma ancestralidade africana inalterada, mas sim em uma comunidade que procura elaborar um repertório de signos, símbolos, representações e práticas que permitam responder aos desafios de sua inserção social no mundo contemporâneo.

Por fim, para compreender este processo e os elementos culturais, bem como a política de reconhecimento quilombola envolvida não somente nesta comunidade, mas num cenário nacional, buscamos fazer esta dissertação que visa de lançar luz sobre estas questões ainda pouco debatidas, principalmente, sob a ótica da extensão rural.

Dessa forma, nosso projeto de pesquisa optou por identificar os elementos culturais que foram priorizados pela comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos – Piranga-MG para sua identificação, reconhecimento e titulação como comunidade remanescente de quilombo. E com isso foram levantadas algumas questões pelas quais norteamos nossa dissertação:

1. Que representações e práticas a comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos criou e elegeu como prioritárias visando às políticas de reconhecimento?
2. Quais foram os elementos culturais que a comunidade de Santo Antônio buscou para elaborar este processo que vai da identificação à titulação?
3. Quais as motivações da atuação dos extensionistas nesse processo?

4. Que atores sociais estavam presentes no processo de reconhecimento da comunidade? E quais suas concepções sobre o que vem a ser um quilombo?

Focando nas questões levantadas, temos como objetivo geral descrever e analisar os processos de construção da identidade quilombola na comunidade de Santo Antonio de Pinheiros Altos – Piranga - MG, a partir das determinações do processo de reconhecimento pelos órgãos públicos. Os objetivos específicos foram:

1. Investigar os elementos da trajetória histórica do grupo utilizados para o processo de reconhecimento;
2. Identificar e caracterizar os elementos da representação social ditas quilombolas do grupo em questão.
3. Analisar os procedimentos e atuação do extensionista da EMATER na condução do processo de reconhecimento e sua compreensão.

Para a investigação do nosso problema foi necessário utilizar vários tipos de técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, documental e de campo, recorrendo à observação participante e às entrevistas.

Nossa pesquisa bibliográfica consistiu em fazer um levantamento das produções acadêmicas sobre o nosso tema, bem como os artigos e trabalhos voltados para política de reconhecimento quilombola.

Em nossa pesquisa documental, analisamos os documentos produzidos pela comunidade para o pedido de reconhecimento, ou seja, fotografias, filmagens, textos, documentos.

Ao buscar a construção de uma identidade ligada ao processo de reconhecimento, a observação participante teve como principal característica, descrever aqueles espaços que foram esquecidos ou escondidos pela história, bem como descrever novos espaços culturais construídos pela própria comunidade. Este método foi baseado fundamentalmente nas orientações de

GEERTZ(1989), que se propõe a trabalhar os princípios que norteiam o entendimento do que é a etnografia e de como esta deve ser feita. Para ele, a etnografia compreende vários momentos, mas, sobretudo, cabe-lhe *“estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogia, mapear campos, manter um diário”* (GEERTZ1989, p.15). Entretanto, ele afirma que o maior esforço é o intelectual na confecção de uma *“descrição densa”*. Por fim, pela observação participante pretendemos fechar as lacunas deixadas pelos dois outros métodos citados acima, mostrando assim, que os elementos culturais têm uma implicação fundante no processo de reconhecimento quilombola.

Em campo, recorreremos ao uso das entrevistas temáticas. Os entrevistados foram escolhidos dentre aqueles que estavam ligados diretamente e aqueles que estavam ligados indiretamente ao processo de reconhecimento. Os que estavam ligados: a associação de moradores (basicamente masculina), técnicos da EMATER e prefeitura (secretário de cultura e educação) e prefeito. E aqueles que estavam indiretamente: a supervisora da escola, professores (geralmente de fora do distrito) e finalmente os moradores, que tinham conhecimento diferenciado sobre o processo.

As perguntas foram feitas a partir de uma idéia central de forma a direcionar a entrevista⁶, buscando recolher dados que ajudassem na interpretação do problema que foi colocado anteriormente.

O total de entrevistas realizado foi de vinte e duas (24). As mesmas foram feitas com o prefeito da cidade, Eduardo Sérgio Guimarães, com os responsáveis no CEDEFES⁷, os quais fizeram a visita à dita comunidade para coletar dados e disponibilizá-los no site; os secretários de cultura, Robson Fernandes C. Ferreira, e de educação, Luís Helvécio Silva Araújo; com Marcos Antônio Estevan de Castro, técnico da EMATER; professores: Lúcia Leite Libânio Marinho, José Cláudio Guimarães Gonçalves, Maria do Carmo da Silva Coelho, Silvia Pereira de Assis, a supervisora, Nelma de Cássia Souza, os

⁶ Todos os roteiros das entrevistas foram colocados no apêndice.

⁷ Referente aos responsáveis no CEDEFES, encaminhamos um e-mail com as perguntas, o responsável por elas foi Pablo Matos Camargo. Esta não tem carta de autorização anexada no final da dissertação com as demais.

moradores: Tereza Ciriaca, Inês Sérgio Pereira, Terezinha Ciriaca, Maria Félix Nicássio, Terezinha Teixeira de Paula, José Geraldo Marcos, Maria das Graças Nicássio Teixeira, Lurdes Virgem Félix Teixeira, José Arlindo dos Santos, Neusa Félix Nicássio, Maria das Dores dos Anjos Silva, Neirton Moura Fernandes, Francisca Sales Gonçalves, Maria Virgem Félix Claudino. Vale ressaltar ainda que alguns informantes se recusaram a gravar entrevistas, mas não deixaram de fornecer informações importantíssimas: José Geraldo Moreira dos Passos (Lado), Miryam (Mirinha), Maria Roberta Ângelo Evangelista e Francisco das Graças Gonçalves (Chico)⁸.

Por fim, com autorização dos entrevistados, as entrevistas foram transcritas, (vide apêndice); e sintetizadas para melhor compreensão dos dados e informações, o que nos serviu como matéria prima para esta dissertação.

Assim, temos esta dissertação dividida em seis capítulos, sendo que o primeiro e o último referem-se à introdução e conclusão respectivamente.

No segundo capítulo temos, uma análise voltada para os estudos sobre o conceito de quilombo, tanto na história como na antropologia, passando pela origem do mesmo. Ao nos referirmos à historiografia, fizemos duas divisões: entre uma historiografia tradicional, em que o conceito de quilombo é visto pelo viés econômico e político, e pela historiografia cultural, em que o conceito de quilombo é visto por novas fontes historiográficas, novas metodologias, e, principalmente, pela interdisciplinaridade. Destaque para a antropologia, por exemplo, que com seu método de observação participante nos mostra o surgimento de novas etnias e suas representações, com análises e questionamentos para um contexto mais atual.

Já no terceiro capítulo, abordamos as discussões sobre políticas públicas, bem como os impasses criados quando se discute tais categorias. Além disso, neste capítulo, perpassam as ações afirmativas, programas e projetos em âmbito nacional, estadual e, sobretudo, municipal; buscando dar um enfoque ao que vem sendo realizado e ao que ainda está por vir na comunidade estudada, buscando entender, assim, o processo de reconhecimento como um todo.

⁸ Este como é filho de Dona Kita, ao saber da carta fez questão de assinar, achamos que deveria colocar no fim da dissertação como forma de agradecer a ajuda dada ao nosso trabalho.

Contemplando parte de nossa metodologia, no quarto capítulo, apresentamos o campo empírico da pesquisa, em que fazemos uma descrição dos elementos culturais da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, bem como analisamos datas festivas e comemorativas. Também buscamos, no cotidiano ou em partes dele, a atuação dos mediadores nestes eventos e no pedido de reconhecimento. Assim, mostramos como estes elementos culturais estão ligados direta ou indiretamente ao pedido de reconhecimento quilombola, feito pela comunidade e recebido pela mesma em outubro de 2008.

Por fim, no quinto capítulo, analisamos a “fala do outro”, tentando registrar com isso a voz daquelas pessoas que passam pela política de reconhecimento quilombola, alcançando nosso objetivo principal de entender como se dá esta dinâmica entre os moradores de Santo Antônio e a política pública. Neste capítulo, após a coleta dos dados e sua sistematização, através do roteiro de perguntas realizadas e agrupadas, podemos compreender melhor os dados fornecidos pela observação participante. Este capítulo fecha os demais e retoma as teorias para a discussão dos dados empíricos. Dessa forma, “o ouvir” foi feito de uma maneira toda especial. Tentou-se a imparcialidade, mas isso não aconteceu. Como afirma Roberto Cardoso de Oliveira, “*O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação*” (OLIVEIRA, 1996, p.21).

No capítulo de conclusão, fazemos uma discussão de todo o trabalho, buscando analisar o problema proposto para esta pesquisa, os elementos culturais e a política de reconhecimento. Busca-se uma forma de entender como este processo de reconhecimento se deu e como ele ainda está acontecendo.

Por fim, consideramos importante salientar que o nome das pessoas as quais entrevistamos durante a pesquisa de campo será o verdadeiro, conforme acordo firmado no momento das entrevistas e cartas assinadas e colocadas em apêndice.

2 QUILOMBO EM DEBATE

Ao falar de quilombo, comunidade quilombola, comunidade remanescente de quilombo, terra de preto, comunidade rural negra, somos levados a questionar e a buscar várias representações do que possam ser e como devemos estudá-los. Neste trabalho, recorreremos a uma “evolução teórica”, cronologicamente construída pelas ciências sociais e humanas, considerando que este assunto pode ser tratado também pelo aparecimento dos termos no campo legislativo e em disputas políticas.

Visto pelo primeiro ponto citado acima, temos as análises iniciadas pelos memorialistas e em seguida pelos viajantes, cujas abordagens deram suporte para vários historiadores produzirem conhecimento sobre este assunto. Por outro lado, temos sociólogos que iniciam seus estudos referentes às questões de raça e etnia voltadas para comunidades negras a partir da promulgação da Constituição de 1988. Com esta nova legislação, tem-se uma redefinição do que vem a ser quilombo e as pesquisas ganham a ajuda de outras áreas do conhecimento, como a antropologia com o trabalho de campo e a relativização do termo quilombo e a extensão rural, com os estudos sobre desenvolvimento agrário e reforma agrária no país.

Entretanto, hoje, os negros nos meios de comunicação, nas instâncias jurídicas, legislativas representados por especialistas e pelas leis, ganham maior visibilidade na mídia e na rede mundial de computadores, a internet. Assim, não podemos deixar de falar da maior representatividade por parte dos movimentos sociais os quais exigem que as leis voltadas para o reconhecimento quilombola a partir de Artigo 68 de 1988, até os decretos estabelecidos no governo de Lula, sejam cumpridas.

Dessa forma, este capítulo tem como iniciativa mostrar como estes quilombos recriados e reinventados por estas leis atuais vêm sendo abordados por nós pesquisadores, assim como pela lei que os governam. Nas próximas partes deste capítulo, as implicações aumentaram devido à complexidade da análise de um quilombo específico, desvendando suas teias culturais, o imaginário construído sobre o que vem a ser quilombo, com suas festas, sua religiosidade,

suas formas de organização social e trocas simbólicas e econômicas existentes. Portanto, apontamos para uma possível transformação de sua cultura devido ao contato com as leis e as políticas públicas culturais dadas pela própria “comunidade”, no caso desta dissertação da região de Santo Antônio de Pinheiros Altos, Piranga MG.

Segundo Flávio dos Santos Gomes, foi a produção científica da década de 70 que mesmo “*atada a exegeses restritivas e pouco plásticas*” (apud SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 2), juntamente com as reivindicações das populações negras, que deu força a uma luta política pelos movimentos sociais para que estes grupos negros adquirissem suas terras. Para ele (apud SCHMITT, 2002) a história oficial se incumbia de deixar invisível esta parte dessa população, confirmando a ideologia dominante. Para SCHMITT et al, (2002, p.2), a invisibilidade dessa comunidade negra rural também se dava devido à não existência de uma “*política governamental que regularizasse as posses de terras, extremamente comuns à época, de grupos e/ou famílias negras após a abolição*”⁹.

Assim, este capítulo mostra a trajetória histórica do conceito e como ele foi utilizado e analisado por historiadores e demais pesquisadores, bem como aponta sua modificação devido à promulgação do Artigo 68 com os demais decretos que o complementam. Ora os demais pesquisadores consideram quilombo como uma categoria antropológica tida como critério de autorreconhecimento destas comunidades, ora os historiadores analisam o quilombo como uma categoria histórica de ancestralidade negra.

Já na segunda parte, abordamos a historiografia relacionada aos quilombos, voltamos para os historiadores que trabalham com o conceito de quilombo de uma forma mutável, buscando entender como a alteração se deu através da visão historiográfica. Daremos maior ênfase para a historiografia cultural, pois esta se aproxima ainda mais do contexto histórico da promulgação do artigo e de nosso objeto de pesquisa, que são os elementos culturais dentro de um contexto político.

⁹ SCHMITT, A., TURATTI, M. C. M., CARVALHO, M. C. P. de. A Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf> . Acessado em 14 de outubro de 2008.

E por último, falaremos das dificuldades e facilidades que há na ligação entre a História e a Antropologia, visando, neste momento, um conceito que seja utilizado por ambas, que é o conceito de memória. Além de trabalhar com os estudos sociológicos e antropológicos voltados para os estudos de raça e etnia, buscando perceber como estas análises trazem à discussão um novo conceito de etnia.

2.1 HISTÓRIA DO CONCEITO

Falar da história do conceito de quilombo leva-nos a pensar em momentos distintos da história do Brasil. A chegada dos negros da África para trabalhar nas lavouras da cana-de-açúcar é nosso marco inicial. A partir daí temos várias décadas de análises, passando pelas mais diversas teorias, assim como as mais diversas áreas do conhecimento. Para fim desse estudo, apresentaremos um marco importante que é o da promulgação da Constituição de 1988, daí por diante as análises são feitas por antropólogos, historiadores e sociólogos, que buscam sempre uma redefinição de tal conceito.

Com o nome de quilombos ou mocambos foram designadas as comunidades de escravos, em geral fugitivos, que eram resistentes ao sistema econômico escravista implementado no Brasil, do período de 1530 a 1888, quando houve a abolição da escravatura.

A primeira referência à existência de quilombos em documentos oficiais portugueses data de 1740. Segundo este documento, o Conselho Ultramarino, define-os como *“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”* (apud MOURA, 1981, p.16). Analisando este documento percebemos que para se determinar a existência de um quilombo bastava-se ter o registro de cinco ou mais escravos em um lugar determinado. Todavia esta análise tornava o conceito de quilombola ligado exclusivamente à documentação e por isso estas primeiras análises foram feitas somente por historiadores.

Esta definição deu aos historiadores margem para analisar o quilombo sob a luz de três teses. A primeira, levou-se em consideração que os escravos, cansados de maus tratos, foram viver nos quilombos para fugir dos castigos e açoitamentos. Esta tese não pode ser facilmente comprovada, pois não há documentos com as falas dos próprios escravos afirmando o motivo de sua ida. Segunda tese, os escravos fugiam para os quilombos, pois eram o único local onde poderiam vivenciar a cultura africana, sendo um lócus de resistência cultural; por fim, a tese de que o ponto de origem do quilombo foi a escravidão, o que significa dizer que a fuga foi o principal motivo para a formação destes quilombos.

É importante destacar que a maioria das análises sobre quilombo utilizou a documentação oficial, documentação seriada, processos crimes, entre outros documentos. Entretanto, em 1970, as análises sociológicas e os movimentos políticos buscaram compreender quilombo a partir de uma redefinição das ações dos movimentos sociais e das agitações políticas.

Todavia, de acordo com O'Dwyer (1995), a discussão que norteia os novos significados de *quilombo*, principalmente sob o viés cultural e das políticas culturais, iniciou-se em 1994, em reunião realizada pela Associação Brasileira de Antropologia, quando foi elaborado um documento contendo posições sobre os diversos significados de quilombo. Segundo o documento, quilombo possui novos significados na literatura e também para os próprios grupos.

A despeito das diversas discussões em busca de um novo conceito de quilombo, o que se percebe é que nenhum conceito fechado ficou determinado, pois, por ser um assunto muito polêmico, o debate deveria continuar. Dessa forma, o conceito de quilombo ainda continua em construção.¹⁰

Assim, neste contexto histórico, percebemos que a lei é um resultado de disputas, conflitos e um processo social, no qual interage a luta de classe os segmentos destas. Com a promulgação do Artigo 68 da Constituição de 1988,

¹⁰ REIS, Maria Clareth Gonçalves. Reflexão sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da história oral. Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0765.pdf>. Acessado em 14 de outubro de 2008.

o elemento fundamental para toda esta discussão. É a partir daí, a comunidade quilombola não podia ser vista somente pela história, pois passava a ser um local de disputa política, bem como um parte de uma luta de uma classe para ser reconhecida como tal.

Na tradição popular, o termo quilombo pode estar associado a: a um “*local*”, ao “*povo que ali vive*”, às “*manifestações populares*”, a um “*local de práticas condenadas pela sociedade*”, a um “*conflito*”, a “*uma relação social*”, e, por fim, a um “*sistema econômico*”¹¹.

Dessa forma, é devido ao fato de as comunidades negras se desenvolverem como grupos históricos e com práticas culturais que, de certa forma, mantêm e reproduzem seus modos de viver, que o termo “quilombo” precisa ser analisado pela história e pela antropologia enquanto áreas do conhecimento.

Hoje, entretanto, para se obter o título de comunidade remanescente quilombola é necessário o autorreconhecimento, que pode ser endossado pelos laudos antropológicos e pelas reuniões com as comunidades. Para que a comunidade consiga seu título definitivo de posse das terras é necessário que passe por este mesmo processo.

Visto que a maioria dessas comunidades são rurais, podemos perceber que uma maior presença do trabalho do extensionista é de fundamental importância; assim, “a ocupação do espaço aparece vinculada não só com a reprodução biológica, mas também com a reprodução das relações sociais e com a existência e permanência das culturas”.¹²

2.2 HISTORIOGRAFIA

O quilombo é uma realidade estudada por pesquisadores que buscam entender a dinâmica e o fim do processo do escravismo colonial até os focos de

¹¹ LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográficas**. Vol. IV (2), 2000, pp.336 e 337.

¹² SILVA, Francine Pinto da,. Terreiros de Candomblé: um espaço de identidade. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/jpjd/c-%20Francine%20Pinto%20da%20Silva.pdf>. Acessado em 14 de outubro de 2008.

resistência africana na contemporaneidade. Nesta parte, nos dedicamos a relacionar alguns autores para abordar o assunto em uma visão histórica e até mesma sociológica.

Para fim deste estudo, devemos levar em consideração as divisões da historiografia, ou seja, estudos realizados inicialmente em 1933 por Gilberto Freyre, os quais influenciaram os pesquisadores da década de 1980, com as análises sob o viés mais cultural. Já na década de 1970, temos os estudos sob o viés economicista. Também não podemos deixar de falar dos estudos sociológicos das décadas de 50 e 60 que privilegiaram as relações sociais, a etnia e a raça. Como nosso estudo refere-se aos elementos culturais, buscaremos fazer uma relação da história com a antropologia, visando uma leitura interdisciplinar sobre os quilombolas.

2.2.1 HISTORIOGRAFIA REVISIONISTA (POLÍTICA E ECONOMICISTA)

Consideram-se os estudos sobre escravidão, da década de 70, como estudos da historiografia revisionista, ou escola paulista. Antes dessa década, as análises sobre os escravos foram vistas como criadoras de uma corrente na qual as relações dos escravos para com os seus senhores eram tidas com muita docilidade, criando-se assim o “*mito da democracia racial*”¹³. Este mito buscou entender as relações entre senhores e escravos, no Brasil, como brandas; visto que não haveria uma distinção muito grande entre o cativo e a liberdade; havendo, assim, uma ocultação do racismo na sociedade brasileira. Em contraposição a este mito, outra interpretação se forjou: a de que aquelas mesmas relações foram marcadas por extrema violência, principalmente, da parte dos senhores. Esta violência teria provocado tal “deformação” nos cativos, que estes chegaram a conceber como naturais as injustiças sofridas.

¹³ Ideal de miscigenação que tomou um novo rumo com os estudos de Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala.

Esta história social da escravidão possuía um eixo econômico, contrapondo aos estudos culturais iniciados por Gilberto Freyre em 1933, e ver o escravo somente como mercadoria, coisificação, posse de seu senhor. No entanto, não podemos deixar de apresentar aqui, mesmo que sucintamente, suas contribuições: os pesquisadores trabalhavam com uma massa muito grande de documentação, principalmente a seriada; fizeram uma análise detalhada do tráfico de escravos e se aprofundaram em uma sociologia do negro, entre outras tarefas. Estes estudos foram marcadamente feitos sob a perspectiva de análise da violência, mas consideraram os escravos como simples objeto de mercado.

Assim, nas décadas seguintes, a escola sociológica Paulista, - Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni -, empreende uma análise revisionista, principalmente pela visão mais concreta e econômica das relações escravistas. Contudo, devido a sua rigidez teórica, acabou destacando a “coisificação” do escravo e não dando ênfase à resistência servil, até porque seus estudos não estavam direcionados para estes fatos e acontecimentos, dessa maneira eles não percebiam um sentido para a vida destes escravos e suas ações. Dessa forma, o quilombo definido por esta geração foi se perpetuando como uma definição clássica.

Os estudos historiográficos da década de 1960 assumiram uma revisão sobre estas abordagens da suavidade escrava, sobretudo dando ênfase à resistência escrava, principalmente coletiva. Destarte, Flávio dos Santos Gomes afirma que *“ressaltava-se, assim, a resistência escrava como tão somente um fator determinante das reações dos cativos à violência imposta pelos seus senhores e às condições em que viviam e trabalhavam.”*¹⁴

Uma das maiores pesquisadoras do sistema escravista, sob este olhar da década de 60 e 70, é Emília Viotti da Costa. Ela afirma que *“os escravos eram um entrave para estes monopólios comerciais (...). E que o processo de emancipação dos escravos dependerá principalmente do ritmo de*

¹⁴ GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: ensaios sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 15.

*transformação do sistema colonial de produção”*¹⁵. Assim, ela concebe os “negros” como um projeto para o sistema econômico, negligenciando sua cultura e seu cotidiano, que foram mostrados por estudos subseqüentes.

Segundo Jacob Gorender, a abolição da escravatura foi um divisor de águas dentro do sistema econômico brasileiro, mas o escravo nunca foi uma categoria central para a discussão da formação social para o Brasil. Segundo o autor, a linha de interpretação da história do Brasil segue uma linha econômica, com referência a produtos dominantes pela exportação, os chamados “ciclos” econômicos¹⁶; assim para Gorender “*a escravidão é a forma com que o empresário colonial lida com o fator trabalho*”¹⁷ e por isso, sua preocupação se restringe à economia exportadora-escravocrata.

Assim, o escravo, visto sobre este viés, faz o autor estudar o trabalho escravo e seu alto custo com referência à vigilância dos mesmos. Segundo Gorender, o trabalho escravo foi “*inconcebível sem feitores e capatazes, de chicote em punho*”¹⁸. Para estes estudos, a fuga não fazia parte de uma consciência escrava que recusava o sistema escravista, até porque o escravo não possuía, segundo o autor, a capacidade de se organizar. Todavia, estas fugas eram lubrificantes para as engrenagens da máquina escravista brasileira.

Gorender afirma que as destruições de quilombos oneravam populações e o Estado brasileiro. Ao anunciar a fuga do escravo, em um jornal, criava-se um gasto com estes anúncios e, além disso, criava-se, na sociedade da época, uma categoria de trabalho especializada em capturas de escravo. Corroborando com este autor, Otávio Ianni¹⁹ afirma que a condição de ser escravo por si só traz a impossibilidade de o escravo conscientizar-se, e que seria uma “*negação da própria natureza*”²⁰.

¹⁵ COSTA, Emília Viotti da, . Escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3ºvol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, pp.135 e 136.

¹⁶ Podemos citar como representante desta historiografia Celso Furtado, principalmente em sua obra **Formação Econômica do Brasil**.

¹⁷ GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1988, p.03.

¹⁸ Idem, p.58.

¹⁹ IANNI, Otávio. **Metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Difusão Européia, 1962.

²⁰ Idem.

Diferentemente destes autores, mas ainda sob uma perspectiva econômica e política, Clóvis Moura afirma que os escravos não eram tão passivos como parecem. Eles causaram vários desajustes nos sistemas políticos da época – fugas em massa, assassinatos dos senhores, processos de liberdade na justiça. Em um ponto, estes autores concordam: o escravo ao se rebelar não possuía nenhum “*elemento cognitivo capaz de fazê-lo um homem autoconsciente*”²¹.

Ele ainda propõe que, para que tal significado surgisse

seria preciso que o comportamento da coletividade cativa fosse organizado em função de uma elaboração consciente da condição escrava: seria necessário que se atribuísse à casta dos cativos a possibilidade de apreender, ainda que fragmentariamente, a situação alienada em que se encontrava.²²

Clóvis Moura (1981) afirma ainda que fosse o quilombola a própria negação do sistema escravista, conseguindo estabilizar e dinamizar a passagem de um tipo de trabalho escravo para o trabalho livre, o quilombola era o “sujeito” do próprio regime escravista; criava premissas para deixar de ser uma mercadoria que poderia ser vendida, e passava a ser dono de si mesmo, tudo isso com a mudança de nível, ou seja, de escravo para quilombola.

Por fim, este autor afirma que em microanálises, sobretudo análises individuais dos escravos quilombolas, percebemos as formas com as quais eles se rebelariam através de duas formas, uma passiva – suicídio, banzo, fuga individual, coletiva, entre outras; e outra ativa – revoltas cidadinas, participação em movimentos, violência contra senhores e feitores, entre outras, transformando um sistema e toda uma sociedade escravista. Dessa forma, “*podemos ver que a posição do quilombola influenciou o comportamento de toda a sociedade da época. Na classe senhorial e no estado monárquico que*

²¹ MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas. 3ªed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981, p.14.

²² Idem, p.15.

representava, criou a necessidade de mecanismos de defesa quer psicológicos quer institucionais” (MOURA, 1981, 14)²³.

Além destes estudiosos acima citados, podemos mencionar outros tantos trabalhos²⁴ que seguem esta mesma linha explicativa. Percebemos que estes estudos são voltados especificamente para um viés, sobretudo econômico. Estes trabalhos da década de 70 analisavam os quilombos como uma estrutura rígida e estável, mas que poderia atrapalhar as engrenagens econômicas do sistema escravista.

Contrariamente a esta historiografia tradicional, temos uma outra que vem se esforçando muito para superar as visões pessimistas a respeito do liberto e do escravo, mergulhando profundamente nas fontes documentais que permitem reconstruir uma realidade sobre o escravo, mas não sob uma perspectiva heróica. Tal historiografia, conhecida como historiografia cultural, apresenta um espaço de negociação, uma política de concessão e o significado da liberdade para os senhores, escravos e libertos através do estudo do cotidiano.

2.2.2 HISTORIOGRAFIA CULTURAL

Na década de 80, os estudos historiográficos, foram redefinidos, com as análises puramente econômicas, passaram a não dar a conta de explicar todas as teias de relações entre os senhores e escravos, muito menos de descendentes de escravos nos dias de hoje. Percebeu-se então que, não somente a história era a ciência que buscava explicações para os quilombolas e seus descendentes, mas também a antropologia e a sociologia contribuíam para isso.

Muitos trabalhos que compõem a historiografia, que estuda a região das Minas Gerais, foram responsáveis pela perpetuação de alguns “mitos”, que até há

²³ Idem, ibidem, p.251.

²⁴ FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classe**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1978; CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1974.

pouco tempo permaneciam difundidos nas explicações correntes sobre a sociedade, a política e a economia mineira. Entre eles, estabelecem-se dicotomias entre escravidão e liberdade, transmitindo-nos a idéia de que os escravos buscavam incessantemente a liberdade a qualquer custo.

Nos últimos anos, tais noções vêm sendo cada vez mais questionadas e colocadas em discussão. Neste sentido, os estudos pretendem discutir determinado espaço de liberdade adquirido pelos escravos por meio da conquista, e não de concessões. Desta forma, podemos perceber que existem várias maneiras de apreender os diferentes níveis das tensões que marcaram a vivência social dos escravos, ex-escravos e quilombolas, em um determinado contexto histórico.

Os estudos sobre a figura escrava, como ponto central de análises e agente transformador da realidade em que vive, aparece, primeiramente, na década de 1930 com os trabalhos de Gilberto Freyre. **Casa Grande e Senzala** é a maior destas obras. Nela o autor afirma que o “*negro*” teve uma fundamental importância para formação do povo brasileiro, através da miscigenação.²⁵ Segundo este autor, neste estudo sobre as matrizes da formação do povo brasileiro, o negro assume um papel importantíssimo. Para ele, o quilombo aparece mostrando a superioridade do negro para com o índio, principalmente, no que se refere ao plantio e cultivos agrícolas²⁶, uma superioridade que o autor denominava como “*caráter europeizante do negro*”. Ou seja, o negro é considerado por ele somente para miscigenação, mas não que há alguma capacidade intelectual ou moral de miscigenar, apenas refere-se à cor, tão somente.

Poucos anos após, podemos citar novamente, Clóvis Moura, que em sua obra busca “*mostrar o comportamento divergente do escravo, isto é, o escravo participando da luta de classe*”.²⁷ Desse modo, este autor dicotomiza ainda mais os estudos sobre quilombos, afirmando ser este o único espaço social que o escravo ou ex-escravo poderia modificar. Afirmando esta ideologia, o

²⁵ Ver FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 10ªed. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

²⁶ Idem. Ibidem, p. 404.

²⁷ MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. 6ªed.. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.10.

autor abre caminho para indagações que ainda hoje carecem de explicações, e que somente serão obtidas a partir de estudos que não se fecham em si, mas sim, proporcionam a mescla de estudos entre o sistema escravista, o mundo rural e a representação social destas comunidades negras rurais.

Quando Clovis Moura refere-se à organização econômica destes quilombos, afirma que estes buscam isolamento, melhores fertilidades do solo e possibilidades de aumentar ainda mais o contingente de pessoas que participaram para a formação da identidade do grupo. Para ele, “*não havia, portanto, um aglomerado de ‘bárbaros selvagens, mas de homens que construíram uma economia estável, viviam dentro de normas estabelecidas consuetudinariamente e procuravam preservar esta estrutura*”²⁸.

Sob outro viés de análise, Maria Helena P.T. Machado²⁹ lança a questão de analisar os quilombos como um desafio a ser cumprido, citando como exemplos temas relacionados à organização do trabalho dentro destas comunidades - constituição familiar, cultura escrava e inserção dos mesmos na sociedade brasileira pós-emancipação. E corroborando com a autora acima, Hebe Maria Mattos mostra que este espaço de negociação não é desprovido de uma “*economia moral*”, mas sim, demarca um complexo espaço, público e privado, em que senhores e quilombos negociavam a liberdade³⁰.

Dos estudos sobre Minas Gerais, temos como precursor os estudos de Laura de Mello e Souza, mais especificadamente *Desclassificados do Ouro*³¹, onde a autora apresenta um modelo teórico para que possa entender uma sociedade colonial e imperial, pelo menos ao que se refere ao lado social.

Laura de Mello e Souza é professora da Universidade de São Paulo, sua especialidade é a região das Minas Gerais no século XVIII, dentro de seu livro *Desclassificados do Ouro*, podemos perceber que há uma postura teórica

²⁸ Idem. Ibidem, p.82.

²⁹ MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol.8, nº16, p.143-160, mar/ago., 1988.

³⁰ MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.13.

³¹ MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

da história social. Segundo a autora alguns pontos sociais no Brasil havia tomado forma e estes preocupavam a Europa, mais especificadamente Portugal, com a presença de vadios que eram um peso para a terra.

Nas Minas Gerais, estes homens livres, ou “desclassificados” não eram absorvidos pelas lavras, estes não faziam parte de nenhuma parte da sociedade. Mesmo quando se afirma que as Minas Gerais foram o espaço privilegiado do processo de desclassificação social remonta-se como um anseio a construir riquezas de forma fácil. Assim, mesmo dessa forma tão fácil de um enriquecimento esta classe foi colocada a margem, pois não estava dentro de uma ordem social na qual era estabelecida senhor donos de escravos, e escravos.

Resenhando o livro de Laura de Mello, Luiz Carlos Ferraz Manini³², afirma que *“Ao buscar a riqueza, o homem livre pobre, ou vadio, para utilizar a expressão da autora, tornou-se cada vez mais pobre, pois tinha que se submeter às condições ou possibilidades que se tornavam possíveis”*. Por fim, o livro nos mostra uma nova interpretação para aqueles considerados comuns, permitindo uma configuração da sociedade colonial e imperial, abrindo espaço entre a dicotomia senhor - escravo.

Em Minas Gerais, sobre estes estudos, é mostrado por Ilka Boaventura Leite³³, através dos relatos de viajantes do século XIX, que nesse estado existia uma busca por uma sociedade hierarquizada e dicotômica com as delimitações das fronteiras entre cor e classe social. A autora aponta em direção às análises raciais e de divergências étnicas dentro da própria comunidade remanescente, abrindo o leque também para análises das questões de mesclagem entre culturas.

³² MANINI, Luiz Carlos Ferraz. **Resenha do Livro: Desclassificados do Ouro**. Laura de Mello e Souza. Disponível em <http://www2.uel.br/ca/historia/conhecerhistoria/brasil/resenha.htm>. Acessado em 05 de setembro de 2009.

³³ LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, p.223.

Carlos Magno Guimarães³⁴ defende que o quilombo é uma “*contradição básica*” ao sistema escravista moderno, sendo este uma forma de “*conflito de classes*” entre escravos e senhores. Para isso, ele analisa a formação de quilombos em Minas Gerais - sua sobrevivência e destruição. Mostra que existia uma divisão de poder dentro dos próprios quilombos e seu posicionamento perante outras autoridades, e por fim, o autor compara os quilombos mineiros com o de Palmares, mostrando que havia medo de que os quilombos mineiros seguissem aquele exemplo.

Também sobre Minas Gerais, no século XVIII, Donald Ramos³⁵ afirma que havia neste estado, numerosos e pequenos quilombos, os quais não eram identificados e nem possuíam localização precisa. Para ele, os quilombos eram os locais onde viveram os escravos, homens livres e outras classes que não estavam satisfeitas com o tipo de governo e sistema econômico da época. “*Os quilombos, então, desempenhavam um papel importante no complexo tecido social*”³⁶. Assim, o autor mostra que estes quilombos não somente ameaçaram a sociedade luso-brasileira, mas cooperaram com a mesma, pois eram comunidade organizadas e produziam produtos agrícolas negociando assim com as cidades no entorno. Existem trabalhos que mostram a utilidade de certos quilombos para a economia de tal região, sendo assim, os quilombos podem ser vistos como um meio de vinculação de mercadorias, principalmente agrícolas, fugindo do padrão colonial escravista.

Por fim, esta historiografia abre novos leques conhecimento sobre quilombos, principalmente, os voltados para sua cultura, para a posse de terra e para a relação intra e extra-grupal.

Estas análises não se encerram por aqui, pois os pesquisadores que estudam a categoria quilombos e ou quilombola, devem pensar em comunidades

³⁴ GUIMARÃES, Carlos Magno. “Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um Fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 139 – 163.

³⁵ RAMOS, Donald. O Quilombo e o Sistema Escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um Fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 164-192.

³⁶ Idem. Ibidem, p. 165.

organizadas e auto reconhecidas como tal, assim levando em consideração o surgimento das “novas etnias”.

Assim, segundo Hebe Maria Mattos de Castro (2006) *“tanto a antiga [relativa] invisibilidade quanto a nova identidade quilombola – reivindicação racializada do passado cativo – foram, porém, escolhas políticas possíveis em relação aos usos simbólicos da memória”*³⁷ compartilhada por todos, sejam escravos ou senhores e seus descendentes. Esta memória representa hoje um capital social que garante o acesso à cidadania, que hoje ela está cada vez mais fragmentada.

Assim como o movimento estava acontecendo na historiografia, paralelamente estava ocorrendo um outro, não podemos afirmar que estes dois estavam ligados, e nem que estavam desligados. Contudo, a partir do final dos anos 80, os grupos afro-descendentes vêm se organizando e reorganizando, reivindicando as terras quilombolas. Com isso, crescem também, aqueles que os apóiam como o Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Fundação Palmares, como órgãos do governo que atuam para garantir que o direito agora previsto na Constituição seja cumprido.

2.2.3 HISTÓRIA/ANTROPOLOGIA – CONCEITO DE MEMÓRIA

Tanto na esfera econômica quanto na cultural, percebe-se que vários caminhos metodológicos podem ser seguidos, mas um fato fica bem claro, quando se refere aos estudos dessas “comunidades quilombolas”, não há como pensar nelas de forma fechada, sem atentar para as várias lentes teóricas que buscam entender o processo, principalmente, o cultural. Segundo Flávio dos Santos Gomes³⁸, trabalhar com quilombos é muito difícil, pelo fato de não haver documentação que tenha sido produzida pelos próprios escravos fugidos.

³⁷ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Terras de Quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: LIBBY, Douglas Cole (org.); FURTADO, Júnia Ferreira, (org.). **Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX.** São Paulo: Annablume, 2006, pp. 435.

³⁸ GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX).** São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis 2005.

Entretanto, uma das soluções para este problema seria o cruzamento de fontes, que enriqueceriam o trabalho ou mesmo o fariam avançar na perspectiva de ler e interpretar os silêncios, características do discurso e as representações sobre o negro.

Outro processo para trabalhar com estas “comunidades negras rurais” são as análises voltadas para a memória da população. Assim, a história contada e recontada dar-nos-ia suporte suficiente para analisar, perceber e descrever a formação da identidade quilombola, bem como, a representação social que estes fazem de si mesmos através da alteridade com outros atores que os cercam.

A memória gira em torno da relação passado-presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhem para recordar e relatar, e como damos sentidos a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. Esse sentido supõe uma relação entre memória e identidade. A identidade é a consciência do eu que, com o passar do tempo, se constrói através da relação com outras pessoas e com o próprio dia-a-dia.

Analisando a memória coletiva, Maurice Halbwachs (1990) afirma que mesmo com esta massa de lembranças comuns que se apóiam umas sobre as outras, não são as mesmas de certa forma que se juntam, pois cada memória individual possui um ponto de vista sobre a memória coletiva. “*Muda conforme o lugar que ali ocupa e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios*”.³⁹ Por assim dizer, as memórias coletivas envolvem-se com as individuais, mas não se confundem com elas. Por fim, Halbwachs afirma que ao pensar em um “espaço” para as lembranças, podemos pensar em uma estabilidade, dando-nos a ilusão de ver o passado no presente.

³⁹ HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora. Revista dos Tribunais, 1990, p. 160.

Segundo Ecléa Bosi⁴⁰ a história, desta forma, não pode ser pensada como algo “*tal como foi*”, pois ela é reconstruída a cada momento. Segundo a autora, todos os conjuntos desses presentes nos levam assim a repensar, analisar e avaliar os conteúdos das memórias, não sendo possível uma originalidade nas idéias, pois as mesmas são influenciadas pelas “*histórias*” ao nosso redor.

A memória, mesmo sujeita à transformação e a novos valores, como parte natural do processo histórico do grupo que a preserva enquanto elemento representativo, vira fonte de pesquisa para a história. A memória é historicamente condicionada, mudando de forma de acordo com a vivência de cada um, de modo que ela é progressivamente alterada de geração a geração. Ela se porta como a marca da experiência, por maiores mediações que tenha sofrido.

Sobre a memória como forma de apropriação para a reconstrução do passado, Myriam Sepúlveda dos Santos afirma que “*o passado que existe é aquele que se expressa nos atos de recordação social*”⁴¹, até porque, o indivíduo ao recordar, não tem como se desvincular de seus aprendizados. O indivíduo se relaciona com o esquecimento, com a lembrança de uma forma ativa e reflexiva ao mesmo tempo.

Focalizando o contexto escravista brasileiro, quando os pesquisadores buscam estudar aqueles que sempre foram os “*esquecidos da história*”, a situação fica cada vez mais difícil. A lente do pesquisador, que se envereda por este campo, tem que ser cada vez mais afinada e apurada, além de ser aberta a diferentes áreas do conhecimento.

Falar de memória quilombola remete-nos a uma memória, de um passado em relação ao qual muitas das vezes, as comunidades possuem duas posturas. A primeira está ligada à distância temporal, impossibilitada, quase sempre, de ser relatada. Já a segunda, refere-se à possibilidade de os traumas deixados pelo sistema escravista serem tão fortes que os moradores das comunidades não

⁴⁰ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁴¹ SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 69.

queiram se assumir como tal, pois a aceitação de tal tipo de classificação seria reconhecer todo um passado cheio de violência. Segundo Michael Pollak

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a uma mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?⁴²

Desse modo, podemos perceber que o silêncio e o esquecimento do passado estão ligados a razões sociais e políticas.

Hebe Mattos⁴³, no seu trabalho no quilombo do Alto Trombeta, afirma que a memória dos antigos mocambos mostrou-se, desde o início, uma luta por terras mocambeiras e que, mesmo após cem anos da abolição, o ato de silenciar-se sobre tal processo escravista era “instaurar um universalismo almejado, mas não verdadeiramente atingido, desde o século retrasado”. Todavia, foi desde o século XX que colonos e posseiros ao se verem ameaçados pela modernização, identificaram-se primeiro como “pretos” e depois como “quilombolas”, tornando-se sujeitos políticos coletivos.

Segundo Mattos, “*As metamorfoses sociais possíveis a tais atores estiveram, entretanto, firmemente ancoradas na associação entre identidade camponesa e memória do cativo, seja como reminiscência familiar ou estigma.*”⁴⁴ Assim, a identificação coletiva é sempre a busca de processo e construção e somente pode ser construída quando leva-se em conta os contextos históricos e políticos.

⁴² POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p.4.

⁴³ MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, SP, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 104-111.

⁴⁴ Idem. Ibidem, p.110.

Outro trabalho⁴⁵ também analisa a memória de uma comunidade quilombola, a Comunidade Quilombola de São José da Serra, situada na Fazenda São José da Serra, no município de Valença. Busca-se, aqui, perceber o processo de auto definição que o grupo tem passado, para isso faz-se necessária a utilização do conceito de lugar de memória.

Marilea Almeida afirma que as questões de memória e da identidade são indissociáveis. Além disso, existem lugares para a memória onde a história dos acontecimentos passa a ser tão importante quanto a História. Há uma necessidade de registrar a memória, pois ao fazer esta definição do lugar ao qual ela está ligada, a comunidade demonstra definir também a sua identidade territorial.

Por fim, pensando em nosso estudo, percebemos que memória e história são suportes para a identidade tanto individuais como coletivas da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Contudo, estas identidades são representações coletivas contextualizadas e relativas a povos, comunidades, pessoas, sendo assim, não existem identidades sem alteridade e ou sem comparação. Por isso, para entender como se dá a formação e a transformação da identidade em Santo Antônio de Pinheiros Altos, temos que fazer a relação com os outros, sendo estes agentes externos ou internos à própria comunidade.

2.3 ANTROPOLOGIA: COMUNIDADE NEGRA E TRABALHO DE CAMPO

Para efeito de nosso estudo, tomaremos o conceito de “*remanescente de quilombo*”, ainda em construção e profundamente debatido entre os pesquisadores destas comunidades. Apontamos, anteriormente, uma sucinta historiografia sobre quilombos, passando pela década de 70 e 80 aos dias

⁴⁵ ALMEIDA, Marilea de “Memória e Identidade: uma análise da Comunidade Quilombola de São José (1998- 2004)”. **XIII Encontro de História – Anpuh.**

atuais. Após ter mostrado o passado escravista, delinearemos agora as direções para novas formas de trabalhar com estas comunidades, vistas como “*novos atores sociais*”.

Vários pesquisadores buscam explicações, assim como Luisa Andrade de Sousa⁴⁶ assinala em seu trabalho, para o processo de passagem de uma comunidade de negros para uma comunidade quilombola. Ela apresenta ao longo de seu texto vários agentes externos à comunidade, que contribuem para que esta modificação aconteça.

Em síntese, Sousa afirma que os pesquisadores estão a todo momento no campo, principalmente quando se produz um laudo técnico para algum órgão, sobretudo público, identificando as terras quilombolas. Assim, o laudo “*teria o papel de diminuir a distância entre os campos de decisão (político e jurídico) e a realidade das comunidades quilombolas*”.⁴⁷ Devido a estes agentes, o processo de reconhecimento é uma construção social, por parte dos quilombolas e por parte de quem os identifica e de quem os reconhece.

As políticas públicas voltadas para o reconhecimento enfatizam uma identidade mais maleável, sendo esta não unicamente histórica, mas sim, aquela que pode ser assumida e acionada devido à necessidade, marcando, contudo outros sistemas de relações e universos sociais. Assim, buscando entender o contexto da promulgação do artigo 68/ 88 e como estas comunidades fariam uso deste suporte legal, Eliane Catarino O’Dwyer, parafraseando Barth (2000) afirma que

ao referir-se a um conjunto possível de indivíduos ou atores sociais organizados em conformidade com sua situação atual permite conceituá-los, numa perspectiva antropológica mais recente, como um ‘tipo organizacional’ segundo processos de exclusão e inclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados de dentro ou de fora⁴⁸

⁴⁶ SOUSA, Luisa Andrade de. De “moreno” a “quilombola”: O antropólogo nas comunidades de remanescentes de quilombo. In: FLEISCHER, Soraya, et. al. **Antropólogo em ação**: Experimentos de pesquisa em Direitos Humanos.

⁴⁷ Idem, p.160.

⁴⁸ O’Dwyer, Eliane Catarino (org.). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV e ABA, 2002, p.14.

Analisar uma cultura “supostamente” mantida e criada implica em um problema, pois, na prática, se poderá produzir um tipo de conhecimento que para os próprios “nativos” é desconhecido, além do problema da contrastividade de culturas, levando não só a permanência da dicotomia entre “eles” e “nós”, mas também a uma rivalidade dentro do próprio grupo com seus critérios de pertença e este conhecimento produzido externamente. Dessa forma, para a autora o principal problema é tentar responder “*quem são os chamados remanescentes de quilombos cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo legal?*”.⁴⁹

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) afirma que estes grupos sociais emergem de acordo com necessidades determinantes, e a lei pensada por partes possui ou pelo menos tenta abarcar boa parte delas. Mas ele afirma também que a lei não dá conta de manter sua classificação, de enquadrar todos os tipos em um conceito único. Desconstruindo o conceito de quilombola do século XVIII, o autor reconhece que o termo “remanescente” utiliza hoje é visto como residual, o que restou; Por muitos anos remanescente foi considerado apenas local onde se recebia o que a sociedade colonial não aceitava, ou seja, pardos livres, pobres e sobretudo negros fugidos e libertos, enfim todos não aceitos pela sociedade colonial, entretanto, hoje o quilombo numa visão mais geral, tem-se comunidades quilombolas como sendo comunidades atrasadas e longínquas dentro das cidades, assumindo e sendo dada muitas vezes o papel de isolada e discriminada como tal, todavia, ele julga

que, ao contrário, se deveria trabalhar com este conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras, tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente⁵⁰.

⁴⁹ Idem, p.13

⁵⁰ ALMEIDA, A. W. Berno de. *Os quilombos e as novas etnias*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos** – identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.53.

Assim, Almeida⁵¹ propõe um ponto de partida para se entender este conceito; primeiramente devemos fazer a crítica a ele, ou pelo menos relativizá-lo, passando para a indagação aos atores sociais de como eles se representam e como suas práticas interagem. Contudo, teríamos que perpassar a formação de uma identidade coletiva. Ele também afirma que raça e etnia não podem ter estes critérios de classificação, pois há o surgimento de “*novas etnias*”.

Já para José Maurício Andion Arruti (1997) há uma comparação entre “remanescentes” indígenas e quilombolas. Existe, historicamente, no Brasil, um plano de fazer-se um “povo” nacional, a partir de segmentos, o índio e o negro. Sobre o índio tem-se uma visão de exótico e primitivo; quando se refere aos negros muda-se o discurso, passando a ser considerado sujo, impuro. Assim, para o autor “*na memória recuperada e na dinâmica vivida pelo grupo é impossível e inútil a tentativa de separar aqueles que podem ser perfeitamente reconhecidos como indígenas em oposição àqueles que sejam claramente negros*”.⁵²

Neste processo de denominação do que vem a ser “remanescente” produz-se uma série de mudanças elaboradas pelo próprio grupo, por aqueles que os rodeiam, pelos aparelhos do Estado, havendo assim, uma alteração na reelaboração da memória coletiva, que modifica o grupo profundamente, não podendo esses “remanescentes” ser em vistos com residuais ou ligados somente ao passado.

Em síntese, Arruti afirma que a definição mais favorável daquilo que *devem ser* não depende apenas dos “nativos” ou dos seus opositores, mas também do estado da correlação de forças em que aquelas comunidades e seus mediadores e concorrentes a mediadores estão inseridos e na qual o papel interpretativo do antropólogo, do historiador e do extensionista rural são fundamentais.

Corroborando com os autores, no que se refere à nova conceitualização de quilombo e do papel destes novos atores sociais, Ilka Boaventura Leite (2000),

⁵¹ Idem, p.67.

⁵² ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**. Vol. 03, nº2, pp. 14-15.

Flávio dos Santos Gomes⁵³ e Paul E. Little⁵⁴ afirmam que “aquilombar-se” na contemporaneidade é fortalecer uma luta contra a discriminação reconhecendo a cidadania por meio do passado histórico e da expectativa atual, com todos os seus desafios.

2.4 NOVAS ETNIAS

Compreender finalmente que a etnicidade e os mecanismos identitários subjacentes constituem, no mundo atual, fenômenos quase universais levam-me a acreditar que eles continuarão ainda por muito tempo a atrair a nossa atenção, não apenas como cientistas sociais, mas também – e, sobretudo – como cidadãos. (*Oliveira (2006, p.17)*).

Para falarmos de novas etnias, temos que abordar os estudos que deram origem a tal conceito, os quais analisam raça e etnia como categorias construídas historicamente.

Iniciamos com Raimundo Nina Rodrigues. Este antropólogo baseou sua tese na degenerescência e tendências ao crime manifestadas nos negros e mestiços, fundando, no Brasil, uma Antropologia da Patologia. Para ele, a inferioridade do negro era um fenômeno de ordem perfeita e natural. Com isso, acreditava que o país tinha um dever e que este era o branqueamento. Por isso, os negros e os mestiços deviam ser suplantados pelos arianos.

Em sua grande obra, *Os Africanos no Brasil*, Nina Rodrigues afirma que “*para dar-lhe (a escravidão) esta feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos (...)*”⁵⁵. Mostrando assim uma superioridade dos brancos em relação aos negros nestes estudos. Por isso, também, em suas obras como *A Raça Negra*

⁵³ GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos e Mocambos: camponeses negros e a experiência do protesto coletivo no Brasil escravista. Curso de Extensão em Educação – Africanidades – Brasil**. Brasília: UNB, s/a.

⁵⁴ LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, 1994.

⁵⁵ Disponível nos sites http://pt.wikipedia.org/wiki/Nina_Rodrigues e <http://www.espacoacademico.com.br/051/51buonicore.htm>. Acessado em 09 de maio de 2009.

no Brasil, Nina Rodrigues enaltece aqueles que ajudaram a destruir Palmares, pois segundo ele, este era uma ameaça ao futuro do povo brasileiro.

Anos depois de seus estudos, podemos citar Gilberto Freyre, que lançava seu livro *Casa Grande e Senzala*, no qual tentou acabar com os complexos de inferioridade dos negros criados por estudos anteriores. Dessa forma, o sangue negro passava a ser elemento de otimização do comportamento social brasileiro, construindo um dos pilares da miscigenação.

Um dos pesquisadores que se aproxima de Gilberto Freyre e ao mesmo tempo de Nina Rodrigues é Arthur Ramos e Édison Carneiro, em suas obras o quilombo aparece como uma negação do sistema escravista, como um espaço de resistência, sendo assim um duplo isolamento nas análises sobre quilombos.

Para Arthur Ramos, em sua obra, "*O Negro Brasileiro*", o autor discutiu o pesamento social da formação de nossa sociedade e a importância dos grupos negros e de sua cultura para a formação do Brasil. Assim, como Édison que se encanta pelos cultos religiosos africanos e escreve sobre tais assuntos.

Ramos foge de qualquer explicação biologizante dos comportamentos sociais, mas, ao mesmo tempo que faz uma crítica, também promove a obra de Nina Rodrigues. Inicia mostrando como a escravidão desestruturou a cultura africana, acarretando efeitos desestruturantes cultural e psiquicamente aos escravos que chegavam ao Brasil e aos seus descendentes.

Um dos pontos importantes para ser discutido em sua obra são os termos de civilizador e civilização. Ser civilizador é uma posição clara que Arthur Ramos faz dos portugueses que aculturaram os outros segmentos da sociedade brasileira, negros e índios, aos quais restava apenas o papel de humanizarem suas contribuições culturais. Mesmo com esta contribuição, para Arthur Ramos, o negro, devido a uma aculturação completa, torna-se inferior. Assim, ele argumentava que "*o homem não vale pelo seu teor de hemoglobinas arianas e*

*de pigmentos epidérmicos hereditários. Ele vale como representante de um grupo de cultura, de um grupo de sociedade ou de um ciclo de civilização*⁵⁶.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança nas teorias, principalmente nas teorias sobre raça e etnia. Esta guerra deixou várias marcas e traumas. Uma dessas marcas foi o fortalecimento da corrente ideológica racista. E é neste contexto que a UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization) encomenda um livro para Claude Lévi-Strauss. Vários outros pesquisadores ficaram com este cargo, entre eles, temos Florestan Fernandes e Roger Bastide.

O livro *Raça e História*, publicado em 1952, tenta responder a vários questionamentos relacionados a acontecimentos por que passou a sociedade de maneira geral. Desse modo, não é por acaso que Lévi-Strauss comece o livro com a afirmação de que não existe nada que comprove a superioridade de uma raça em relação a outra.

Segundo Alexander L. de Almeida Gebara, Lévi-Strauss notava que existiam diversidades culturais e estas, por sua vez, só existiam em relação à outra. Sem uma seria impossível a existência da outra. Dessa forma, Alexander, parafraseando Lévi-Strauss, afirma que

existem nas sociedades humanas, simultaneamente em elaboração, forças trabalhando em direções opostas: umas tendem à manutenção, e mesmo à acentuação dos particularismos; as outras agem no sentido da convergência e da afinidade” (GEBARA apud Lévi-Strauss, 1993, p.331).

Assim, para a compreensão do “outro”, deve-se fazer uma mudança na forma de pensar, sendo que, quanto maior número de contato entre as culturas, maior o desenvolvimento para as mesmas.

⁵⁶ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Luitgarde%20Oliveira%20Cavalcanti%20Barros.doc>. Acessado em 10 de maio de 2009. Apud RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro. Etnografia Religiosa e Psicanálise** São Paulo, Ed. nacional, 1940, p. 116.

Também a pedido deste órgão mundial, foram realizadas pesquisas em vários estados brasileiros; o estado de São Paulo ficou a cargo de Roger Bastide e Florestan Fernandes. O resultado da união destes dois sociólogos foi o livro *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, publicado em 1955; esta primeira edição, mais tarde foi modificada e passou a ter o título de *Branco e negro em São Paulo*.

Esta obra é importante para compreensão das formas de discriminação racial no país. Para estes autores, a questão que os impulsionava era o modo como foi feita a inserção do negro na nova ordem capitalista brasileira. Para isso, foi necessário que os pesquisadores utilizassem as representações coletivas, bem como pesquisa de campo para obter as posições da sociedade paulistana em relação ao negro.

Outras obras foram publicadas por cada um destes autores, separadamente, e, para nosso estudo, Roger Bastide aproxima-se mais das indagações feitas sobre a cultura da população negra. Entre seus livros mais famosos há “*O Candomblé da Bahia*” no qual o autor afirma a necessidade de compreender estas manifestações culturais, bem como “*Para fazer trabalho etnográfico, não basta descrever os ritos ou citar o nome das divindades; é preciso também compreender o significado dos mitos e dos ritos*” (FERREIRA, apud BASTIDE, reed. 2001)⁵⁷.

Semelhantemente a Lévi-Strauss, e se aproximando mais do conceito de etnia, Fredrik Barth escreve que o problema da contrastividade cultural passa a não depender mais de um observador externo, mas sim das diferenças que os próprios atores consideram como significativas; para ele, assim, “*grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas*”.⁵⁸

⁵⁷ FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Disponível no site http://www.jornalpoiesis.com/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=231&Itemid=50. Acessado em 10 de maio de 2009. Apud BASTIDE, Roger. *O Candomblé na Bahia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.22.

⁵⁸ BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000, 243 pp.

Corroborando com o autor acima, Weber, ao referir-se ao nascimento da idéia de coletividade étnica, afirma que ela está “*vinculada a aspectos extremamente exteriores das diferenças*”⁵⁹ no cotidiano, em alguma casualidade histórica ou herança racial. Assim, o que une estas comunidades são diferenças, importantes ou não, facilmente visíveis e facilmente descritas.

Na verdade, são grupos étnicos, pela definição dada por Weber, “*aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhança no habitus externo ou no costume, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum*”⁶⁰, sendo a consangüinidade necessária ou não.

Um princípio básico que deve ser levado em consideração é o fato de que a identidade cultural e étnico-cultural não existe para si, mas sim quando há alteridade e uma relação dialética.

Destarte, ALMEIDA (2002, p.74) afirma que raça e etnia não podem ter estes critérios de classificação, pois há um surgimento de “*novas etnias*”; assim,

pode-se dizer que existe um elenco de práticas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada ancestralidade. O pertencimento ao grupo não emana, por exemplo, de laços de consangüinidade, não existe a preocupação com uma origem comum, tampouco o parentesco constitui uma precondição de pertencer (ALMEIDA, 2002, p.74).

Contudo, para que se possa entender o surgimento dessas novas etnias, a discussão de identidade dá-nos um suporte teórico importante para elevarmos assim o entendimento da construção das mesmas.

Entretanto, ao utilizarmos este conceito, devemos tomar cuidado para que não caiamos em um modismo, uma vez que o conceito de identidade cabe em

⁵⁹ WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.1. São Paulo: editora UNB, 2004, p.269.

⁶⁰ Idem, p. 270

todos os tipos de pesquisas, sendo este modismo um prolongamento das tendências ideológicas da década de 70. Assim, para Denys Cucho (2002), existe uma diferença entre cultura e identidade cultural. A primeira existe inconscientemente e a segunda necessariamente é consciente e localiza-se em um sistema social, seja individual, seja coletivo.

O autor tece reflexões referentes a concepções sobre a identidade e a cultura, começando com uma visão objetiva, a qual remete-se, necessariamente, a um grupo original, de maneira autêntica. Todavia, esta visão, em medidas extremas, impossibilita o indivíduo de evoluir. Já na concepção subjetivista, utiliza-se o conceito de fenômeno de identidade, pois, para esta concepção, importantes são as representações que os indivíduos fazem de si mesmo. Entretanto, deve-se tomar cuidado com os casos extremos desta concepção, pois a identidade poderá ser reduzida a uma simples escolha individual arbitrária.

Denys Cucho apresenta ainda mais alguns tipos de noções de identidade e cultura pelas ciências sociais. Segundo ele, a concepção relacional, que afirma que a existência de uma identidade só é possível se houver a outra, permite que esta evolua constantemente. Podemos ainda citar a concepção da identidade multidimensional que mostra que, mesmo ela sendo parte de várias identidades, possui uma unidade comum, não se perdendo assim em um sincretismo cultural.

Por isso, o autor prefere utilizar a expressão “estratégias de identidades” na qual a identidade é vista como uma meta. Todo ator social possui uma manobra onde discute seus interesses, sejam materiais ou simbólicos. Dessa forma, a identidade sempre será relacional e imposta pelo individual ou pelo coletivo. “*A identidade não existe em si mesma*”⁶¹.

Corroborando com as noções de Barth, Denys Cucho afirma que o processo de identificação é uma vontade de marcar fronteiras entre “eles” e “nós”. Dessa forma, estas fronteiras são mutáveis: dependendo das mudanças sociais,

⁶¹ CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002, p.197.

econômicas e políticas, podemos perceber que estas fronteiras sofrerão um deslocamento. Entretanto, o autor deixa claro que não podemos analisar este conceito como uma abordagem sincrônica, mas sim de forma diacrônica e, ainda sim, não temos uma forma definível de uma vez por todas.

Sendo assim, segundo o autor, o que se torna pertinente fazermos é perguntar *“Como, por que, e por quem, em que momento, e em que contexto é produzida, mantida ou questionada certa identidade particular?”*⁶². Somente dessa forma, entenderemos as formações e as criações das novas etnias, no contexto constitucional brasileiro. Em relação a este contexto constitucional, veremos a seguir as concepções jurídicas acerca dos quilombolas.

Por fim, nesse segundo capítulo estudamos, o conceito de quilombo, suas análises desde as teorias históricas até de como o mesmo pode ser analisado pelas teorias antropológicas. Dentro de todas as teorias, as abordagens que buscam as explicações que se aproximam mais de certa realidade estudada, para isso, a historiografia cultural foi aquela que mais se aproxima dessa dita realidade com toda sua metodologia e interdisciplinaridade com o trabalho de campo da antropologia, podemos assim mostrar como surgiu estas novas etnias e suas representações, com análises e questionamentos para um contexto mais atual.

⁶² Idem. Ibidem, p.202.

3 QUILOMBO: DISCUSSÕES JURÍDICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

No capítulo anterior, tratamos das questões históricas sobre as comunidades quilombolas, utilizando fontes da historiografia e da antropologia que analisam estas “novas etnias”, buscando, assim, explicações para a relação entre a comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos e a política de reconhecimento quilombola.

No capítulo que segue, explicitamos os aparatos jurídicos, que são acionados em diversos momentos pelas comunidades quilombolas. Dessa forma, analisaremos a gênese das normas que regem as discussões sobre as políticas públicas, bem como os impasses criados quando se discute tais categorias. Além disso, este capítulo perpassa as ações afirmativas, programas e projetos em âmbito nacional, estadual e, sobretudo municipal, dando um enfoque no que vem sendo realizado e no que ainda está por vir na comunidade supracitada, entendendo assim, o processo de reconhecimento como um todo.

3.1 HISTÓRICO CONSTITUCIONAL

“Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote (Pancrácio) que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. (...) No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

- Tu és livre, podes agora ir pra onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais ordenado, um ordenado que...

- Oh! Meu senhô! fico.

- (...)

- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

- Eu vaio um galo, sim, senhô.

- Justamente. Pois seis mil-réis. No final de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas. E chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras: que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *es livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu”.⁶³

Machado de Assis escreveu esta crônica, que foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, em 19 de maio de 1888, retratando uma realidade que nada mais é do que uma pequena amostra da verdadeira condição social, política e econômica que os negros, considerados “inferiores”, sofreram no Brasil desde aquela época até luta travada judicialmente (mais especificamente pós 1988) pelas comunidades quilombolas e as associações ligadas a estes movimentos para conseguir um espaço legal para obtenção de suas posses.

Analisando o trecho acima, podemos perceber que de uma certa forma, o dia 13 de maio de 1888 não passou de uma continuidade política e econômica, cuja exploração ainda permanecia atrelada àquelas condições. O escravo Pancrácio, agora homem livre, não escapou de ser maltratado pelo seu ex-senhor, que lhe dá um peteleco, explicando que o acontecido não passou de um impulso natural, mas que ele ainda continuava livre.

⁶³ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, vol. III, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p.71-72.

Entretanto, vale ressaltar que Sidney Chalhoub em sua obra *Visões da Liberdade*⁶⁴ trabalhando com as interpretações das interpretações dos mais variados sujeitos históricos em busca de um entendimento sobre escravidão e a liberdade naquela época, mostra como este processo se dava, segundo o autor, como o escravo conseguia certo deslocamento de seus próprios fios, dessa “*malha social*”. Por isso, para este autor o 13 de maio foi significativo de certa forma, pois uma massa de negros cavou sua liberdade através de certa institucionalidade “*os cativos agiram de acordo com a lógica ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firme vinculados experiências e tradições históricas particulares e originais*”.⁶⁵

Ao longo da História do Brasil, temos inúmeras leis que fizeram parte de um conjunto de medidas para resolver questões fundiárias e os problemas sociais, advindos da formação social e do processo de exploração da mão-de-obra negra. Assim, a promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em 1988, fez com que os setores sociais que lutavam por mais direitos destes “remanescentes” exaltassem ainda mais o desejo por igualdade; entretanto, a dificuldade de se fazer isso na prática vem se estendendo ao longo destes 20 anos; a constitucionalização de certos direitos não significa a sua efetiva aplicabilidade.

Assim, neste capítulo, faremos uma breve análise sobre as normas que compõem o aparato legislativo, dando um suporte empírico para aqueles que porventura venham analisar este trabalho. E, principalmente para as comunidades quilombolas para que estas ganhem maior força e ou instrumentos de defesa para seus processos de reconhecimento e lutas por uma identificação. Mostraremos em três âmbitos: o nacional, onde as discussões têm maior acessibilidade; o estadual, que em sua maioria acompanha as leis nacionais, e; por fim, passaremos para o municipal, quando trabalharemos com as entrevistas feitas em campo, com as instituições integrantes do processo de reconhecimento da comunidade de Santo Antônio

⁶⁴ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p.252.

de Pinheiros Altos, ou seja, a prefeitura, com as secretarias de cultura e educação, e a EMATER-Piranga.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: A BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO

Após a promulgação da Constituição de 1988, especialmente do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as comunidades negras no Brasil vêm se autorreconhecendo como quilombola. Mas como acontece esta transformação? Segundo Luísa Andrade de Sousa⁶⁶, esta mudança fica a cargo de agentes externos: ONGs, movimentos sociais, instituições públicas, universidades e pesquisadores ligados a estes diagnósticos.

Apesar de a lei prever o autorreconhecimento, na prática, vem-se notando cada vez mais a iniciativa de fora dessas comunidades, através da intervenção. Esta intervenção vem geralmente por dois pontos principais: pela associação da comunidade, a qual tem seus objetivos distintos e determina quem faz parte da comunidade em questão; no outro ponto, temos as políticas públicas, que muitas vezes não são de interesse dos moradores dessas comunidades. No entanto, quando começa a chegar recursos para as comunidades, há um incentivo para que os moradores comecem a solicitar oficialmente seu reconhecimento.

Um outro aspecto para mencionarmos são as alterações dos conflitos a partir da mudança de um status, de negro para quilombola. Segundo Luísa A. de Sousa muitas são as famílias que se recusam a sair de onde estão ou se assumirem como quilombola para evitarem conflitos com os vizinhos ou outras conseqüências que ainda poderão vir.

Para mediar este conflito, a presença do pesquisador deve se levada em consideração. Esta presença não acontece somente quando se faz um laudo antropológico, mas sim desde o início.

⁶⁶ SOUSA, Luísa Andrade. *De “moreno” a “quilombola”*: O antropólogo nas comunidades de remanescentes de quilombo. IN: FLEISCHER, Soraya et al. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em diretos humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp.151-162.

Isso não quer dizer que há uma tentativa de forjar uma identidade nos atores através de uma nova categoria por parte do pesquisador, e nem quer dizer que, necessariamente, o indivíduo se apropriará do termo quilombola como (auto) designador de sua identidade.⁶⁷

É através da etnografia feita para os laudos antropológicos que se diminui a distância entre as decisões políticas e jurídicas e as realidades das comunidades. “*O laudo é um momento dos excluídos fazerem-se entender nos fóruns especializados*”⁶⁸.

Estas ações coletivas no campo podem resultar em uma ou várias políticas públicas, visto o aparato legislativo, e é dentro dessa criação que estes atores tentam um maior benefício. Assim, para Jaqueline Russczyk “*elaborar uma política pública corresponde a construir uma representação da realidade sobre a qual se quer intervir, bem como revela o modo e a crença no governo de uma sociedade*”⁶⁹.

Partindo das observações feitas por Jaqueline, a autora Isaura Botelho busca evidenciar a premissa de que há um recuo das formulações das políticas públicas globais. Afirma que a formulação depende não somente da dimensão antropológica, mas também da dimensão sociológica.

Isaura afirma que na dimensão antropológica a cultura é uma interação social entre os indivíduos produzindo valores, manejando identidade, equilíbrios simbólicos, ou seja, uma relativa estabilidade. Dessa forma,

Para que a cultura tomada nessa dimensão antropológica seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais, que chegam a interferir nos

⁶⁷ Idem. Ibidem, p.156.

⁶⁸ Idem. Ibidem, p. 160.

⁶⁹ RUSSCZYK, Jaqueline. *Dilemas e desafios do fazer antropológico: considerações sobre uma experiência particular*. IN: FLEISCHER, Soraya et al. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em diretos humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp.163-176.

estilos de vida de cada um, nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta.⁷⁰

São pequenos mundos que envolvem várias relações, familiares, de vizinhança, cotidianas, de trocas simbólicas, e que circulam nos espaços desses microuniversos sociais, mas que ficam invisíveis para as políticas públicas.

Já a dimensão sociológica não se constitui no cotidiano, mas sim em um âmbito mais especializado.

Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela deve compor um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso.⁷¹

Em uma abordagem sociológica, os grupos sociais apresentam uma organização que pode se vista pelo poder público. Essa visibilidade é o que permite a elaboração de diagnósticos e laudos, bem como o atendimento das demandas socialmente organizadas.

3.3 PROJETOS, AÇÕES E PROGRAMAS: UM PARECER.

Várias são as medidas e mudanças que ocorreram no Brasil pós 1988, referente a comunidades que se intitulam remanescentes de quilombos. Nesta parte do capítulo, faremos referências a estes programas e políticas; infelizmente não é possível fazer um estudo comparativo entre eles e a

⁷⁰ BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, nº15, vol.02, 2001, p.04.

⁷¹ Idem. *Ibidem*, p.05.

sociedade civil de uma forma geral, mas há a possibilidade de descrevê-los e buscar maiores informações para que sejam utilizadas pelas pessoas às quais este trabalho se refere.

3.3.1 PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA

Em 2004, é criado o Programa Brasil Quilombola, cuja “*finalidade precípua é coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil*”⁷². Esse programa é gerenciado pelo SEPIR (Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial) que junto com a Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais dão assistência às comunidades quilombolas de Goiás.

Assim, o Programa Brasil Quilombola é uma iniciativa do governo federal, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e no Decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, podendo definir também as competências dos órgãos envolvidos nesses processos de reconhecimento.

As assistências, previstas no documento, se aplicam várias questões da melhoria da qualidade de vida das pessoas que se encontram em comunidades quilombolas, para aquelas que estão no processo de reconhecimento, e fazem parte de um plano plurianual. O programa estabelece uma metodologia voltada para um desenvolvimento sustentável, o qual pretende ajudar na titulação, permanência na terra, na alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia, trabalho, infra-estrutura e previdência social. Por fim, esse programa possui os seguintes delineamentos de suas ações:

⁷² Programa Brasil Quilombola. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf. Acessado em Dezembro de 2008.

- Racionalizar o uso de recursos naturais, enfatizando métodos de produção agroecológicos;
- Incorporar a dimensão de gênero nas diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos de cidadania existentes nestas comunidades, promovendo políticas concretas que efetivem a igualdade e equidade de gênero.
- Incentivar os governos estaduais e municipais na promoção do acesso de quilombolas às políticas públicas;
- Fortalecer a implementação das ações governamentais junto às comunidades remanescentes de quilombos;
- Estimular o protagonismo dos quilombolas em todo processo de decisão, fortalecendo sua identidade cultural e política.
- Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, com especial atenção às mulheres e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas⁷³.

O objetivo do Programa Brasil Quilombola é estabelecer uma nova metodologia que permita o desenvolvimento sustentável quilombola. Busca pensar cada comunidade, suas especificidades, suas histórias e sua organização contemporânea, visando garantir os direitos e a permanência na terra. Trabalha os seguintes pontos: documentação básica, alimentação, educação, saúde, esporte e lazer, moradia adequada, trabalho decente, serviços de infraestrutura - saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações - e previdência social.

3.3.2 PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

O Decreto nº.4739, de junho de 2003, estabelece que a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário coordene as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural no país, após a

⁷³ Idem. Ibidem.

constatação dos negativos resultados advindos das políticas da Revolução Verde e os critérios por ela adotados.

Além disso, o PNATER surge de uma real demanda advinda de discussões na academia e movimentos sociais organizados que criaram novas necessidades da extensão rural, buscando aplicar os princípios agroecológicos, e estimulando assim uma maior geração de renda e maior participação social.

Dentro do que propõe a PNATER, considera-se: a) o público atendido, b) forma de financiamento, c) financiamentos de forma descentralizada e mesclada de maneira a juntar verbas federais e municipais, atendendo os princípios do agroecológico. A Política, como um projeto descentralizado, garante a participação de órgãos estaduais e empresas concernentes à questão do desenvolvimento rural sustentável, de cooperativas de técnicos e agricultores e de outras organizações.

Ao se utilizar essas novas metodologias propostas pela PNATER, há uma crítica sobre a prática convencional de intervenção no campo. Busca-se assim perceber uma urgência de políticas participativas, sobretudo, para o nosso estudo de comunidade quilombolas. Singularidades quanto à cultura, aos hábitos alimentares, à raça, à etnia, ao gênero, à geração, à organização sócio-econômica e ambiental passam a ser obrigatórias, considerando a nova proposta de Ater. Todavia a PNATER não especifica como isso deveria ser feito.

A PNATER, como projeto social, conseguiu visualizar as variáveis que ocorrem no campo e a demanda social. Entretanto, a grande dificuldade é a operacionalização desta política graças à diversidade de grupos sociais beneficiários.

As principais dificuldades com relação à aplicação e operacionalização dessa política para com as comunidades quilombolas são: falta de articulação dos saberes locais; entidades de Ater não aceitam os quilombolas como agricultores familiares; e despreparo de formação dos extensionistas para trabalhar com comunidades quilombolas.

3. 3. 3 AÇÕES AFIRMATIVAS

Consultado o site da Fundação Cultural Palmares⁷⁴, buscamos analisar as ações afirmativas. Para isso, devemos primeiramente defini-las: o que vem a ser estas ações afirmativas? Desde a Conferência Mundial de Durban, criou-se um campo político para formulações e implementações das políticas de promoção da igualdade racial. No caso do Brasil, esta conferência deu o primeiro passo para que fossem abertas as discussões. Dados da FCP afirmam que desde 1999, pelo menos 208 iniciativas governamentais e não-governamentais de ação afirmativa⁷⁵ para negros no País foram implementadas, sendo a maioria na área de educação.

Para a Fundação, essas ações são uma forma de corrigir distorções que aconteceram há séculos no país. E através da norma escrita do artigo e do decreto tenta-se amenizar para estas comunidades as diferenças históricas de desigualdade social.

Para o Direito Internacional, os tratados, convenções e pactos que o Brasil assinou relativos à proteção dos direitos humanos e da não discriminação são de observância obrigatória no território brasileiro. São desses tratados que advém às ações afirmativas. São eles:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (art.2)
- Pacto dos Direitos Civis e Políticos (art.2, I e 26)
- Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 2).
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- Convenção da UNESCO sobre a Discriminação na Educação, de 1960

⁷⁴ Para mais informações sobre estas ações e sobre as comunidades quilombolas, processos, titulação, reconhecimento, ver o site <http://www.palmares.gov.br/>.

⁷⁵ Disponível em <http://www.palmares.gov.br/> . Acessado em novembro e dezembro de 2008.

- Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença (1981).

Cada um possui um texto contra as varias formas de discriminação. Em nosso trabalho apresentaremos aquelas que dão enfoque às questões raciais. Para isso temos a “Convenção Internacional para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial”. Esta, no art. 1, item 4 prevê que

Medidas especiais tomadas com o objetivo precípua de assegurar, de forma conveniente, o progresso de certos grupos sociais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem de proteção para poderem gozar e exercer os direitos humanos e as liberdades fundamentais em igualdade de condições, não serão consideradas medidas de discriminação racial, desde que não conduzam à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido atingidos os seus objetivos.⁷⁶

Tendo em vista esta medida, a Constituição Brasileira firma a seguir estes princípios, em vários artigos. Como no: art. 1⁷⁷, inciso III(princípio que resguarda o valor da dignidade humana); Art.3, incisos I, III e IV(constituem objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e erradicar a (...) marginalização e reduzir as desigualdades sociais.); e no decreto 4228/2002 que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Partindo destes documentos são realizadas todas as políticas afirmativas.

A Fundação Cultural Palmares é o braço direito do Ministério da Cultura, para as questões de reconhecimento e titulação das terras quilombolas. A FCP tem participado de missões também internacionais, como no Haiti, em países

⁷⁶ Disponível em <http://avaliacaodurban2009.files.wordpress.com/2009/01/convencao-internacional-sobre-todas-as-formas-de-discriminacao-racial.pdf> acessado em 11 de maio de 2009.

⁷⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 11 de maio de 2009.

africanos, proporcionando uma ajuda internacional na construção da “identidade negra”.

Podemos citar várias iniciativas promovidas por essa Fundação, com o: a) Seminário Cultura e Desenvolvimento na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), (2004); b) Mostra Pan-Africana de Arte Contemporânea, (2005); c.)Seminário Internacional Saídas da Escravidão e Políticas Públicas (2005).

São várias as ações que no ano de 2008 estão em pauta nas discussões do governo federal. São elas: a) na saúde, Programa Afroatitudo: programa integrado de Ações Afirmativas para Negros do Ministério da Saúde, no intuito de fortalecer a resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes; b) na educação, Programa Pró-Uni: reserva bolsas aos cidadãos portadores de deficiência e aos autodeclarados negros, pardos ou índios; c) Programa Uniafro: programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas instituições públicas de educação superior; d) Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia: programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores/ Itamaraty) que oferta bolsas para candidatos afrodescendentes se prepararem para os exames de seleção à carreira diplomática; e) por fim, voltado para trabalho e renda, Projeto Terra Negra Brasil: desenvolvido especialmente para promover o acesso à terra a jovens de comunidades negras rurais⁷⁸.

Após esboçar tais programas e projetos, bem como as ações afirmativas, gostaríamos de passar agora para as políticas propriamente ditas quilombolas, em âmbitos federal, estatal e municipal, mostrando como elas são aplicadas no cotidiano da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

⁷⁸ Idem. Ibidem.

3.4 POLÍTICA PÚBLICA “REMANESCENTE DE QUILOMBO”

Neste subtítulo, após abrirmos as discussões sobre políticas públicas e suas possíveis interpretações, trabalharemos com a criação, aplicabilidade e limitações das leis, decretos, ações, programas e portarias que fazem parte das políticas públicas ligadas a comunidades remanescentes de quilombos.

Para isso, buscamos dividir em três partes as análises: a primeira, em âmbito nacional; seguida de estadual e, por fim, a municipal, sendo que para este fim, utilizaremos as entrevistas feitas com as autoridades que podem e têm maior acesso a estas políticas públicas, mas que nem sempre fazem o uso das mesmas.

3.4.1 ÂMBITO NACIONAL

Sobre este ponto, e analisando o texto constitucional, Miriam de Fátima Chagas (2001) busca entender o tratamento que o Estado dá ao reconhecimento das diferenças étnicas. Ela estuda mais especificadamente o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e os seus respectivos dispositivos com os artigos 215 e 216. Assim, apresenta sua pergunta de discussão: seria o quilombola responsável por conseguir “reconhecimento propriamente étnico” no espaço de uma lei tão diversificado?

Mesmo se tratando de um novo cenário de reconhecimento, certas demandas de caracterização dessas comunidades são feitas ou traduzidas com base em estereótipos ou enquadramento que pouco ou nada correspondem a suas realidades. Nessa direção, faz sentido supor que, muito embora a expressão “remanescentes das comunidades dos quilombolas” tenha sido cunhada como categoria jurídica geradora de direitos, esse reconhecimento não suprimiu a possibilidade de problematizá-la no quadro das dificuldades decorrentes do próprio processo de sua interpretação.⁷⁹

⁷⁹ CHAGAS, Miriam de Fátima. A política de reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 07, nº15, p.209-235, jul.de 2001. Disponível

Segundo essa autora, durante o processo de reconhecimento oficial dessas comunidades, vários grupos surgem: governamentais, não governamentais e movimentos sociais; todos dificultam, de certa forma, a apreensão das categorias sociais. Chagas afirma que tais instituições aparecem num determinado momento, complicando ainda mais o processo de reconhecimento, pois as mesmas nem sempre fazem parte dessas comunidades e nem as acompanham no pedido de titulação, criando, assim, conflitos sociais entre indivíduos, entre instituições e entre indivíduos e instituições.

Dessa forma, para ter a aplicação do direito constitucional para a titulação de terras, é necessário pensar nesses espaços não como disputas sociais, mas perceber que são “*espaços sociais*”, que estão qualificados e atravessados por “*redes de relação*” que, posta em caso, garante “*a própria permanência do grupo neste território*”.⁸⁰

No entanto, de acordo com a autora, para que o reconhecimento dessas comunidades seja feito, bem como sejam apreendidas suas diferenças culturais, é necessário que a discussão de fundo para implementação dessa política seja o multiculturalismo. Estas teorias se dão no país a partir do momento em que o se redemocratiza em 1985, e consolidação vem com a promulgação da constituição de 1988. Entretanto, ela se pergunta: Em que medida a diversidade para o grupo é importante para se fazer justiça social? Assim, acredita que o problema não está somente em uma diferença econômica, “*mas evidentemente em uma representatividade sociocultural que não encontra lugar*”.⁸¹

A autora afirma que existe toda uma complexidade que se encontra na ligação entre os laudos antropológicos e os textos jurídicos. Em se tratando dos laudos antropológicos, hoje, no Brasil, vem se percebendo que há um aumento do uso dos laudos periciais, o que é largamente discutido e problematizado.

em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832001000100009&script=sci_arttext&tlng=en. Acessado em 24 de junho de 2008, p.215.

⁸⁰ Idem, p.228.

⁸¹ Idem, ibidem, p, 232.

pesquisas antropológicas com ênfase no respeito à diversidades cultural despertaram a crescente atenção de juristas e administradores, antes mesmo da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, mas tal colaboração se materializou a partir da efetiva redemocratização do país.⁸²

Podemos perceber assim uma antiga parceria entre os antropólogos e o campo jurídico, tendo sua origem nos estudos de comunidades tradicionais. O uso do laudo pericial vai muito além de um parecer técnico, “*elaborado na vivência ‘in loco’ e que busca realçar o ponto de vista dos grupos pesquisados*”⁸³.

Após vários debates ocorridos na ABA (Associação Brasileira de Antropologia), determinou-se que os laudos periciais são documentos produzidos com objetivos pré-determinados, e que todas as partes envolvidas no mesmo terão acesso a ele, tornando os mesmos um “gênero narrativo textual distinto”⁸⁴.

Em síntese, se pensarmos nessas leis, bem como nesses decretos que surgem referentes ao processo de reconhecimento, devemos vê-los de forma prismática, pois refletem a contínua negociação extra legislativa a respeito da operacionalidade da lei, incluindo como ela é posta em prática e vivenciada. No caso específico do quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos, objetivo desta pesquisa, trata-se, sobretudo, de um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas de um passado a ser rememorado, deixando de haver assim, um monólogo entre decretos e leis, passando a ser uma vivencia prática entre o cotidiano e as formulações dessas leis e decretos.

Alfredo Wagner Berno de Almeida afirma que

⁸²BOAVENTURA, Ilka Leite. Os Laudos Periciais – um novo cenário na prática antropológica. IN: BOAVENTURA, Ilka Leite. Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005, p.16.

⁸³ Idem. Ibidem, p.17.

⁸⁴ Idem. Ibidem, p.25.

A despolitização do fator étnico concorre para diluir a identidade coletiva e para elidir o que é considerado como significativo pelas próprias comunidades quilombolas. São menosprezadas suas condições reais de existência e seu sistema de representação dos recursos naturais e da vida social. O único contraponto a esta homogeneização seriam as mobilizações étnicas, que continuam afirmando um critério político-organizativo próprio e distintivo, com demandas específicas que apontam para a imprescindibilidade dos fins e para o imperativo de se sair das bordas e ir ao âmago do problema, como a lembrar permanentemente que o Estado não lhes tem assegurado o recurso básico essencial, isto é, a territorialidade que garante a sua reprodução física e cultural.⁸⁵

Mostrando que, embora as leis federal e estadual não consigam fazer seu papel perante as comunidades, estas, por meios de seus próprios caminhos, demonstram o quanto conseguem ser organizados e lutam permanentemente, com o Estado para conseguir aquilo que, segundo elas, lhes é de direito. Outros aparatos políticos fazem parte do cenário em que vivemos; assim sendo, apresentaremos uma tabela com os principais eventos nacionais, informando o contexto para a criação das normas referentes ao processo de reconhecimentos quilombola:

Data	Evento	Normas
22 de agosto de 1988	É autorizada a criação da Fundação Cultural Palmares.	Lei 7.668/88
05 de outubro de 1988	É promulgada a CF/88, nela incluindo-se o disposto no art.68 do ADCT por influência, dentre outros fatores, das comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil.	CF/ 88
10 de janeiro de 1992	É criada a Fundação Cultural Palmares, mediante aprovação de seu Estatuto.	Decreto 418/92
22 de novembro de 1995	O Incra define um plano de trabalho para a concessão, às comunidades remanescentes dos quilombos, de títulos de reconhecimento de domínio (com cláusulas “pro indiviso”) sobre suas terras insertas em áreas públicas federais.	Portaria INCRA 307/95
26 de outubro de 1999	É introduzida na área de competência do Ministério da Cultura a atribuição de “cumprimento do disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”	MP 1.911.11/99
02 de	O Ministério da Cultura delega a competência	Portaria MC

⁸⁵ Idem, pp. 43 e 44.

dezembro de 1999	de “cumprimento do disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” para a Fundação Palmares.	447/99
27 de dezembro de 2000	São incorporadas expressamente, no rol de competências da Fundação Cultural Palmares, as atribuições de “realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação”, bem como a atribuição de ser “também parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários”.	MP 2.123.27/2000
26 de janeiro de 2001	É alterada a competência do Ministério da Cultura de “cumprimento do disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, que passa a deter competência para “aprovar a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinar as suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”.	MP 2.123.28/2001
10 de setembro de 2001	É exarado parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, no qual se propugna pela ilegitimidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra para promover desapropriações e reconhecer o domínio de terras em favor de remanescentes de comunidades quilombolas.	Parecer SAJ 1.490/01
10 de setembro de 2001	É editado decreto, amparado no parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, cujo objeto é regulamentar “as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades de quilombos.	Decreto 3.912/2001
11 de setembro de 2001	As normas até então instituídas por medida provisória passam a vigorar por prazo indeterminado, perdendo a vigência apenas por força de medidas provisórias ulterior que as revogue explicitamente ou por deliberação	EC 32/2001

	definitiva do Congresso Nacional.	
12 de junho de 2003 ^{*86}	Reconhecimento da competência do Comitê Internacional para a eliminação da discriminação racial, para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.	Decreto n° 4.738 (ato do poder executivo)
20 de novembro de 2003 *	Regulamentação para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.	Decreto nº4887
03 de junho de 2004*	Autoriza a criação da Comissão Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, como as de caiçaras e remanescentes de quilombos.	Decreto Presidencial
19 de setembro de 2005**	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003.	Instrução Normativa Incra n.º 20
28 de março de 2006 **	Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Ensino Fundamental, em áreas remanescentes de quilombos, para o ano de 2006.	Resolução FNDE n.º 09
13 de abril de 2006 **	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	Decreto n.º 5.758
26 de abril de 2006 **	Altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências.	Medida Provisória n.º 292
07 de	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento	Decreto n.º

⁸⁶ As informações acima foram retiradas de SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Comunidades Quilombolas: Direito à Terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/Minc/ Editora Abaré, 2002 pp.40 e 41. Exceto aquelas marcadas com um * (asterisco) que são retiradas do **Boletim Informativo NUER** – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. Vol. 2, nº. 2. Florianópolis, NUER/UFSC, 2005, pp.32 a 38. E finalmente as informações marcadas com ** (asteriscos) foram retiradas do site http://www.cpis.org.br/htm/leis/conheca_quilombos_fed02.htm, acessado em 20 de janeiro de 2009.

fevereiro de 2007	Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	6.040 **
26 de abril de 2007	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências.	Decreto n.º 6.101 **
26 de novembro de 2007	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto n.º 4.887/03.	Portaria FCP n.º 98 **
02 de abril de 2008	Altera dispositivo, que especifica, da Instrução Normativa n.º 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira.	Instrução Normativa STN n.º 1 **
06 de março de 2008	Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos Estados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, e para o apoio à gestão estadual desses programas.	Portaria MDS n.º 76 **
12 de março de 2008	Publica o regimento interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Portaria MDS n.º 86 **

Por fim, vemos que o mesmo impasse que acontece na esfera federal é passado para esfera estadual. Tais impasses, por sua vez são repassados para os municípios e aí acrescidos de uma demanda social muito grande. Assim sendo cabe ao município, com seus meios, diminuir as diferenças entre a legislação e a sociedade civil.

Como em âmbito estadual a legislação segue os passos da federal, as leis e decretos pouco podem mudar, até porque a legislação estadual é complementar à federal. Entretanto, as ações do governo de cada estado brasileiro têm sua peculiaridade na formação, principalmente, de ações afirmativas. Consultando o site da Assembléia de Minas Gerais, pudemos perceber como o governo estadual trata a questão quilombola, através de projetos de leis, decretos e ações. Infelizmente, não foi possível obter todas as ações realizadas desde a promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por isso nos ateremos àquelas que estão em tramitação no ano de 2008 e início de 2009.

3.4.2 ÂMBITO ESTADUAL

No que se refere aos aparatos judiciais e políticos, em âmbito, estadual de Minas Gerais, fizemos uma pesquisa⁸⁷ na Assembleia Legislativa e conversamos com um dos técnicos do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), para saber se havia algo referente às comunidades quilombolas no estado. Infelizmente, na Fundação Cultural Palmares não há informações sobre cada estado, separadamente, exceto quando se referem às titulações. Concluimos que o melhor local para se procurar informações seria uma entidade que busca arquivar e resgatar tais informações, bem como no site da Assembleia para verificar se existe algum projeto em andamento ou concluído.

O CEDEFES é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede e foro na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais. Esta organização tem como objetivo promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais. Um dos principais objetivos dessa organização é acompanhar, registrar e organizar as informações relativas aos principais eventos, problemas e situações ocorridas, discutidas e vividas pela sociedade civil, mais especificamente aquelas discriminadas de uma maneira geral: indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pescadores, enfim, comunidades tradicionais.

Em contato com um dos coordenadores do CEDEFES, Pablo Oliveira, perguntamos se existe em Minas Gerais alguma política pública voltada para comunidades quilombolas. A sua resposta por e-mail foi “*As políticas do governo estadual em relação às comunidades quilombolas ainda são poucas. Existe um projeto de lei tramitando na Assembléia, mas o horizonte para sua*

⁸⁷ Foi solicitado à biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, todas as informações que perpassam sobre as questões quilombolas, principalmente no que se refere à legislação estadual, mesmo que estejam em andamento, ou já tenha sido aprovada. Foi nos dado uma pagina da internet com estas informações tais foram resumidas neste subcapítulo.

*aprovação ainda é distante*⁸⁸. Por isso, podemos afirmar que tem uma ausência de políticas públicas em Minas Gerais voltadas para questão quilombola.

A pesquisa feita no *site* da Assembléia Legislativa de Minas Gerais confirma a informação dada pelo técnico do CEDEFES. Podemos dividir as informações em três partes: requerimento, feito por alguma entidade civil, ou autoridade que deseja discutir ou propor um projeto de lei; ações legislativas, pois após o requerimento, tem-se a ação, o que quer que seja, encaminhada à plenária, ou qualquer ação direta para a sociedade; e por fim, temos o projeto de lei que, aprovado, passa a vigorar em todo o estado.

Os dados de uma forma geral encontrados são:

1. Sobre um projeto de lei que *“estabelece diretrizes para as políticas públicas estaduais de combate à discriminação racial e dá outras providências; este permanece em andamento, não sendo ainda aprovado”*;
2. Ações: pede a presença de professores nas comunidades quilombolas para que seja mantida a valorização e o resgate de sua cultura, para a comunidade de Santa Cruz, sendo este aprovado. Criação de um programa de eletrificação rural para as comunidades quilombolas e negras, que está aguardando designação de relator em comissão (AGDRE). Encaminhamento para agilidade do processo de demarcação e titulação das terras quilombolas de Santa Cruz, por meio do INCRA; essa foi aprovada, assim como a proposta de regularização fundiária das mesmas terras. Declara de utilidade pública a Associação de cozinha e bordado e artesanato da comunidade do quilombo - ACOBOART – com sede no município de Divinópolis, o que foi transformado em Norma Jurídica. Construção de vários postos de saúde, principalmente de regiões quilombolas, o que foi aprovado.
3. Requerimento ao INCRA que amplie com o ITER a realização de levantamentos antropológicos para a agilização dos processos de titulação e reconhecimento. Requer um recurso de R\$ 549.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL REAIS) para realização de um diagnóstico sobre a realidade socioeconômica e cultural das comunidades quilombolas de Minas Gerais. Criando assim, um banco de dados; requer que cópia da carta das comunidades

⁸⁸ E-mail, trocado entre mim e Pablo, para obtenção de informações da situação das comunidades quilombolas de Minas Gerais. O e-mail segue me anexo, no final da dissertação.

quilombolas do Norte de Minas para o Governador, Tribunal de Justiça, Diretor do ITER, entre outros⁸⁹.

Portanto, temos somente um projeto de lei que ainda está em tramitação; nas ações temos um total de 5 (cinco), dentre elas apenas 3 (três) aprovadas, 1 (um) projeto de lei virou Norma Jurídica e 1(uma) aguardando designação de relator; e por fim, 3(três) requerimentos para solicitação de alguma ação. Assim, podemos perceber que as dificuldades são passadas para o município que tem a responsabilidade de tentar, através de políticas públicas municipais, atender as demandas das comunidades locais É o que trataremos, a seguir, no âmbito municipal.

3.4.3 SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E O SEU RECONHECIMENTO.

Após essas informações sobre a criação das políticas públicas, faz-se necessário abordar o âmbito municipal, para compreendermos o que vem acontecendo no processo de reconhecimento da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Para isso, abaixo, segue a descrição passo-a-passo do que as comunidades precisam seguir para conseguirem a titulação, segundo o decreto 3.912/2001 que regulamenta estas etapas:

- i.) Encaminha-se requerimento ao presidente da FCP, a fim de que seja aberto processo administrativo para a identificação de remanescente de comunidade quilombola; passa-se assim pelo próprio presidente da Fundação para que o ministro da Cultura abra um processo em *ex-officio*;

⁸⁹ Informações retiradas do site http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=MATE&f=S&l=20&n=&p=1&r=0&u=http://www.almg.gov.br/mate/chama_pesquisa_avancada.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESNOM&SECT3=PLUROFF&SECT6=BLANK&SECT7=LINKON&col=e&pg1=dtmt&s1=comunidade+quilombo&s2=&SECT2=THESNOM&n. Acessado em 24 de janeiro de 2009.

- ii.) A FCP elabora “relatórios técnicos”, os quais (laudos periciais antropológicos) deve constar à identificação de aspectos sociológicos do grupo, estudos de natureza cartográfica e ambiental, um levantamento da situação fundiária das terras ocupadas (no cartório de registro de imóveis competente), a delimitação das terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcações, e um parecer jurídico;
- iii.) A FCP remete o relatório técnico a três órgãos governamentais – IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e SPU (Secretaria do Patrimônio da União), para que em trinta dias aconteça a manifestação dos mesmos;
- iv.) Após a apreciação, a FCP tem noventa dias para emitir um parecer conclusivo; este deve ser publicado no Diário Oficial da União e da Unidade de Federação à qual a área faz parte, com a descrição das terras demarcadas;
- v.) Trinta dias seguem-se para que haja a impugnação de terceiros perante a este parecer conclusivo;
- vi.) Havendo tal impugnação, o presidente da FPC tem trinta dias para apreciação, sendo levado em último caso para o ministro da Cultura, em até quinze dias após passados os trinta estipulados acima; não havendo tal impugnação, a publicação do mesmo segue-se;
- vii.) Em até trinta dias, o ministro da Cultura profere duas decisões: uma, para que seja cumprida em até setenta dias as determinações de demarcações prescritas no relatório técnico; outra, é desaprovado o relatório e pedido para que volte para a FCP, ambos publicados em portarias; neste caso, deve-se descrever o porquê de não ter sido atendido o art.68 do ADCT;
- viii.) Aprovado, segue-se a homologação por decreto da Presidência da Fundação Cultural Palmares.

Visto acima, o passo a passo para a obtenção do reconhecimento, passamos, agora, para os setores que trabalharam diretamente com a formulação e aplicação das políticas. Dentre os entrevistados, na pesquisa de campo, temos o prefeito da cidade de Piranga, Eduardo Sérgio Guimarães, os seus secretários de cultura e educação Robson e Luis Helvécio, vulgo Robinho e Luizinho, e Marcos que trabalha na EMATER – Piranga, e que tem um envolvimento direto com a comunidade.

As perguntas, dirigidas a cada um dos setores, buscam compreender a relação que cada qual possui com a região de Santo Antônio, seja pessoal ou pública. Esclarecemos sobre nosso objetivo de pesquisar Santo Antônio de Pinheiros Altos e as autorizações dos mesmos seguem em anexo à dissertação, para utilização dos verdadeiros nomes e falas referentes às nossas perguntas.

O fato de termos feito uma etnografia de Santo Antônio de Pinheiros Altos nos permitiu perceber que a presença da prefeitura e demais secretarias era pouco evidente nessa comunidade, tendo assim, uma certa ausência do poder público municipal nessa comunidade.

Segundo o prefeito, os projetos realizados nesta comunidade foram aqueles desenvolvidos em todas as outras, voltados para obtenção de luz, água e saneamento básico. Assim, não foi levado em consideração, segundo ele, o fato desta comunidade pleitear o seu autorreconhecimento quilombola.

Todavia, ele afirma que

De (área de) educação tem aqueles trabalhos lá, da própria existência deles, parece que ano passado eles viajaram, histórico de remanescente quilombola, características culturais, características de trabalhos deles, de método de trabalho e de vida (*estava falando sobre um projeto realizado pela escola no ano de 2007 com toda a comunidade*). E especificamente pra eles lá, trabalho diretamente desenvolvido eu num tenho, eu tenho é a questão da escola no núcleo, no núcleo escolar do município. Conseguimos abastecimento de água lá para a comunidade em geral para Santo Antônio que lá não tinha...uma água de qualidade que lá tem muito problema de água, vamos captar e distribuir em todas as casas. Trabalho no sentido de ajuda de casa já que no sentido

de apoio da prefeitura para cidadão carente, a luz lá, né. Agora especificamente um trabalho pra quilombola num tenho feito. É muito setorial⁹⁰.

Observando suas falas, notamos que há uma participação da secretaria de educação, no sentido de trabalhar o enaltecimento da identidade e cultura local. Este trabalho era desenvolvido, exclusivamente pelos professores e pela supervisora municipal, Nelma, a qual repassava os acontecimentos⁹¹ para o secretário de Educação.

Ao que se refere à Secretaria de Cultura fizemos as seguintes perguntas: “*Qual o envolvimento desta secretaria com o reconhecimento quilombola da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos?*”, “*Existe algum projeto e ou programa voltado para este processo?*” “*Estes projetos e programas são voltados para questões culturais?*”. Como podemos perceber, as questões foram levantadas de forma mais geral para que o secretário pudesse lembrar de todos os projetos que envolveram a comunidade ao longo de quatro anos de mandato ou que farão parte dos próximos quatro anos.

Assim

Ícaro: O envolvimento da secretaria com relação a Santo Antônio?

Robson: Diretamente, diretamente a cultura ela não está envolvida a princípio... ligada, assim, diretamente. Mais ela também está envolvida porque se eu não me engano tem uma parceria com a EMATER que está olhando isso diretamente, mas a cultura fica no suporte e isso para a gente é interessante. Porque sendo reconhecida ganha a cultura de Piranga. E de forma direta a EMATER, e indiretamente a gente tá tendo essa participação nessa manifestação. A princípio ligado diretamente à cultura não. Não sentamos ainda para ver isso, mas assim que tiver o processo todo concretizado esse trabalho todo feito com certeza a gente já tá verificando um projeto para ser desenvolvido lá. A princípio a gente não sabe que tipo de projeto vai desenvolver não. Com

⁹⁰ Entrevista feita com o prefeito de Piranga – Eduardo Sérgio Guimarães, em seu gabinete, às 18 horas do dia 14 de agosto de 2008.

⁹¹ Fizemos a descrição destes acontecimentos no capítulo 4, deixando um espaço específico para a Escola de Santo Antonio.

certeza é o objetivo da gente um projeto lá que beneficie essa comunidade⁹².

Podemos notar assim, que não existe nenhum projeto, ou lei municipal que leve em consideração a situação da comunidade que pede o seu reconhecimento quilombola. Segundo o secretário, antes a Prefeitura teria que esperar o reconhecimento efetivo para que pudesse elaborar algum projeto depois. Interessante notar que a entrevista foi realizada em agosto de 2008 e o reconhecimento veio em outubro de 2008.

Ainda na fala do secretário de cultura, notamos que a EMATER, através de Marcos, é que desenvolve trabalhos com conteúdo sócio-cultural na comunidade e que tem se envolvido com as questões do reconhecimento. O primeiro contato que Marcos fez com a comunidade foi há uns quatro ou cinco anos quando ele foi trabalhar em Piranga. Esse contato estava restrito “ao trabalho nosso de extensão, do dia a dia nosso”⁹³, afirma Marcos.

Perguntei a ele quais as atividades e projetos que ele desenvolvia na comunidade. A resposta não surpreendeu, o seu trabalho era em todas as áreas do desenvolvimento. “Além do trabalho de extensão que a gente faz como um todo, a gente trabalha mais diretamente a parte de produção, a parte produtiva, artesanato, políticas públicas e a questão social que é o que mais a gente mais direciona junto a comunidade”⁹⁴.

Para ele, reconhecer a comunidade como quilombola não foi um processo complicado, pois quando ele se mudou para a cidade, pela EMATER, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já tinham iniciado os levantamentos. Entretanto, ele afirma que nenhuma das universidades tinha conhecimento sobre o trabalho da outra,

⁹² Entrevista feita com o secretário de Cultura de Piranga – Robson Fernandes C. Ferreira, em sua secretária, às 12 horas do dia 12 de agosto de 2008.

⁹³ Entrevista feita com extensionista da EMATER – Marcos Antonio Estevam de Castro, numa escola a qual ele trabalha a noite como professor de biologia, entretanto ele estava em uma reunião na escola que havia começado às 7 da manhã, assim às 8 horas do dia 14 de agosto de 2008, ele pode me dar a entrevista.

⁹⁴ Idem, ibidem.

eram estudos autônomos; para ele “a gente só deu seguimento e assim, abraçou a causa com mais, como é que se diz, mais engajada no processo⁹⁵”.

Segundo o que foi relatado pelo técnico da EMATER, o processo não foi complicado de ser iniciado e muito menos houve dificuldade de conversar com as pessoas sobre o reconhecimento. Os projetos para o desenvolvimento local são de interesse para a Fundação Palmares, funcionando como mais um documento comprobatório de Santo Antônio ser uma comunidade quilombola.

Por fim, Marcos faz uma explanação de como foi este seu trabalho de conscientização da comunidade e como todo o processo ocorreu.

MARCOS: Que já estava pronta, não é o processo do zero, marco zero, fica mais fácil porque a partir do momento que você já tem uma comunidade reconhecida e identificada, vamos dizer, o processo de reconhecimento, ele flui. Então o que a gente fez? Nós marcamos reuniões e várias reuniões independentes dessa situação pra tratar de assuntos de trabalho nosso, assunto de plantio, desenvolvimento da comunidade. Então surgiu essa oportunidade porque à primeira vista igual você falou, tem aquele preconceito de ser negro e assumir que é negro. Então a gente tem que chegar devagarzinho, discutindo, conversando, porque eles que tem que ter uma confiança na pessoa que tá direcionando a reunião ou trabalhando com eles. Então ao primeiro momento, a reunião foi assim com meia dúzia de pessoas só um grupinho ali, outro grupinho cá. Aí depois com o tempo, esse projeto “Meninos sem fome”, PRODASAN, você passa, distribui semente de milho, feijão, arroz, horta, ajuda a fazer horta. Então isso flui numa base de trabalho pra gente “Oh, o cara da EMATER chegou, então vão lá”, eles vêm no escritório, pergunta e tira dúvida. Então isso fluiu assim à medida que a gente foi fazendo reuniões foi juntando mais gente e foi aumentando. E a Associação foi crescendo a gente viu que de uma reunião para a outra e mais um, mais dois, mais cinco, então fluiu. Quando a reunião tava, quando a gente já tava dentro de casa é que a gente começou a discutir a parte de remanescente, de antepassados, aí eu fui conhecer a Dona Inês, ela já mostrou a lamparina e tal, porque o seu Sebastião conversou com um, falou que fulano de tal, morava ali, fulano de tal que mora em Mariana foi embora. Tem muita história a contar, que tem um cascalho lá em pedra, diz que foi área de tirar ouro dos escravos e que tá lá até hoje...Então isso fluiu e através do contato que a gente tem com outros colegas de regiões do Norte de Minas, a maior parte do Norte

⁹⁵ Idem, ibidem.

de Minas que são remanescentes, então foi dando as dicas de como ia trabalhar. E aí, foi conversando com eles que chegou a esse ponto, *Vamos fazer? Vamos*. E aí que a gente começou. Juntamos os documentos, tiramos retrato, entrei em contato com a CEDEFES. Porque como tava identificada igual eu te falei a UFMG teve aqui, a universidade teve aqui outras pessoas, antropólogos estiveram aqui. Então eu não sei, porque é um histórico que eu peguei no caminho. Então vamos fazer um negócio, eu vou entrar em contato com o CEDEFES que é a ONG representativa de Estado que faz essa identificação. Eles vieram e confirmaram o que já estava identificado, aí ficou mais fácil. Já que eles confirmaram com pessoas que têm autonomia no Estado para poder dar um parecer do que realmente existe, mais fácil de a gente juntar documentos e enviar para Fundação para o reconhecimento. Então foi todo esse trabalho, a gente teve o apoio, apoio assim, para confirmar uma coisa que já estava certa, que já foi feita. Como a gente não tinha um respaldo passado de quem fez, como que fez, o CEDEFES já deu um parecer melhor atualizado pra gente, entendeu? Aí foi assim. E mais o documento e aí a gente fez a última reunião pra realmente mandar para a Fundação que eles pediram a ata de auto definição que essa era primordial, então se concordam. Eu li o termo, um termo que a gente lê, se concordam em auto definição de serem comunidade remanescente. Se concordam, beleza, então assinou todo mundo assinou, a comunidade assinou. Então ficou mais fácil. Isso é o que a gente está querendo fazer agora essa semana, acho que em setembro ainda, com Bacalhau e com Guiné. Tá marcada a reunião...⁹⁶

Visto desta forma, podemos perceber através das discussões das leis e decretos que, em âmbito municipal, o processo de reconhecimento ocorre de forma mais “pacífica”, ou seja, sem debates legislativos, e impasses políticos do que no âmbito nacional. Todavia, não tem como desvincular tais leis, a municipal torna-se a aplicabilidade da federal, seguindo as instâncias de soberania.

Por fim, nesse terceiro capítulo abordamos as discussões sobre políticas públicas bem como os caminhos tortuosos que cada instância nos leva, seja federal, estadual ou mesmo municipal. Tentando assim, buscar um enfoque no processo que a comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos está vivendo.

⁹⁶ Idem, ibidem.

4 CULTURA, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

Neste capítulo, iniciaremos parte de nosso percurso metodológico em campo. Trataremos assim da observação participante. Nela propomo-nos a descrever a nossa presença no campo e as percepções que o “*estar lá*” podem nos trazer. Este capítulo possui duas grandes partes. A inicial refere-se ao primeiro contato com a comunidade de Santo Antônio, aos documentos encontrados, às histórias obtidas, às observações sobre as festas, sobre a religiosidade local, entre outros elementos observados ao longo do ano de 2008. Já o processo de reconhecimento da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos – Piranga, MG, como quilombola, será descrito na segunda parte deste capítulo, separadamente, pois o processo é objetivo específico no projeto. Dessa forma, daremos ênfase a todo o percurso pelo qual este processo passou e passa desde as primeiras reuniões realizadas na comunidade até o recebimento do certificado pela Fundação Cultural Palmares, em novembro de 2008.

4.1 DUAS HISTÓRIAS, DUAS ORIGENS, VÁRIAS VIDAS

Várias são as histórias e lendas que cercam uma comunidade negra rural, principalmente quando esta tenta recuperar sua origem, sua formação e sua trajetória histórica. Para os moradores de Santo Antônio de Pinheiros Altos, estas histórias contadas e recontadas são as mais importantes, sendo a oralidade o meio mais próximo e confiável de escrever e reescrever sua história. Segundo as entrevistas feitas, podemos afirmar que existem duas histórias sobre a formação histórica desta comunidade.

A história de povoados⁹⁷ como este, muitas vezes é confundida com a do município ao qual pertence, neste caso, com o município de Piranga, MG. Todavia, pesquisas feitas inicialmente sobre o município levam-nos a uma história que quase se confunde com a da mineração mineira nos séculos XVI e XVII.

⁹⁷Nomenclatura dada pela diretora do IBGE de Viçosa, Eliane, em visita feita em janeiro de 2009 para coleta de dados estatísticos.

O arraial de Guarapiranga, também denominado Piranga, teve seu início em meados da descoberta de ouro nas Minas Gerais. A importância desta região, apesar de palco da Guerra dos Emboabas, foi dada anos após a descoberta e decadência daquele metal.

O estabelecimento, neste arraial, foi marcado por várias bandeiras, para exploração das minas encontradas nesta região. *Em geral, os historiadores dão como primeiro explorador o taubateano João Siqueira Afonso, em 1704. Entretanto, lê-se no códice Matoso que, em 1691, Francisco Rodrigues de Siqueira e Manuel Pires Rodovalho exploraram a região do Guarapiranga.*⁹⁸

Piranga faz parte da Estrada Real, a qual era utilizada para escoar o ouro para o Rio de Janeiro, como mostra o mapa a seguir. Após a decadência do ouro na segunda metade do século XVIII, temos uma inversão no modo de produção desta região e, conseqüentemente, na forma de ocupação, passando a ser considerada uma região de agricultura de abastecimento, para outras áreas que ainda possuíam minas de ouro ativas. A região foi mais densamente povoada na crise da mineração, nos anos de 1753, 1754, 1755 e 1756.

⁹⁸ Disponível em <http://www.piranga.com.br/historia/index.htm>, acessado em 10 de março de 2009.



Distância entre Piranga e Belo Horizonte : 163 Km

Mapa retirado do site <http://piranga.googlepages.com/guia.pdf>, em 10 de março de 2009.



Distância entre Piranga e Belo Horizonte : 163 Km

Mapa retirado do site <http://piranga.googlepages.com/guia.pdf>, em 10 de março de 2009.
Zoom feito do mapa acima

O mapa acima não mostra apenas o caminho real velho e o novo e as cidades que o cercavam, também aponta a distância atual entre Piranga e a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Vários são os estudos sobre o ápice do período do ouro em cidades mineiras. Suas riquezas saltaram aos olhos dos portugueses e de toda a Europa, alimentando a idéia de que Minas Gerais era uma capitania/província em que não existia pobreza, muito menos outras formas de trabalho que fossem além da mineração (BOXER, 1969). Entretanto, existem alguns estudiosos (SOUZA, 1997; SOUZA, 1983) que mostram como esta riqueza não passava de uma ilusão, pois a pobreza existia mesmo nesses períodos considerados de auge. Vendo por um terceiro viés de análise, há aqueles pesquisadores, que analisam as comarcas e vilas mineiras, as quais localizavam-se no entorno das áreas de mineração, sendo consideradas como áreas de decadência, mas na verdade eram áreas de abastecimento (ZEMELLA, 1990). Por fim, outros pesquisadores (ANDRADE, 1995; CHAVES, 1999) dão aos estudos sobre os períodos históricos em Minas Gerais um caráter menos dicotômico, afirmando que aquelas regiões eram tão produtivas quanto às demais vilas e capitanias, bem como produziam vários gêneros alimentícios.

Analisando a história da cidade de Piranga, podemos perceber que ela enquadra-se nesta última vertente analítica. Mesmo sendo uma cidade mineradora, que sofreu com o fim da mineração, não deixou de ter em seus inventários vestígios históricos de várias atividades, além da atividade mineradora. Diversos tipos de instrumentos foram identificados em seus registros históricos o que indica a existência de outras atividades complementares ou mesmo principais. Assim,

geralmente, o metal precioso de Guarapiranga era explorado nos rios Piranga, Calambau, Turvo e Bacalhau, ou então nas vertentes da Serra da Piedade e do Tatu. As terras que ficavam nas margens dos rios também prestavam-se à atividade agrícola. Os donos das lavras muitas vezes associavam a lide aurífera à produção de alimentos, o que permitia o desenvolvimento de uma incipiente agricultura mercantil de subsistência, produtora de milho, banana, mandioca e cana-de-açúcar. Não era raro os inventários

registrarem numerosos engenhos e alambiques de cobre nas imediações do arraial ou nas paróquias vizinhas⁹⁹.

A comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos também é chamada de Santo Antônio dos Crioulos pelas pessoas da própria comunidade e por pessoas que ali vivem há muitos anos. Esta comunidade, segundo relato de alguns moradores, teve início com uma senhora chamada Dona Tataia¹⁰⁰ que, com seus próprios recursos, comprou terras que faziam divisas do Alto do Macaco até o Alto do Cuca, além de construir uma casa de assoalho de madeira, pau-a-pique e telhado de telha de barro.

A senhora permitiu que vários trabalhadores a ajudassem no plantio de milho, arroz, feijão, mandioca, batata doce, café, inhame, cana, entre outros produtos. Estes empregados de Dona Tataia eram escravos fugidos de Mariana, Ouro Preto e Piranga e foram acolhidos por ela¹⁰¹.

Segundo a história local, Dona Tataia mudou-se daquela localidade, vendeu suas terras para o senhor Fortunato Zacarias e para o senhor Sabino, os quais fizeram mais duas casas de pau-a-pique onde instalaram-se com suas respectivas famílias. Não se sabe, ao certo, quem foi e a qual família pertenceu Dona Tataia, mas na história local ela é aceita como uma senhora que deu aos negros "*daqueles tempos antigos*"¹⁰² terras para que pudessem começar uma vida nova. Segundo Dona Francisca Sales Gonçalves, moradora da comunidade e conhecida como Dona Kita, uma das pessoas que foram privilegiadas com aquelas terras foi seu avô paterno, que os passou para o pai dela até as mesmas chegarem a ela.

⁹⁹ Retirado do site <http://www.piranga.com.br/historia/index.htm>. Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

¹⁰⁰ Segundo moradores, a origem da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos se deu após a chegada dessa senhora. Pelo que consta na história oral local ela foi uma senhora que possuía muitas terras e vários empregados escravos. Entretanto, ela mudou-se da daquela região deixando todas suas terras para os seus escravos, que agora passavam a ser ex-escravos. Estes foram os primeiros fundadores da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Ainda segundo a história local, esta Dona Tataia viveu ali alguns anos antes da abolição, ou seja, século XIX.

¹⁰¹ Estas informações foram retiradas do que consta no processo de reconhecimento feito pela EMATER. Segundo Marcos estas informações vieram de um livro que não se sabe o autor.

¹⁰² Entrevista concedida por Dona Kita, dia 8 de março de 2008, 90 anos, professora aposentada, parda, moradora da comunidade de Santo Antônio desde seu nascimento.

Segundo Dona Kita, os terrenos em que localizam-se, atualmente, o posto de saúde e a escola de Santo Antônio foram doados por ela. Segundo esta senhora, essas instituições não estão muito distantes de sua residência, uns três minutos de caminhada. Ela alega ter feito a doação devido ter se dedicado ao magistério por muitos anos aos seus *“40 anos de sala de aula”*. Ainda hoje ela é reconhecida como uma das melhores professoras da comunidade.

Alguns moradores da comunidade contam que, há aproximadamente 30 anos, por não haver um espaço onde pudesse se estabelecer a escola, esta funcionava em um Paiol, que ficava em frente à casa de Dona Kita. Depois de muitos anos, ela pediu que mudassem a escola de lugar, da frente de sua casa para trás da mesma, mas solicitou que preservassem aquele Paiol como ele era.

É notório um sentimento de gratidão em toda a comunidade em relação aos professores de uma maneira geral, entretanto, no que se refere à Dona Kita, observa-se uma gratidão diferente, até pelo fato de aquela senhora ter lecionado para os alunos em um Paiol daquela comunidade, bem como por ter cedido o espaço para construir a nova escola. É importante ressaltar que os alunos que estudavam no Paiol eram os negros, pois os brancos e os filhos das famílias dos fazendeiros locais estudavam em um ambiente separado, na residência de um deles. Era costume, na época os brancos terem um local reservado em suas residências, bem como aulas com uma professora particular, em sua própria casa. Quando a casa de uma dessas crianças branca era escolhida, os pais eram responsáveis por ajudar a pagar os professores e arrumavam cadeiras e bancadas para que seus filhos pudessem se acomodar durante as aulas.



Paiol original onde os alunos da Comunidade de Santo Antônio tinham aula antes de ganharem o espaço para construir a escola. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008



Espaço cedido por Dona Kita para que fossem construídos a escola e posto de saúde. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.



Prédio da escola e do posto de saúde construído no espaço cedido por Dona Kita. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.



Dona Kita na porta de sua casa despedindo-se após entrevista. Autor Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.

Atrás da escola e do posto localiza-se a casa de Dona Kita. Segundo ela, entre sua casa, a escola e o posto estavam partes da terra de Dona Tataia, que seguiam dali, entrada da comunidade, até o local onde se encontra, atualmente, a Igreja católica.

Outra história faz parte da construção da história local. Segundo moradores, a comunidade formou-se a partir dos libertos da fazenda do Taquaraçú. Esta história, entretanto, pode ser confirmada através de um inventário de Francisco Antônio de Sousa, datado de 1883. O documento deixa clara a doação de terras, e de outros bens feita por ele a seus escravos e a determinação de seus

descendentes poderia contestar, pois o mesmo era feito “*sem constrangimento*”.

Digo ou abaixo assignado o Francisco/ Antonio do Souza que doa Senhor e por/[sic] das partes de terras de cultura das/ vastas das cazas, vastas no muinho,/no Praiola, Engenho e mais tem feitorias, tudo/ nesta Fazenda denominada Taqua/rassú, neste Distrito do Pinheiro e ter/ mo de Piranga e como possuo estes bens /livres e desembaraçados de qualquer/onus, faço doação de partes destes bens aos /meus escravos José Philomena e Anto /nio no valor de = cento e noventa e no/vê mil reis R199\$000 = fazendo os mencionados escravos depois de meu falleci/mento uzufruilhas como seus que filhos/ficão tendo por meio deste título não pó/dendo os meus herdeiros disfazer esta/minha doação por ser feita de minha/livre e expontania vontade de e sem cons/trangimento algum e pesso as leis de/sua Magestade dê a esta minha duação /todo força de direito, ficando os ditos/escravos obrigados a pagarem as direitos/Nacionoos[?] . E por firmeza mandei/passar este papel em que no assig/no em presença de duas testemunhas¹⁰³

Como foi dito acima, o documento mostra-nos a doação de parte dos bens de Francisco Antônio de Sousa para os escravos José Philomena e Antônio. Todavia, ao longo do documento, aparecem mais oito (8) escravos, de nomes: Raymundo, Antônio, Fermio, Manoel, Ceriaca, Maria, Mara Crioula, de idade dois anos e Manoel, de nacionalidade africana. Além da doação da terra, o inventário descreve uma série de objetos que fazem parte de uma produção agrícola. Animais de tração, carroças, ferramentas e outros instrumentos de trabalho, são descritos neste inventário. São eles:

1 cavalo escupor por -----	55,000
1 burro ascado-----	70,000
1 Faixa de cobre -----	35,000
20 cabeças de porcoz ou fasto -----	52,000
5 porcoz na ceva [?] e magnos[?] -----	38,000
1 jumenta de Boiz -----	120,000
2 sodas ou fiar [sic] -----	5,000
1 mesa com gaveta -----	6,000
3 bancos por -----	3,000

¹⁰³ Inventário de Francisco Antonio de Sousa, datado de 1883. Documento cedido pelo atual proprietário da sede da fazenda Taquaraçú, para abertura do processo de reconhecimento pela EMATER-Piranga perante a Fundação Cultural Palmares.

3 cabres ordinários por -----	6,000
1 ferramenta para tropa -----	2,000
2 cunhas de ferro por -----	1,000
2 plainar _____ por -----	1500
1 serote pigesso -----	1500 ¹⁰⁴

Dessa forma, podemos afirmar que com terra, mão-de-obra própria e instrumentos de trabalho esses escravos teriam capacidade de começar uma nova vida. Por meio deste documento, temos uma parte da história oficialmente registrada do surgimento da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

Embora não sendo o objetivo desta pesquisa, sabe-se que o arquivo do Fórum possui uma documentação muito grande referente à população de Piranga e de seus distritos. Uma vez analisada, esta documentação poderia revelar outras histórias, conseqüentemente, permitindo-nos reescrever a história local.

4.2 DE ONDE EU FALO: UMA VISÃO GEOGRÁFICA

Santo Antônio de Pinheiros Altos é distrito de Piranga, e localiza-se a 33 km de Piranga, 12 km de Diogo de Vasconcelos, 13 km de Pinheiros Altos e 08 km de Vinte Alqueires, sendo seus municípios vizinhos. Entretanto possui muitas comunidades, ou povoados como classifica o IBGE, como: Correia, Angu, Santo Antonio de Cima, Limeira, Derrubada, Venda Nova, Cachoeirinha, entre outras.

Possui clima tropical, ou seja, caracteriza-se por apresentar invernos secos e verões chuvosos. A pluviosidade média anual situa-se em torno dos 1.500 mm. No verão, a localidade é dominada pela massa Equatorial continental e pela massa Tropical atlântica. O calor provoca um movimento da atmosfera, promovendo pancadas de chuvas (convectivas). Nesta estação, a temperatura pode oscilar entre 37º e 39º graus, entretanto, no inverno, os termômetros frequentemente baixam bastante, sendo 12º as temperaturas mínimas.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

As visitas a campo foram feitas ao longo do ano (março a novembro), o que permitiu notar que o verão foi prolongado e que as chuvas tiveram início já no final de novembro. Tal circunstância, inclusive, inviabilizou nosso acesso à comunidade, já que a grande incidência de chuvas (3 a 5 dias inteiros) torna impossível a passagem dos moradores, exceto com animais.

Sua vegetação, mesmo marcada por intervalos, é classificada como Mata Atlântica. Entre as espécies mais comuns encontram-se algumas briófitas, cipós, e orquídeas. Uma das belezas naturais da comunidade é a grande quantidade de bromélias. No que se refere à fauna, não é possível fazer uma avaliação precisa, contudo, em nossas visitas, identificamos a existência de anfíbios, mamíferos não domesticados, como preás, tatus, jaguatiricas, lobos e aves das mais diversas espécies.

Sobre as bacias hidrográficas, como podemos ver no mapa a seguir, existem três rios que cortam a comunidade. São eles o Ribeirão do Taguaraçu, o Ribeirão do Santo Antônio, e o Rio Bacalhau. Estas informações permitem-nos pensar em um bioma diverso, tanto em relação à flora quanto à fauna. Além disso, podemos também perceber que estes rios permitem uma manutenção da agricultura e da pesca da comunidade. Por fim, cabe registrar que a região possui um grande potencial turístico, dotado de rios e cachoeiras, o qual ainda não é explorado.



Como podemos notar, o mapa acima registra todas as localidades que fazem parte da área de trabalho da EMATER-Piranga, bem como as localidades que compõem a vizinhança da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Destacamos no mapa a região estudada e a cidade de Piranga; entre estes espaços temos de Piranga a Cunhas aproximadamente 17 km de asfalto e de Cunhas a Santo Antônio, aproximadamente, 16 km estrada de terra, perfazendo um caminho de 33 km.

O caminho para se chegar à comunidade de Santo Antônio é complicado, pois possui várias bifurcações que nos levam as outras comunidades vizinhas, como por exemplo: Vargem do Engenho, Taquaraçu, Pinheiros Altos, Vinte Alqueres, Venda Nova, entre outras localidades menores. O meio de transporte usado é um ônibus particular, em péssimo estado de conservação, que sai da

comunidade às 6 da manhã em direção a Piranga e volta de Piranga para a comunidade as 13:30 do mesmo dia.

Ainda sobre o ônibus, este faz o trajeto todos os dias até o dia 15 de cada mês, pois segundo o motorista do ônibus, Emerson, os moradores vão à sede para receber suas aposentadorias e fazer compras de materiais básicos para suas necessidades ao longo do mês. A partir do dia 15, esta viagem é organizada apenas nas segundas, quartas e sextas, até o dia 1º dia do mês seguinte. A passagem custa, aproximadamente, três reais e cinquenta centavos (R\$ 3,50). O local de partida fica em um caminho próximo à casa de Dona Kita. Às 6 horas da manhã, o ônibus circula na parte central da comunidade próximo de onde se localiza a Igreja Católica, recolhendo os passageiros. Na sequência, faz o retorno para a estrada, buzinando para avisar à população que a condução está passando. Muitos moradores possuem motocicleta, outro meio de transporte usual naquele lugar. Algumas destas pessoas trabalham como moto-taxi, circulando de Cunhas a Santo Antônio. Por fim, há também a força animal: mulas, cavalos, carro de bois que são utilizados por pequena parte das pessoas que moram em Santo Antônio, além das caronas, promovidas pelo “carro da saúde”¹⁰⁵.

4.3 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Neste ponto, trataremos das visitas realizadas na comunidade. Elas foram feitas de março a novembro, passando por vários eventos e coletando os dados e as informações que descreveremos a partir deste sub-capítulo. É necessário deixar claro que as visitas referentes, exclusivamente, ao processo de reconhecimento quilombola pleiteado pela comunidade serão descritas à parte. Com o objetivo de viabilizar um melhor entendimento, descreveremos as informações por ordem cronológica das visitas.

¹⁰⁵ Carro que leva e traz os agentes de saúde, serviços médicos e odontológicos para a comunidade de Santo Antônio, muitas vezes há carona nestes carros da saúde, que são assim chamados pela população local.

4.3.1 VISITA EXPLORATÓRIA – MARÇO DE 2008

Na verdade, esta visita consiste no primeiro contato com os moradores do campo analisado. É o que vai determinar as facilidades e as dificuldades desenvolvidas nele, além de criar laços com os moradores que poderão servir como informantes. Outra função importante desta visita foi confirmar a viabilidade do projeto. Nesse aspecto, a visita exploratória é um ponto de apoio. Ela também serve para uma constatação sobre o fato de o local ser propício para a pesquisa ou se, devido a conflitos regionais, tempo excessivo gasto na locomoção, dificuldade de hospedagem, escassez de informantes, ou saturação de pesquisas, seria inviável o desenvolvimento de nossos estudos naquela comunidade.

Ao estabelecermos a microrregião de Viçosa como área de pesquisa, buscamos informações no site da Fundação Cultural de Palmares. Foram encontradas as comunidades que vêm pleiteando o reconhecimento, bem como a titulação. No site do INCRA-MG também há informações sobre as comunidades que vêm passando pelo processo de titulação, como mostram as tabelas abaixo. Em relação ao número de comunidades cadastradas pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA e a lista do CEDEFES, há uma diferença de quatro (4) comunidades a mais cadastradas nesse (Centro de Documentação Eloy Ferreira Silva).

Comunidades quilombolas cadastradas pela Fundação Cultural Palmares em Minas Gerais, 2007.

Situação	Número	%
Cadastradas	116	26,7
Não cadastradas	319	73,3
Total	435	100,0

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2007.

Comunidades quilombolas com processo para titular suas terras de acordo com o art. 68 do ADCT no INCRA de Minas Gerais, 2007

Situação da comunidade	Número	%
Sem titulação e sem processo	344	79,1
Em processo	90	20,7
Titulada	1	0,2
Total	435	100,0

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, julho 2007.

Em março de 2008, foi lançado um livro do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) referente a uma pesquisa quantitativa sobre as comunidades quilombolas de Minas Gerais. Nesta pesquisa foram listadas todas as comunidades Mineiras, ou, pelo menos aquelas que pediram a ajuda desta instituição para serem reconhecidas. Assim como no livro, no site do CEDEFES, há uma lista com as comunidades existentes em Minas Gerais as quais somam um total de 439 comunidades.

Ao pesquisar em todas estas fontes de informação, notamos que Piranga possui o maior número de comunidades pleiteando o reconhecimento. Chegamos a Piranga em busca de informações sobre as comunidades que estavam sendo reconhecidas. A informação que tínhamos, em princípio, era a de que teríamos que providenciar um meio de transporte para as comunidades rurais. Com esse intuito, recorreremos à prefeitura, já que apenas o prefeito poderia autorizar a utilização dos transportes escolares, de saúde, entre outros que tinham uma regularidade de visitação às comunidades; contudo, não conseguimos falar com ele.

No outro dia, buscamos informações sobre as comunidades no arquivo local, que tem como curador Marcos Gomes, apelido do Marcos de Nilo. O curador deu-nos uma informação que, até então, era muito confusa para nós: a de que existiriam no município de Piranga três localidades com o nome de Santo Antônio - Santo Antônio do Guiné, Santo Antônio do Bacalhau (ou Santo Antônio do Pirapetinga) e Santo Antônio de Pinheiros Altos (ou Santo Antônio dos Crioulos) -. Além disso, o senhor informou-nos ainda que Bordões e Castro são comunidades menores pertencentes à Bacalhau e que também são consideradas comunidades quilombolas; informação esta que não aparece no livro do arquivo local, nem em nenhum site oficial das instituições anteriormente citadas em nossa pesquisa.

Marcos Gomes informou-nos que não existiam muitos documentos sobre aquelas comunidades, mas que Marcos, funcionário da EMATER, estava fazendo um levantamento sobre elas e que estava precisando de ajuda para fazer um resgate da documentação local e dos relatos orais.

Procuramos o funcionário da EMATER, Marcos, que nos questionou sobre os nossos conhecimentos acerca das comunidades. Diante do questionamento, esclarecemos que não tínhamos informações sobre as mencionadas comunidades e que nosso interesse era justamente o de escrever uma dissertação sobre tal processo de reconhecimento¹⁰⁶, mas que ainda não estávamos prontos para isso, uma vez que era necessário que fossem feitas várias observações e entrevistas na área de estudo. Para isso, precisávamos de alguém que nos introduzisse no campo e nos indicasse a melhor comunidade a ser pesquisada.

Segundo ele, várias são as comunidades em Piranga que buscam o reconhecimento. Todavia elas possuem semelhanças e diferenças referentes às características que, segundo ele, são características da ancestralidade africana, portanto quilombolas. Os critérios adotados pelo funcionário da EMATER para classificar as comunidades quilombolas, são: todos os habitantes da comunidade serem negros, serem de um mesmo tronco familiar, ser a comunidade de difícil acesso e todas as pessoas falarem de uma forma “enrolada”. Além disso, a comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos era a comunidade onde as reuniões e a visita do CEDEFES já estavam bem encaminhadas; por isso, segundo Marcos, seria mais provável que aquela comunidade fosse reconhecida. O técnico da EMATER propôs que participássemos de uma reunião junto à comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos ainda naquela semana.

O funcionário apresentou-nos um levantamento realizado pela EMATER de Minas Gerais sobre as regiões e os municípios deste Estado que possuem comunidades pleiteantes de reconhecimento como remanescente de quilombolas. Cruzando estas informações com as informações do CEDEFES, temos:

¹⁰⁶ Gostaria de ressaltar que nesta visita ainda não havia defendido o projeto de pesquisa.

Informações obtidas através do Marcos da EMATER em Piranga ¹⁰⁷

Microrregião de Viçosa	Municípios	Comunidades Quilombolas
	Guidoval	Ribeirão Preto
	Piranga	Santo Antônio de Pinheiros Altos; Guiné; Castro; Bacalhau (Santo Antônio do Pirapetinga); Bordões.
	Viçosa	Buieié; Quilombo da Rua Nova.
	Ubá	Corte Grande; Córrego Alegre
	Visconde do Rio Branco	Bom Jardim

Podemos perceber na tabela acima como a região de Piranga supera os outros municípios em número de comunidades quilombolas. Essa constatação chamou-nos a atenção, e foi um fator preponderante na opção por desenvolver a pesquisa no município de Piranga. As nossas dúvidas eram: por que um município relativamente pequeno estava tão empenhado em reconhecer suas comunidades quilombolas? Quais órgãos e instituições faziam parte deste processo? Enfim, estas dúvidas se tornaram que nortearam a busca de mais informações para esta pesquisa.

Segundo dados emitidos pelo Programa Saúde da Família (PSF), há em Santo Antônio de Pinheiros Altos 78 famílias; aproximadamente um total de 235 pessoas. Este órgão municipal é o único que nos forneceu dados mais precisos.

¹⁰⁷ Parte da lista do levantamento feito pela EMATER-MG e CEDEFES, focalizando apenas a microrregião de Viçosa.

Ao chegarmos à comunidade, percebemos que ela apresenta casas de alvenaria, construídas em forma de mutirão, e que, em um mesmo lote duas ou três casas da mesma família são construídas. As casas possuem, geralmente, o mesmo formato, duas ou três janelas de madeira ou metalplan, uma porta de entrada, telhado e, raramente, possuem laje. Apenas uma residência da comunidade possui dois andares. Ela pertence a pessoas que não se encontram lá, mas que enviam dinheiro para que seus parentes terminem de construí-la. Dentro das casas há, normalmente, uma pequena sala de visitas, três a quatro quartos pequenos, uma cozinha grande, com fogões à lenha e uma área de serviço voltada para o fundo da casa, na qual tem-se, geralmente, água corrente oriunda de nascente.



Vista das casas da comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.



Vista da casa da comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.



Vista parcial da comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.

A comunidade possui rede de esgoto encanada, mas jogada, diretamente, no rio, sem nenhum tratamento. Todas as moradias são dotadas de banheiro no interior da casa, com água encanada, seja da nascente, da cisterna ou mesmo da estação de água de Piranga. Podemos perceber então que Santo Antônio possui uma boa infra-estrutura se analisada em relação a um levantamento feito em Minas Gerais pelo CEDEFES, o qual aponta outras realidades bastante inferiores. Todas as casas de Santo Antônio possuem energia

elétrica, a grande maioria possui televisão e rádio. Há um telefone público (vide gráficos) e, em algumas casas de fazendeiros da região, há telefone rural. Contudo, a população, de uma maneira geral, possui celular, pois segundo eles *“quando se sobe no alto do pasto pega e fica fácil da gente se comunicar com os parentes da gente que mora fora”*¹⁰⁸.

**Comunidades quilombolas de Minas Gerais
que possuem esgoto, 2006**

Esgoto	Nº de comunidades	%
Possuem	4	2,3
Não possuem	170	97,7
Total	174*	100,0

*Respostas válidas

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2006

**Comunidades quilombolas de Minas Gerais
que possuem energia elétrica, 2006**

Energia elétrica	Nº de comunidades	%
Possuem	114	76,0
Não possuem	36	24,0
Total	150*	100,0

*Respostas válidas

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2006.

**Comunidades quilombolas de Minas Gerais
que possuem telefone público, 2006**

Telefone público	Nº de comunidades	%
Não possuem	141	82,0
Possuem	31	18,0
Total	172*	100,0

*Respostas válidas

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2006.

Podemos afirmar que, em comparação com as informações que o CEDEFES obteve das comunidades de Minas Gerais, de uma maneira geral, Santo Antônio é uma localidade em que recursos na área da saúde, educação e meios de comunicação, são medianos se comparados com outras, até inclusive com as do mesmo município.

¹⁰⁸Conversa que tivemos com José Arlindo e com o dono do comércio da comunidade, José Benigno, sobre o que eles desejavam pra comunidade, em uma das visitas feitas.

Existe um posto de saúde onde há atendimento em todos os dias da semana, através do sistema de Programa Saúde da Família (PSF). Neste posto, também faz-se atendimento odontológico. Entretanto, a comunidade não possui agência dos Correios e, em época de chuva, as estradas ficam intransitáveis.

Segundo a agente comunitária de saúde, Adriana¹⁰⁹, a comunidade possui um alto índice de pessoas com pressão arterial alterada e diabéticos. O posto municipal, juntamente com o PSF, realiza reuniões mensais de “Grupos Operativos” com o propósito de prevenir as pessoas contra tais enfermidades e outras que possam aparecer. Dentro dessas reuniões é selecionado um agente¹¹⁰ da própria comunidade que se responsabiliza por notificar os agentes do PSF sobre as condições de saúde da mesma.

Posto de saúde em comunidades quilombolas de Minas Gerais, 2006

Posto de saúde	Número de comunidades	%
Há	13	7,3
Não há	164	92,7
Total	177*	100,0

*Respostas válidas

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2006.

¹⁰⁹ As informações para nossa pesquisa foram passadas por Flávia coordenadora do PSF de Piranga e por sua agente comunitária responsável por todo o grupo de Santo Antônio de Pinheiros Altos, Adriana.

¹¹⁰ A agente comunitária de saúde de Santo Antônio de Pinheiros Altos é Vilma.



Posto de saúde da comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.

Correios nas comunidades quilombolas de Minas Gerais, 2006

Agência dos Correios	Número de comunidades	%
Há	4	2,5
Não há	158	97,5
Total	162*	100,0

*Respostas válidas

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2006.

Nessa primeira visita feita, juntamente com o funcionário da EMATER, Marcos, e anteriormente mencionada, este nos apresentou o inventário do senhor Francisco Antônio de Sousa e solicitou que o documento fosse transcrito. Além desta, dois dias foram necessários para a coleta de informações e de dados que os moradores poderiam nos fornecer. Além disso, tivemos uma reunião com a supervisora responsável pela escola da comunidade, Nelma de Cássia.

A reunião com Nelma rendeu-nos ainda outra visita à comunidade para a apresentação de um importante informante, o senhor José Geraldo, conhecido como Lado. A conversa com a supervisora indicou caminhos para que nossas pesquisas pudessem contribuir com a comunidade escolar de Santo Antônio. Ficou decidido que nosso trabalho seria colaborar em um projeto anual desenvolvido pelas escolas municipais de Piranga. O objetivo era organizar

uma exposição sobre a cultura local de Santo Antônio, atividade que, certamente, oportunizaria-nos o acesso a informações e dados, além de proporcionar diversas entrevistas. Tendo em vista que a maioria da população idosa da comunidade participa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), entendemos, então, que mais uma vez, nossa relação com a escola local, acarretaria-nos uma diversidade maior de contatos, e mais rica.

Sobre esta visita é importante destacar ainda que foi um momento de estabelecimento de contato com os nossos informantes, já que cada um dos professores da escola, os quais moravam na chamada “*casinha*”¹¹¹, indicaram-nos pessoas para serem entrevistadas, ou pessoas que poderiam indicar outras. Isto mostra que a acolhida e a hospitalidade são traços marcantes da cultura daquela comunidade, aspecto que pode ser notado, inclusive na hospedagem oferecida às demais pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à comunidade de Santo Antônio.



Casa onde mora os professores da comunidade, apelidada de “Casinha”. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Março de 2008.

No tocante às características culturais e identitárias daquela localidade, foram-nos informadas pelos moradores as datas comemorativas de Santo Antônio: Festa de Santo Antônio, Recomendação das Almas, Festa do Rosário (extinta),

¹¹¹Nome dado à casa dos professores que vivem na comunidade para trabalhar; e que nos fins de semana todos retornam as suas casas.

Folia de Reis¹¹² (extinta). Há ainda alguns eventos instituídos recentemente e aceitos pela maioria da população como sendo indicadores da identidade quilombola local: vinte de novembro – dia da consciência negra -, exposição cultural da escola e participação do time de futebol local no campeonato municipal.

Comunidades quilombolas que festejam a Folias-de-reis em Minas Gerais

Comunidades quilombolas que festejam a Folias-de-reis em Minas Gerais	Número	%
Sim	33	23,1
Não	110	76,9
Total	143*	100,0

*Respostas válidas

Fonte: Projeto Quilombos Gerais/ CEDEFES, 2006.

Nessa nossa primeira visita, fizemos o contato com os informantes, marcamos um local para nos estabelecer durante as visitas a campo, providenciamos o meio de transporte para o acesso à comunidade, além de agendarmos uma provável data de retorno. Em princípio, ficaram agendados os dias da Semana Santa de 2008, para que pudéssemos, inclusive, participar de um ritual característico da comunidade, conhecido como Recomendação das Almas.

4.3.2 RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS

Ninguém sabe, ao certo, quando e onde surgiu o ritual da “Recomendação (ou *Encomendação*) das Almas”. Mas sabe-se que em Portugal, desde a Alta Idade Média, essa tradição é praticada, persistindo até os dias atuais em algumas regiões interioranas do país. No Brasil, veio com os jesuítas, por volta do século XVI, e era usada no processo de evangelização. No interior do Brasil, onde ainda é possível encontrar esse ritual, temos diferentes designações para ele, sendo mais comum *encomendação* ou *recomendação*, como é chamado em Portugal.

¹¹²Vale ressaltar os dados utilizados pelo CEDEFES referente ao projeto sobre comunidades quilombolas de Minas Gerais, para fazermos uma comparação com a nossa comunidade estudada.

Segundo Gênio de Paulo Alves Nascimento¹¹³, a encomendação das almas advém do período medieval e é vista por ele como um sistema de resistência cultural quanto ao crescimento da urbanização das áreas rurais e de sua crescente racionalização. A encomendação ocorre durante a quaresma, com mais frequência na semana das dores.

Segundo Núbia Pereira de Magalhães Gomes na Encomendação

há portanto, a necessidade de se rearticular o código social para ultrapassar esse período especial quando se encontram as forças sobrenaturais e a realidade diária. As orações exorcizam as almas que provocam infortúnios e celebram com fé aquelas que atendem aos pedidos dos viventes¹¹⁴.

Para a autora, existe um sentido social para a Encomendação das Almas, que decorre da tentativa dos homens de entender a morte como evento que atinge o indivíduo e o coletivo. Assim, há uma necessidade de se passar por um período ritual de reestruturação com o objetivo amenizar o trauma da morte.

Ainda par a autora, a Encomendação das Almas tem um sentido simbólico para a compreensão da morte. A morte revela um sentido estruturado e dinâmico. *“Para a sociedade de contorno tradicional, a classificação e a legitimação dos significados da morte possibilitam aos homens entendê-la como acontecimento esperado com o qual são entretecidos laços duradouros”*¹¹⁵

O ritual da *Encomendação das Almas* ou *Recomendação das Almas*, ainda nos dias atuais, preserva a tradição e objetivos primitivos como, por exemplo, a obediência e respeito com a religiosidade. Este respeito é passado através da oralidade pelas gerações e mesmo em grupos pequenos e fechados, existe esse ritual, ou a crença nele, carregado de valores morais.

A mensagem do ritual é feita através dos vivos para os mortos, buscando por meio de rezas fazer as pessoas pensarem no outro mundo, incentivando-as a

¹¹³ NASCIMENTO, Gênio de Paulo Alves. “Encomendação das Almas: resistência cultural em São Roque de Minas”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

¹¹⁴ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995, p.369.

¹¹⁵ Idem. Ibidem, p.391.

rezarem por aqueles que já morreram e não tiveram o 'merecido' descanso. A principal função da recomendação é agradar estas chamadas "almas-vagantes" ou "almas penadas". Dessa forma, os vivos estariam "em crédito" com elas e não precisariam temer qualquer represália. Os participantes do ritual de recomendação das almas acreditam haver uma possibilidade de reciprocidade por parte do "outro lado". Dessa forma, através da provável comunicação com o outro mundo, os participantes têm os modos de comportamento de sua organização religiosa regidos pelo temor, mas com a possibilidade de negociação com o sagrado.

O registro desta visita começa pela constatação de um engano em relação à data do ritual da Recomendação das Almas. Maria Roberta, cantineira da escola e moradora nascida naquela comunidade, foi quem nos convidou para participar do ritual. Segundo ela, o ritual acontecia na Semana Santa. Entretanto, pudemos constatar que, na verdade, o evento ocorria uma semana antes, no período conhecido pelos católicos como Semana das Dores.

A comunidade, principalmente a escolar, organizou-se para a realização do ritual. O primeiro passo foi avisar à população católica que haveria a recomendação das almas. Este procedimento justifica-se pelo fato de o ritual acontecer normalmente em alguns anos e em outros, não. Os organizadores avisam à comunidade em qual noite da Semana das Dores, acontecerá o cortejo. Naquele ano, o ritual seria na madrugada de sexta feira. O objetivo é divulgar o evento para que as pessoas o acolham, bem como participem dele.

Duas relações são aqui estabelecidas por meio deste processo de divulgação do ritual. A primeira delas é o próprio convite, ou seja, a pessoa que recebe informações acerca do cortejo, poderá, como membro da comunidade, participar do evento. Já a segunda relação é a sugestão implícita de que as pessoas preparem comidas e bebidas para oferecerem aos participantes do cortejo quando este passar em frente à casa de cada morador.

Algumas casas são selecionadas para a visitação do cortejo. Elas são escolhidas, aleatoriamente, e somam um total de nove casas a cada ano. Geralmente, não se repetem as casas visitadas num ano seguinte. Este

procedimento em relação ao cortejo é acordo estabelecido por parte da população.

Quando a moradora, Maria Roberto, explicou-nos sobre o referido evento, ela demonstrou uma certa ansiedade ao expressar-se. Tal situação ilustra o cuidado e a preocupação da população com um evento de tamanha carga simbólica para a sua memória cultural. Além disso, Maria demonstrou grande preocupação de que alguma criança pudesse estar ouvindo o que ela nos dizia. Questionada sobre esse comportamento, ela nos disse: “*isso é coisa pra adulto*”¹¹⁶.

Havíamos chegado cedo na comunidade, de modo que avisamos a Maria Roberta que já estávamos ali e que mais tarde estaríamos na escola para os preparativos finais. Aquela noite estava clara, as pessoas estavam animadas, tudo ia muito bem, até que começou a chover, uma chuva muito forte. A procissão para as casas seria feita assim que a aula acabasse. Lado pediu para Aparecida¹¹⁷ que fizesse uma janta para todos os alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), os quais eram quase os mesmos que participariam da Recomendação¹¹⁸

Na hora marcada para iniciar o evento, choveu torrencialmente e não houve condições para que os participantes deixassem a escola, local marcado para iniciar o cortejo. Decidiu-se então, começar o ritual ali mesmo. O primeiro passo foi organizar, no pátio da escola, de um lado as mulheres, do outro os homens. As fotos a seguir, demonstram esta separação, bem como o processo de realização da Recomendação das Almas.

¹¹⁶ Conversa informal com Maria Roberto, cantineira da Escola Santo Antônio, que não quis gravar entrevista, mas nos ajudou muito sobre as pessoas que deveríamos entrevistar e sobre a organização e realização da Recomendação das Almas.

¹¹⁷ Cantineira que trabalhava somente no turno noturno na escola, sempre voltava para casa à noite, moradora de Pinheiros Altos.

¹¹⁸ Trecho retirado do caderno de campo.



Recomendação das Almas, os homens rodando o besouro. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Abril de 2008.



Recomendação das Almas, os homens rodando o besouro e tocando o violão. Já as mulheres estavam cantando. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Abril de 2008.



Recomendação das Almas, os homens rodando o besouro e tocando o violão. Já as mulheres estavam cantando. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Abril de 2008.

Os homens levam à mão violões e pedaços de bambu amarrados a barbantes os quais, ao girar, segundo eles, fazem o mesmo som das almas. Enquanto isso, eles tocam os instrumentos para que as mulheres façam as rezas e as oferendas.

As mulheres cantam uma única música:

Aquelas benditas almas...
 Bendita almas...
 Que morreu sem confissão...
 Reza mais um pai nosso, um pai nosso...
 E também uma ave Maria...

(REZA-SE UM PAI NOSSO E UMA AVE MARIA)

Quinta feira santa...
 Sexta da paixão...
 Sábado de aleluia...
 Domingo ressurreição...
 Amém...amém..amém...
 Nossa senhora, semana das dores,
 Perdão aos pecadores...
 Vamos oferecer, as nossas orações...
 A pia de água benta daí a nós a nossa salvação...

Aquelas benditas almas...
 Bendita almas...

Que morreu em fogo...

(REZA-SE UM PAI NOSSO E UMA AVE MARIA)

Quinta feira santa...

Sexta da paixão...

Sábado de aleluia...

Domingo ressurreição...

Amém...amém..amém...

Nossa senhora, semana das dores,

Perdão aos pecadores....

Vamos oferecer, as nossas orações....

A pia de água benta daí a nós a nossa salvação...

Houve um momento em que um homem interferiu¹¹⁹ na reza, e, em seguida, fez-se uma pausa rápida, por causa dessa interferência. Assim, as mulheres começaram a cantar para ele, no mesmo ritmo da canção acima. “*alerta pecador, alerta, pecador alerta, pois o castigo vem das almas...*”. A senhora que puxou os cânticos, conhecida como Tiazinha, informou que não é permitida a interferência de nenhuma das pessoas que estão no cortejo, pois as almas estão presentes e elas não entenderiam este tipo de desacato.

Assim, após as mulheres terminarem de rezar e de cantar a melodia acima repetida por diversas vezes, começaram, então, vários cânticos religiosos da igreja católica, muitos deles conhecidos popularmente. O ritual seguiu até o fim da chuva, que cessou já bem tarde.

Antes de sair do campo, recebemos um convite da comunidade para presenciarmos uma partida de futebol do torneio municipal do qual o time de Santo Antônio participaria, em maio. Dessa forma, ficou agendada então, nossa terceira visita.

4.3.3 PARTIDA DE FUTEBOL

Nesses próximos subcapítulos, estaremos descrevendo os elementos culturais que são levados em consideração pelos moradores de Santo Antônio de Pinheiros Altos como sendo elementos de sua representatividade quilombola e

¹¹⁹ Este homem, cujo nome não foi falado, estava alcoolizado e não estava fazendo parte do cortejo até sua interferência.

como indicadores de identidade citados por eles no momento da entrevista, e levados, em consideração, pelo mediador do processo, Marcos da EMATER, para a petição do processo de reconhecimento.

O time da comunidade de Santo Antônio participa de vários campeonatos. O secretário da cultura, Senhor Robson, convidou-nos para assistir a um jogo do campeonato municipal que se realizou em um fim de semana do mês de maio.

O campeonato municipal foi realizado em Piranga. Não tínhamos locomoção para ir à comunidade, por isso combinamos que esperaríamos a chegada do time no estádio municipal onde o jogo seria realizado na parte da tarde. Fomos para Piranga bem cedo, pois não queríamos perder nenhum momento deste jogo, seja na hora da concentração, seja nas manifestações da torcida, e na conversa informal com as pessoas que vieram acompanhando o time.

Chegando ao campo, procuramos o ônibus que tinha trazido as pessoas de Santo Antônio, para que pudéssemos conversar, reforçar laços de confiança para as futuras entrevistas, que seriam realizadas assim que ocorresse a defesa do projeto de pesquisa.

Conhecemos o Fuscão¹²⁰, que nos apresentou a cada um dos jogadores, informou-lhes que trabalharíamos na comunidade em uma pesquisa, confirmando que eles nos dariam todo o apoio necessário quando chegássemos lá.

A torcida, em sua maioria feminina, composta pelas namoradas, mães, irmãs, tias dos jogadores faziam parte do grupo que estava acompanhando o time. Para escalação do jogo havia tanto jogadores que moram na comunidade como jogadores que só estavam ali no fim de semana para “*cumprir com o dever de ajudar*”¹²¹, visto que sua família moravam em Santo Antônio e eles nasceram naquela comunidade.

Todos os times ganharam uniformes da Secretaria de Cultura; o time de Santo Antônio escolheu o azul, como podemos notar nas fotos. Os pardos que aqui

¹²⁰ Seu verdadeiro nome é Joaquim, aceitou falar sobre sua relação com o time de futebol de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

¹²¹ Conversa informal com um jogador que mora em Mariana.

estão fotografados fazem parte de comunidades vizinhas e são quatro, a minoria.



Antes da partida de futebol. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Maio de 2008.



Partida de Futebol. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Maio de 2008.



Momento de Oração antes do jogo. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Maio de 2008.

Faremos uma rápida descrição do cenário e da dinâmica desta partida de futebol realizada em Piranga. O campo de futebol escolhido foi o de Piranga, situado num terreno plano ao lado da estrada que leva à comunidade e em seu oposto leva à cidade de Piranga. Possui muros altos para que nenhuma bola possa atingir casas vizinhas.

O campo não alcança as dimensões de um campo de futebol profissional, mas é de forma retangular, com uma grama aparada a cada 15 dias ou mais, com a existência de alguns lugares sem grama, geralmente, após um período de chuva muito grande. Possui arquibancada, e isso faz com que haja uma distribuição dos torcedores para cada lado do campo, dependendo de qual lado está seu time. Esta arquibancada tem formato de uma escada. Ao fundo de um dos gols, há um prédio com varanda aberta que é o bar do clube, onde se localizam a sinuca e dois banheiros, além de um boteco onde são vendidos vários salgados e petiscos.

Há muitos jogos na comunidade até chegar a este campeonato municipal. As trocas feitas a cada domingo e ou feriado, principalmente, nas partidas amistosas entre comunidades, oferecem oportunidades de criar ou reforçar laços de amizade e aliança. Ao receber uma outra equipe de futebol, mesmo

que para um amistoso, implica para o time de Santo Antônio ter que ir visitar esta comunidade em retribuição, criando um sistema de reciprocidade.

Parafrazeando Arlei Damo (2007, p.40), o autor Enrico Spaggiari¹²² divide as práticas futebolísticas em quatro matrizes: espetacularizada, bricolada, comunitária e escolar –

a comunitária é uma matriz intermediária, mais padronizada que a pelada (bricolada), porém sem um corpo administrativo do alcance do sistema regido pela FIFA (espetacularizada), apesar de ser uma prática dotada de um sistema organizado e complexo. Outro exemplo de modalidade comunitária é o futebol de várzea. Por fim, a matriz escolar abrange, principalmente, atividades desenvolvidas nas escolas, nas aulas de Educação Física.¹²³

Analisando dessa forma temos no futebol, segundo DaMatta, “*uma vocação complexa que permite entendê-lo e vivê-lo simultaneamente de muitos pontos de vista* (DaMatta, 1994, p. 12, apud. SPAGGIARI, 2008, p.168)”.

Existem alguns entrelaçamentos que se podem verificar em uma partida de futebol, onde as ações de receber e visitar outras equipes implicam em regras e deveres dentro de uma lógica de reciprocidade particular. Podemos assim, partir da premissa de que existe uma pluralidade de significados e práticas nesses jogos de futebol, baseada nas relações de troca.

Segundo Mauss (2003), a reciprocidade na troca é um dos fundamentos básicos de sistemas de prestações totais, como o *kula* ou o *potlatch*; dessa forma a dádiva é uma maneira de manter e criar vínculos sociais entre doador e donatário, produzindo vários tipos de alianças, que não incluem somente presentes, mas também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças e outras prestações. E quando a dádiva circula novos vínculos são formados, bem como são criadas novas retribuições.

A partida terminou com um empate entre os times. Em primeira análise, poderíamos dizer que foi uma partida de futebol como qualquer outra,

¹²² SPAGGIARI, Enrico,. Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 165-190, jul./dez. 2008.

¹²³ Idem. Ibidem, p.127.

entretanto, entrevistando os moradores de Santo Antônio, a maioria foi categórica ao afirmar que o jogo faz parte de sua cultura, e que ele os representaria como indicador de identidade quilombola.

4.3.4 FESTA DE SANTO ANTÔNIO

Os contatos com os moradores de Santo Antônio foram mais aprofundados no dia da festa do padroeiro, visto que esta festividade é a mais importante da cidade e nela as pessoas cooperam umas com as outras em favor do santo e da fé; conseqüentemente, é o momento em que as pessoas da comunidade estão reunidas e mais disponíveis para realizar as entrevistas.

Segundo a tradição católica, o santo nasceu em Lisboa, em 1195, e morreu nas vizinhanças da cidade de Pádua, na Itália, em 1231, por isso é conhecido como Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua. Seu nome de batismo era Fernando de Bulhões y Taveira de Azevedo. Santo Antônio detém o recorde de canonização da Igreja Católica: foi declarado santo em menos de um ano decorrido de sua morte, em 30 de maio de 1232. Muitas das suas estátuas e imagens representam-no envergando o traje dos frades menores, segurando o Menino Jesus sobre um livro, enquanto outras o mostram a pregar aos peixes.

Na comunidade estudada, o santo cultuado é Santo Antônio de Lisboa, comumente considerado como um santo casamenteiro; pois segundo a lenda, era um excelente conciliador de casais. Muitas são as crenças que o rodeiam, e na comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, não seria diferente.

Podemos descrever algumas crenças: muitas moças afoitas por encontrar um marido costumavam retirar o bebê dos braços das estátuas do santo, prometendo devolvê-lo depois de alcançarem o seu pedido; outros jovens (principalmente mulheres) colocavam a imagem de cabeça para baixo, ameaçando que só a mudariam de posição quando Santo Antônio lhes arranjasse um companheiro (marido). Estes rituais são feitos geralmente na madrugada do dia 13 de junho, que é o dia do Santo. Outros colocam o santo no feijão para ser cozido, depois dá-se este feijão para todos comerem. Ainda

há os que colocam o santo no congelador da geladeira e só o retiram de lá quando o mesmo atender o pedido. Estes foram os relatos dos moradores sobre as crenças que cercam o Santo, padroeiro do município. Vale destacar que essas crenças são muito antigas e as práticas de convencer Santo Antônio, provocando o sofrimento em sua imagem era um recurso mágico amplamente utilizado tanto pelos senhores como pelos escravos no Brasil Colonial.

A cerimônia é conhecida como trezena (por ter a duração de treze dias). Os fiéis entoam cânticos, soltam fogos, e celebram “comes e bebes” junto a uma fogueira com o formato de um quadrado. Essa festança acontece entre 1 e 13 de junho, momento de reunião da comunidade que conta, nesse período, inclusive com a presença de parentes e amigos que vivem fora. É uma oportunidade de completude do grupo.



Festa de Santo Antônio, mãe ensinando a filha a pedir e tocar na imagem do santo. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Junho de 2008.

A comida da festa de Santo Antônio é típica em todo país: pastel frito de carne ou de queijo, pinga, quentão, canjica doce (canjicão), pipoca de sal, feijão tropeiro, espetinho de carne de boi e de porco, refrigerantes e cervejas. A única barraquinha que faz as refeições para vender é a da igreja católica que tem local fixo no adro da mesma.



Na cozinha da igreja, festa pós-celebração. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Junho de 2008.



Na cozinha da igreja, pós-celebração. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Junho de 2008.

A fogueira é feita em um local desocupado, em um trevo fora do adro da igreja. Tal trevo tem uma estrada que leva à Vargem do Engenho, outra que leva à maior concentração da população da comunidade de Santo Antônio, e a outra que leva para a “*venda*”¹²⁴ e para a escola. A fogueira pode ter vários

¹²⁴ Comércio do filho de Dona Kita, Walter, é uma “*vendinha*”, como o povo costuma chamar.

significados. Entre eles, segundo informação de uma moradora¹²⁵, o fogo dessa fogueira é tão abençoado quanto a água benta, capazes de garantir a fertilidade e a saúde. Da fogueira derivam também outras práticas: transportar tições, tochas ou cinzas da fogueira para o meio das pastagens e do rebanho; andar em volta dela, passar pela fumaça ou passar por sobre as brasas para prevenir enfermidades e esfregar cinzas da fogueira pelo corpo, com o mesmo sentido de cura e de ser abençoado pelo santo protetor.

Os pedidos são os mais diversos, mas buscar o casamento ou a reconciliação dos cônjuges são a maioria, afinal é um santo casamenteiro. Como cada dia da festa é patrocinado por uma comunidade vizinha, os pedidos também se estendem a agradecer à comunidade que foi a proponente daquele determinado dia, bem como pelas boas colheitas deles e das outras comunidades.

Durante as festividades em Santo Antônio há celebração religiosa todos os dias, assim a festa conta com a solidariedade de outras comunidades. No primeiro e no último dia a paróquia de Santo Antônio de Pinheiros Altos celebra a missa e organiza todos os preparativos para que esta aconteça, além da barrquinha e da festa pós-celebração.



Barraquinha do lado de fora da igreja com venda de comidas e bebidas. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Junho de 2008.

¹²⁵ Visita de campo dia 11 de junho de 2008, conversa com Dona Lurdes Felix, ministra da igreja e detentora das chaves da Igreja.

Entretanto, nos outros dias, as missas ou celebrações são organizadas e celebradas por padres ou ministros de São Mateus, Coelhos, Téia, Taquaraçú, Capoeirão, Cruzes, Venda Nova, Nórias, Diogo de Vasconcelhos, Vargem do Engenho e Mamonas.

Cada comunidade tem seu santo padroeiro, por isso a de Santo Antônio de Pinheiros Altos participa de festas o ano inteiro, pois também é convidada por outras comunidades a celebrar a missa em todas as festividades, como forma de pagamento por terem ajudado nas missas de Santo Antônio.

A comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos possui um calendário repleto de obrigações para com as outras comunidades, pois as festividades estendem-se por todo o ano: três comunidades celebram São Sebastião (20 de janeiro), as demais festejam Nossa Senhora de Lourdes (11 de fevereiro), Santo Expedito (19 de abril), Nossa Senhora Auxiliadora (24 de maio), Nossa Senhora do Carmo (16 de julho), São Domingos (08 de agosto), São Mateus (21 de setembro), Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro). Por esse calendário, podemos perceber que as festas religiosas criam um circuito complexo de regras de comportamento sobre dar, retribuir e receber, mas também ativam com frequência a circulação de pessoas, alimentos, santos e representações coletivas.

Muito mais do que uma relação de religiosidade com o Santo, a comunidade constrói laços de solidariedade e confiança para com as outras, pois o calendário festivo-religioso, além do percurso pelos meses do ano, amplia a inserção de todos os grupos em cada uma das comunidades, marcando e estendendo a sua existência também em um espaço mais amplo. Parafraseando Maria Isaura Pereira de Queiroz, concordamos que as comunidades rurais são marcadas por diversos fatores, mas a participação coletiva em atividades lúdico-religiosas é o que constitui “a *expressão mais visível da solidariedade grupal*.”¹²⁶

¹²⁶ OLIVEIRA, Alécio Rodrigues de e COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Alecio%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2009

De uma forma geral, podemos definir uma festa como um paradoxo da sociedade, pois segundo Léa Freitas Perez, “*ela purifica e renova ao mesmo tempo. Ela é o seu ponto culminante não só do ponto de vista religioso, mas também do ponto de vista econômico.*”¹²⁷

O termo “econômico”, nesse caso, deve ser entendido de forma particular, já que as festas tradicionais no meio rural são construídas não pela ótica do mercado e do lucro, mas sim como um sistema de “prestação total”, como definiu Mauss (2003).

Quando descrevemos, anteriormente, os vínculos criados pelos torneios comunitários de futebol, destacamos a necessidade de um rodízio no qual os times assumem ora o papel de anfitriões, ora o papel de convidados. Podemos dizer que esses torneios são parte do sistema de “prestação total”, como as festas, pois neles, mais importante que os resultados do placar traduzido em vitórias e derrotas, é o entrelaçamento dos grupos sociais que ocupam um espaço e que, nesse espaço compartilhado, eles constroem relações de reconhecimento e de pertencimento constantemente atualizadas. Podemos pensar, assim, que a trama tecida com o calendário dos torneios e o calendário festivo –religioso permite uma variedade de momentos em que a cultura local é referendada pela circulação e pelas trocas.

Em seu principal trabalho, Ensaio sobre a dádiva, Mauss havia observado que no sistema de prestação total há a circulação da dádiva e do “mana” tanto nos momentos rituais, como as festas, como nas situações cotidianas, como as visitas ou os atos coletivos de cooperação mútua. Para ele, no sistema de circulação de bens, as pessoas não trocam apenas mercadorias ou “coisas economicamente úteis”; trocam também mulheres, alianças políticas, idéias e símbolos. O “mana” é um símbolo poderoso que, metaforicamente, remete à representação que o grupo social constrói sobre sua energia vital. Essa energia, perigosa e preciosa, está presente nas pessoas, nas divindades e nos bens trocados e, por isso, jamais pode ser acumulada ou represada sob a pena de causar desequilíbrio individual ou coletivo.

¹²⁷ PEREZ, Léa Freitas. Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo. Por uma antropologia das efervescências coletivas. Disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a12-lfreitas.pdf>. Acessado em 02 de janeiro de 2009.

De acordo com Mauss,

As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, souberam estabilizar suas relações, dar, receber, e enfim retribuir. Para começar, foi preciso inicialmente depor as lanças. Só então se conseguiu trocar os bens e as pessoas, não mais apenas de clãs a clãs, mas de tribo a tribo, de nação a nação e sobretudo – de indivíduos a indivíduos¹²⁸

Assim, no caso específico de Santo Antônio, festas religiosas e torneios esportivos acionam a circulação de “nativos” e visitantes, de comidas, de trabalhos voluntários, de palavras, músicas, de atos competitivos e atos de comunhão, reforçando a visibilidade que os valores culturais devem ter.

Foi Clifford Geertz quem nos chamou atenção para a importância dos momentos ritualizados da cultura, pois é na “espetacularização” de si mesma que ela se torna pública e visível para seus próprios membros. Ao analisar os torneios das brigas de galo em Bali, na Indonésia, e as festas que sucedem esses espetáculos sangrentos, Geertz conclui que nesses momentos coletivos e dramatizados, cada participante entende seu papel na narrativa social que está sendo apresentada, reafirmando sua confiança em um mundo que está como deveria estar. Dessa forma, Geertz nos auxilia a entender o calendário esportivo e festivo-religioso de Santo Antônio como um esforço pedagógico de valorizar certos conteúdos culturais, como a religião, a festa, as trocas simbólicas e um certo equilíbrio entre o mundo interno e o mundo externo. Esse equilíbrio, no entanto, não significa o apagamento dos conflitos, inclusive aqueles que envolveram a questão racial.

¹²⁸ Idem, p.313.

4.3.5 ENTREVISTAS: DIFICULDADES E FACILIDADES DIANTE DA QUESTÃO RACIAL

Neste subcapítulo, gostaríamos de falar das facilidades e dificuldades de entrevistar as pessoas da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos e as percepções que tivemos ao longo do processo de observação.

A primeira dificuldade enfrentada em nossa pesquisa, como já foi dito, foi com o transporte, porque o ônibus fazia o trajeto somente uma vez por dia, sendo uma viagem de manhã de Santo Antônio para Piranga e à tarde de Piranga para a comunidade. Isso tornou mais complicado o trabalho de coleta de dados, pois foi necessário morar na localidade, já que não possuíamos automóvel. Outro meio de locomoção foi a carona, entretanto, como ninguém nos conhecia, nem sempre era fácil obtê-la.

Essas dificuldades se agravavam quando havia alterações climáticas, principalmente, quando iniciada a estação da chuva, pois, nossa pesquisa de campo durou vários meses ao longo de 2008. Nos meses das cheias, entre setembro e dezembro, o acesso ao local tornava-se cada vez mais restrito. Percebeu-se também que, após o décimo quinto dia útil de cada mês, o meio de transporte ficava ainda mais escasso devido à diminuição dos passageiros. Por esses fatores, Santo Antônio apresenta oscilações entre períodos de isolamento involuntário e períodos nos quais as redes de comunicação ficam mais facilitadas.

Outro obstáculo que enfrentamos foi com o lugar de hospedagem. Embora ao obstáculos, tivemos uma ajuda muito grande da supervisora Nelma, pois ela havia pedido para os professores que moravam na “casinha” para nos receber. Apesar de haver na comunidade muitas casas vazias, propriedade de pessoas que trabalham em outras cidades, percebemos que não havia muita oferta de casas para alugar, devido a um retorno em períodos de férias e feriados dessas pessoas.

Mesmo sendo recebidos na “casinha”, vivemos vários momentos complicados, uma vez que algumas pessoas que moravam na referida casa não

conversavam entre si. A saída para esta situação, foi sempre estar com as pessoas na comunidade, procurando permanecer “neutro” nessas ocasiões.

Estes conflitos giravam em torno dos próprios professores, devido ao fato de morarem em sistema de república. Na “casinha”, havia tarefas domésticas para realizar e quando algum deles falhava, era motivo para desavenças. Outros conflitos surgiam na divisão da conta do supermercado, sobre quem faria a comida ou mesmo quem “faria sala” para visitas.

Uma outra dificuldade percebida no campo estava relacionada com a “questão da cor”¹²⁹ das pessoas. Como se referir a elas acabou se tornando uma dificuldade. Podemos citar Dona Kita, branca, família tradicional de Santo Antônio, professora há mais de 40 anos, que em uma conversa informal, ao se referir à descendência das pessoas do local, jamais afirmava que eles eram negros, com ressalvas de que isso poderia ofender aos moradores. Sobre a utilização desse adjetivo para os moradores de Santo Antônio, conversamos, informalmente, com algumas pessoas antes de ir ao campo e todas fizeram ressalvas sobre a utilização do termo crioulo. Segundo estas pessoas a comunidade era conhecida como Santo Antônio dos Crioulos¹³⁰, mas a aplicação deste termo nunca foi usual, devido à carga preconceituosa e os entrevistados fizeram questão de evitar o referido termo.

Em determinados momentos da pesquisa, percebi que o fato de eu ser negro contribuiu para nos aproximar de algumas questões levantadas por nossos entrevistados. Muitas das vezes, os entrevistados, ao se referirem aos seus antepassados, afirmavam que eles eram negros. A diversas vezes apontavam pra mim, fazendo referência à minha cor também, o que os deixavam mais à vontade, estabelecendo comigo uma relação de identificação.

No momento das entrevistas, o constrangimento de falar era grande e perceptível. Com certeza, para a maioria das pessoas aquele era sendo o

¹²⁹ Neste momento não estou usando cor com sentido pejorativo, mas uma simples expressão utilizada por todas as pessoas com as quais tive contato antes de fazer a visita de campo em Santo Antônio.

¹³⁰ Na verdade este termo é utilizado para classificar a comunidade, pois em Piranga existem três comunidades com Santo Antônio, e para diferencia-las a comunidades com maior população negra, foi denominada como Santo Antônio dos Crioulos, lembrando que eram feitas muitas ressalvas à utilização deste termo.

primeiro contato com os instrumentos de pesquisa: (mp4 e máquina digital) e com um pesquisador com o qual não estavam familiarizados. Eles ficaram com vergonha de falar, na verdade, até mesmo de se aproximar. Entretanto, Lado, nosso informante e acompanhante de todas as entrevistas fazia com que as pessoas se soltassem mais. Para que elas ficassem mais a vontade, utilizamos à técnica voltada para objetos biográficos.

De acordo com Juniele Rabelo de Almeida, “os *objetos biográficos* são *construções do mundo material que incorporam experiências de vida do seu possuidor.*”¹³¹ Assim, estes objetos potencializam e estimulam as narrativas dos colaboradores e podem se constituir em um bom motivo para iniciar uma conversa. Podemos citar o cachimbo e a lamparina de Dona Inês, assim que ela mostrou tais objetos à entrevista fluiu. Com Magá iniciamos a entrevista com respostas monossilábicas, mas fizemos um retorno para seu filho em seus braços, e notamos que teve uma fluidez de sua fala após utilização de tal técnica.

No entanto, não se pode afirmar que houve somente dificuldades, porque todas as etapas foram facilitadas pela ajuda das pessoas e de nossos informantes. Vale destacar que a duração desta pesquisa coincidiu com um momento de ansiedade pela espera do certificado de reconhecimento da comunidade quilombola e com o desfecho desse processo. Assim, a receptividade em campo e a presença de um pesquisador também negro podem ser inseridas, na interpretação dos agora “quilombolas” de Santo Antônio, como mais um indicador das novas etapas de inserção e valorização social que podem vir por aí.

4.3.6 PROJETO DA ESCOLA

Neste subcapítulo, descreveremos o desenvolvimento do projeto de exposição científica e cultural da Escola Municipal de Santo Antônio, a participação dos professores, bem como o envolvimento dos demais membros da comunidade.

¹³¹ ALMEIDA, Juniele Rabelo. Objeto Biográfico e Performance da Narrativa: questões para História Oral de Vida. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/neho/pdfs/juniele.pdf>. Acessado em 18 de junho de 2009.

O referido projeto, apesar de ter sido escrito em 2008, teve sua primeira versão em 2007. A escola há dois anos abordava o mesmo tema “Identidade cultural quilombola” sendo que, em 2007, foi apresentado como “Resgatando a identidade cultural da comunidade quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos” e em 2008 foi “Valorizando a identidade cultural da comunidade quilombola de Santo Antônio dos Pinheiros Altos”.

Em 2007, segundo relatos dos professores, foi feito um balanço geral do que a comunidade tinha a demarcar como quilombola (brinquedos, festas, danças e linguagem) que não era mais utilizado ou realizado em Santo Antônio. Diante desse levantamento, foi feita uma exposição e mobilizou-se toda a comunidade para que participasse do evento.

No início de 2008, já anunciando que a comunidade iria pleitear o reconhecimento oficial, e com a nossa chegada a campo; o projeto foi construído de uma forma diferente. Segundo relatos dos professores, a partir dos elementos culturais da comunidade de levantados em 2007, a comunidade foi incentivada a valorizar suas particularidades.

O projeto deu oportunidade para que os professores pesquisassem o assunto em livros, jornais, e mesmo na internet. Lembramos que os professores se dividem entre aqueles que já moram na comunidade há anos e aqueles que haviam chegado mais recentemente. Esta divisão também provocava uma diferença entre as formas de buscar e pesquisar o assunto. Os mais antigos utilizaram, como fonte, a própria comunidade; talvez por maior segurança produzida pelo contato de anos com o grupo; os recém chegados, com menos bagagem de conhecimento sobre a comunidade, se dedicaram mais à literatura para compreender as vivências na comunidade.

Assim, o maior objetivo do projeto da escola de Santo Antônio era fazer com que os alunos aprendessem, desde cedo, a valorizar sua cultura como um todo, sem sentirem vergonha de assumir suas características afrodescendentes. Esperava-se também que eles aprendessem, nesse projeto, a ver que os mais velhos tinham uma sabedoria que não devia ser esquecida. Já com a turma do EJA, pessoas mais velhas, o projeto tinha o objetivo de

mostrar-lhes que sua cultura estava sendo valorizada por outras pessoas, outras instituições e que aquele projeto era prova disso, pois este havia sido elaborado para ajudar no processo de autorreconhecimento e para obter alguma vantagem para escola.

Como já havíamos mencionado, a nossa participação, neste projeto, começou a ser idealizada desde o momento em que conhecemos a supervisora Nelma de Cássia Souza, já que, segundo ela, o interesse era reunir o projeto já desenvolvido em 2007 com uma nova proposta para 2008. A supervisora explicou que a prefeitura promovia todos os anos uma exposição científica e cultural nas escolas do município de Piranga e, cada ano, a escola tinha a oportunidade de escolher uma dentre as propostas para a elaboração do tema da exposição.

Segundo Nelma, os professores definiram um tema que nos ajudou de uma certa forma a coletar dados: “Resgatando a identidade cultural de Santo Antônio de Pinheiros Altos”. Ficou estabelecido, então, que os professores teriam de maio a agosto para escreverem suas respectivas partes do projeto, as quais posteriormente formariam um projeto maior, “o projeto da escola”. Para tanto, seria necessário que os pré-projetos fossem preliminarmente executados com os alunos para uma apresentação de resultados, bem como uma comprovação da viabilidade dos mesmos.

Após alguns meses de debate entre os professores e a supervisora, chegou-se ao tema central do projeto e o título do trabalho foi modificado para “Valorizando a Identidade Cultural da Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos Piranga –MG”. Durante as reuniões para a definição do tema, procedeu-se também a divisão de tarefas entre os professores da escola, que se organizaram em duplas.

De acordo com a supervisora municipal, o projeto da escola ficou dividido da seguinte forma: no primeiro (1º) e no segundo anos (2º), as professoras responsáveis (Carmem e Silvia) focalizaram a alimentação, desde as formas de plantio, passando por todo o processo de transformação a que o alimento é submetido até estar pronto para comer. No terceiro ano (3º), o professor José

Geraldo (Lado) trabalhou com cantigas de roda, brincadeiras e músicas locais; o quarto ano (4º), com a ajuda do professor Cláudio, mapeou os tipos de preconceitos e quais eram os mais vivenciados dentro da comunidade; já o quinto ano (5º), coordenado pela professora Lúcia, abordou as doenças locais, laços de consangüinidade e parentesco. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) subdividiu-se de modo que uma parte da turma pesquisou os direitos dos negros e dos quilombolas e a outra abordou as plantas medicinais, focalizando as rezas e benzeções locais.

Este é o primeiro passo, de acordo com Nelma, para que a escola seja vista pelas secretarias de educação municipal e estadual como uma “escola quilombola”, obtendo assim algumas vantagens com relação à verbas e programas referentes à melhoria da escola de maneira geral.

Chegamos a Santo Antônio dois dias antes da exposição para colaborar com a organização. Embora cada professor tenha sido responsável por uma turma, todos deveriam ajudar na ornamentação de toda a escola de preparando o ambiente para receber os visitantes de outras escolas, os membros da comunidade local, bem como os representantes da secretaria municipal. Na quinta-feira, que antecedeu o evento, foi estabelecido um recesso, já que era necessário tempo hábil para preparar a escola para o evento.

A exposição teve início às 8 horas da sexta-feira. Um grupo de Folia de Reis de Pinheiros Altos, município de Piranga, foi convidado para participar do evento, pois seria uma oportunidade para resgatar uma tradição local que havia se perdido com o tempo.

A comunidade, principalmente os alunos, chegaram logo cedo à escola, para conhecerem e prestigiarem um trabalho que tem como origem e alvo a própria cultura local. Os alunos estavam ansiosos por apresentarem seus trabalhos aos pais e aos demais visitantes. A única sala que permaneceu fechada foi a de comidas típicas, pois os organizadores da exposição aguardavam as supervisoras e o secretário municipal de educação, e pretendiam que a mesa

de comidas se mantivesse intacta até a chegada das visitas “*sem ficar uma mesa feia*”¹³², como disse a professora Carmem.

Transcorridas duas horas do início da exposição, o carro da prefeitura com as supervisoras e o secretário chegou de Piranga, trazendo consigo a Bandeira e as camisas confeccionadas para o evento. Anteriormente à realização do evento, realizou-se na escola um concurso para escolher uma bandeira oficial. O aluno vencedor teve seu desenho estampado na bandeira da escola, como mostra a imagem abaixo.



Bandeira da escola, escolhida por todos em uma eleição escolar. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008

Em uma das discussões realizadas entre os professores sobre esta questão de reconhecimento, eles concordaram que a escola deveria ter uma bandeira, criada por alguém da comunidade. Então promoveram, antes da exposição do projeto, um concurso entre os alunos.

Primeiramente eles trabalharam textos, material referente ao fato de ser afrodescendente com conteúdo principalmente das disciplinas de Português e História. Fizeram parte desse concurso todos os níveis de ensino e foram selecionados alguns desenhos, que, posteriormente, foram votados pelos professores. Decidiram pelo o desenho de um aluno da 3ª série, e este foi

¹³² Carmem, professora responsável pela turma que trabalhou o assunto de alimentação.

moldado para ser colocado em uma bandeira. No dia da exposição, o aluno ganhou um presente e uma homenagem, além de poder explicar a simbologia do desenho feito.

Como podemos observar, a escolha do desenho reflete muito o conteúdo que a escola tenta fixar. Segundo a interpretação dos professores, “a corrente só será solta se as pessoas obtiverem instrução, conhecimento, por isso o livro”. A prevalência dos negros no desenho é justificada pela comunidade ser de maioria negra, mas o branco também faz parte dessa cultura, como respaldo à imagem. Entretanto, nota-se que os negros e o branco do desenho não se tocam, mas estão ligados por correntes. O branco, como elemento central, parece estar acorrentado os negros que estão na periferia da imagem. Outro fato que chama atenção na imagem e na interpretação dos professores é que somente o registro da escrita, representado pelo livro, indica a possibilidade da libertação, sem que haja qualquer valorização da oralidade que caracteriza as culturas africanas.

Para muitos moradores, como o senhor José Elias, um dos moradores mais antigos dessa comunidade, essa foi uma oportunidade de relembrar dos seus tempos de infância, pois a exposição da escola era baseada nos próprios relatos da comunidade e representou o esforço dos professores de refazer um cotidiano que ainda reside na memória. Segundo José Elias, o que mais o fez relembrar sua infância foi a Folia de Reis, que há muitos anos não se via naquela região.

Com a chegada das supervisoras, procedeu-se à abertura oficial do evento. Após o Hino Nacional, foram proferidas várias mensagens de agradecimento a todas as pessoas envolvidas no projeto. A professora Miriam, apresentadora e articuladora do projeto dentro da comunidade, argumentou que a população de Santo Antônio teria, daquele momento em diante, a “missão” de manter viva a tradição da Folia de Reis.

O momento seguinte foi reservado às apresentações de dança. Os alunos dançaram e cantaram, no pátio da escola, várias cantigas de roda, recreações utilizadas por seus antepassados, pais e ou avós.

Durante as apresentações, nas salas de aula, os alunos puderam brincar com vários brinquedos confeccionados por eles mesmos para a exposição, brinquedos estes que já fizeram ou ainda fazem parte da cultura local.



Brinquedos confeccionados pelos alunos Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008

Estes brinquedos foram feitos pelos alunos: petecas confeccionadas com palha e pena de galinha; saltinho construído com a massa de tomate e barbante; carrinho feito de vara de pescar e cabaço; microfone feito de barbante e lata; perna-de-pau utilizando bambu; entre outros.



Dança com cantiga de roda. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008



Dança com cantiga de roda. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008

Na exposição foi realizado um trabalho voltado para os pratos típicos, mas não somente aqueles feitos antigamente, mas também aqueles que fazem parte do cardápio daquela comunidade. Como podemos observar nas figuras abaixo.



Mesa de exposição dos alimentos feitos pela própria comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008



Mesa de exposição dos alimentos feitos pela própria comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008

Assim, no que se refere à parte da exposição voltada para as comidas, os alunos organizaram, em mesas, uma demonstração dos alimentos consumidos por eles desde as refeições matinais até às noturnas. Outro compartimento foi reservado para as comidas típicas da comunidade tanto as atuais, quanto para as já não são muito utilizadas no cardápio dos moradores, como: cuscuz de forno, farinha de amendoim, broa e bolo de panela assados com sabugo, farinha molhada, farinha poenta torrada na panela com gordura.



Alimentos selecionados e desenhados pelos alunos, todos conhecidos. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008

Através da demonstração, foi possível observar que vários pratos sofreram modificações ao longo das gerações. A modificação principal refere-se ao acréscimo de produtos industrializados no cardápio local. Podemos notar, nas fotografias, uma pesquisa alimentar realizada entre os alunos e familiares da professora Silvia.

Como já mencionado, na exposição, apresentou-se também o conjunto de ervas medicinais utilizadas pela população no tratamento de diversos tipos de doenças. Algumas amostras destas plantas foram selecionadas para a exposição. Os responsáveis por esta seção ocuparam-se em apresentar aos visitantes o componente de cada planta utilizado na preparação dos remédios caseiros: caule, raiz, folha, fruto, semente. Além disso, vários exemplares de remédios caseiros foram preparados para a exposição, tais como, chás, escalda-pés, xaropes, farinhas, folhas secas; concomitantemente também eram esclarecidos os métodos de utilização de cada remédio.

O envolvimento e a contribuição da comunidade local no projeto da escola foi muito grande, ora através da preparação de pratos “típicos” e remédios caseiros, ora por meio da orientação das pesquisas dos alunos sobre a árvore genealógica do grupo, ou ainda por meio do auxílio na confecção de brinquedos e seleção de músicas, danças e brincadeiras tradicionais. A comunidade, principalmente representada por pais e familiares de alunos, multiplicava-se nas diversas funções estabelecidas em prol da feira cultural.

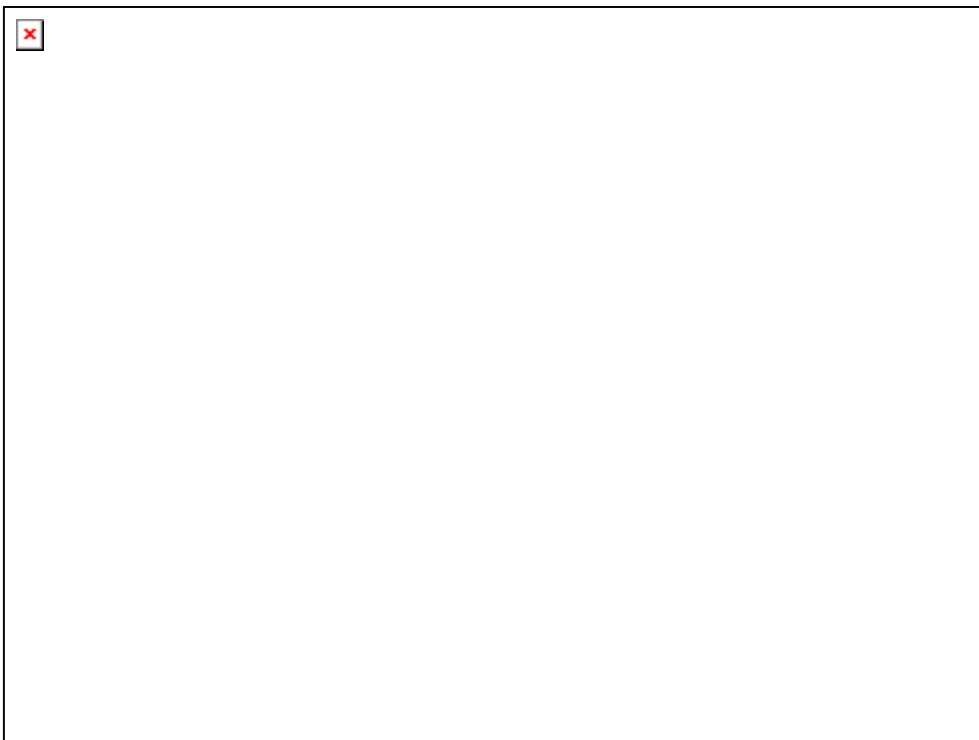
Os funcionários da escola prepararam um almoço para os visitantes da exposição. O cardápio foi composto de pratos locais - feijoada e canjiquinha – pratos de festa e de receber visitas. Os integrantes da Folia de Reis apresentaram-se imediatamente após o almoço. Mirinha, uma das anfitriãs da festa, como professora da escola e coordenadora do evento, já havia dito na abertura da festa que seu objetivo, ao convidar o grupo de Folia de Reis para participar da exposição, foi sensibilizar a população de Santo Antônio em relação à perda de sua identidade local, da falta de interesse e de apoio aos grupos característicos daquela cultura.

Para alguns dos habitantes de Santo Antônio, a Folia de Reis era uma manifestação desconhecida, ou, no máximo, curiosa, que chamava a atenção, apenas pelas orações e pelas estripulias dos dois palhaços que arrecadavam dinheiro durante as apresentações do grupo. Já para os mais idosos, como Dona Tereza, sua irmã Terezinha, e seu Zé Elias, toda aquela festa soava como algo muito familiar. Tudo que estava sendo exposto na escola funcionava como um inventário da história coletiva daqueles indivíduos. Dessa forma, diante apresentações dos grupos participantes da feira e as exposições de produtos típicos locais, a parte, da população, mais antiga da comunidade de Santo Antônio, reagia com sorrisos entusiasmados, palmas calorosas e demonstrações intensas de fé.

No encerramento da Feira Cultural, Carminha, mais uma vez, sensibilizou os moradores da comunidade, sugerindo que as pessoas fizessem um “trato consigo mesmas de ajudar a preservar e a divulgar a tradição local que, enfim, era a própria história de Santo Antônio de Pinheiros Altos”.



Folia de Reis no pátio da escola, diversão para os mais velhos. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008



Mirinha, pedindo um relato de Seu Zé Elias sobre a existência da Folia de Reis em Santo Antônio. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008



Folia de Reis. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Outubro de 2008

4.4 PROCESSO DE RECONHECIMENTO

A partir daqui, passaremos à descrição de todo o processo de reconhecimento quilombola da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, desde o pedido até a aceitação por parte da Fundação Cultural Palmares. Para isso, serão arroladas várias visitas: a primeira, em que tivemos a conversa com Marcos, técnico da EMATER, a visita da assinatura da ata da reunião realizada na Associação dos Moradores de Santo Antônio e, por fim, o dia do recebimento do documento.

4.4.1 REUNIÃO DA EMATER

Em nossa primeira visita à comunidade de Santo Antônio, Marcos, técnico da EMATER, afirmou que a comunidade buscava ser reconhecida pela Fundação Cultural Palmares. Após termos conhecimento dessa informação, ocorreu uma reunião na comunidade para que o reconhecimento fosse discutido entre os moradores, através da associação.

Podemos afirmar que os motivos de Marcos foram dois: um, de cunho pessoal, pois como ele realiza trabalho de campo em todas as microrregiões de Piranga algumas comunidades, segundo ele, chamaram a atenção, porque *“possuem grande quantidade de negro e alguns traços que lembram a escravidão”*¹³³. Já o segundo motivo foi o pedido formal de orientação feito pelo presidente da Associação Comunitária de Santo Antônio.

Segundo Marcos, alguma universidade, UFMG ou UFV, já havia realizado um levantamento na comunidade, mas nada foi deixado, e por isso ele tinha vontade de elaborar um projeto sobre cultura e identidade. Dessa forma, procurou o CEDEFES para que o ajudasse no reconhecimento. Representantes deste centro de pesquisa foram a campo com Marcos, registraram várias fotos, e buscaram algumas informações, as quais foram disponibilizadas no site do CEDEFES, bem como no livro lançado pelo centro de pesquisa no ano de 2008 sobre as comunidades quilombolas de Minas Gerais.

Este primeiro passo incentivou ainda mais tanto Marcos, quanto a comunidade. Assim, realizaram uma segunda reunião, agora sobre o auto-reconhecimento quilombola, para a qual a comunidade foi convidada a participar e a assinar a ata da reunião, já que a cópia da ata, bem como o resumo da origem da comunidade feito pelo CEDEFES, seriam enviados à Fundação Palmares para que a comunidade recebesse o certificado de reconhecimento.

Quando fizemos contato com Marcos, estes primeiros procedimentos já haviam sido realizados, motivo que fez com que apenas pudéssemos registrá-los a

¹³³ Conversa com Marcos, em nossa primeira visita, a caminho de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

partir do depoimento dos envolvidos. Todavia, após essas primeiras reuniões entre Marcos e os membros da associação, outra foi agendada e, dessa vez, pudemos participar, tomar conhecimento e registrar os acontecimentos.

Em nossa primeira visita, quando chegamos à comunidade com Marcos, elaboramos alguns laudos sobre o eucalipto e o gado. Ele já tinha marcado uma reunião com a comunidade para discutir sobre o reconhecimento. Segundo ele, faltava pegar uma cópia da ata da reunião para mandar para a Fundação Cultural Palmares, e na oportunidade, eles iriam discutir também sobre um tanque de resfriamento do leite comunitário.

No início da reunião, Marcos perguntou ao presidente da associação, Sebastião Catarino, se as assinaturas haviam sido recolhidas para a abertura do processo. O presidente sinalizou positivamente e disse que estava com tudo organizado para entregar a Marcos. Ainda segundo o diretor da associação, foram feitas visitas às casas dos moradores que não haviam comparecido à reunião anterior. O objetivo das visitas era esclarecer sobre o processo de reconhecimento quilombola e sobre a importância desse reconhecimento para a comunidade.

Segundo Sebastião Catarino, o presidente da associação¹³⁴, ele, juntamente com outros membros da associação, salientaram nas visitas às famílias que o fato de alcançarem o reconhecimento como comunidade quilombola viabilizaria à população o acesso a várias verbas para a realização de projetos coletivos, sem que, para isso, precisassem do intermédio da prefeitura. Tal autonomia permitiria ainda à comunidade local a decisão de onde e quando investir.

Um aspecto observado foi o fato de as mulheres não participarem da maioria das reuniões; entretanto, conversando com algumas delas, afirmaram que foram à reunião do reconhecimento, em outras reuniões da Associação só compareciam quando convidadas. Havia um casal de visitantes na comunidade, oriundos de uma localidade chamada Correia, localizada próximo

¹³⁴ O Senhor Sebastião Catarino não nos deu entrevista formalmente, pois o mesmo estava passando por uma cirurgia e não estava presente em nenhum momento para fazer, ora estava em consulta, hora estava operando, ora estava para Piranga, exceto nesta primeira visita onde conversamos informalmente, sobre as informações acima.

a Santo Antônio; contudo, enquanto o homem participava da reunião, a mulher aguardava-o do lado de fora da associação.

Marcos, juntamente com presidente da associação, deu prosseguimento à reunião, perguntando aos demais integrantes se todos os documentos referentes ao processo de reconhecimento quilombola estavam prontos e se todos estavam cientes do processo que estava sendo aberto. Todos sinalizaram positivamente. Segundo Marcos, naquela semana, o processo seria encaminhado à Fundação Palmares e assim que ele obtivesse uma resposta, solicitaria uma nova reunião na comunidade.

O próximo item da pauta foi a discussão sobre a aquisição de um tanque de leite comunitário. Os presentes questionavam Marcos sobre a possibilidade de o reconhecimento quilombola viabilizar a obtenção de descontos e novos projetos e se haveria alguma organização que poderia ajudá-los a conseguir este tanque por um preço mais acessível. Marcos disse não saber, mas comprometeu-se a buscar informações a respeito. Ainda sobre esse assunto, ele orientou que os moradores se esforçassem para obter o tanque sem contar com o reconhecimento, pois o mesmo poderia demorar.

O que se pode destacar da observação dessas reuniões é que a associação dos moradores, visando o desenvolvimento técnico de suas atividades produtivas, identificou no reconhecimento oficial um instrumento político importante de reivindicação de seus direitos aos incentivos econômicos junto às instituições externas de financiamento.

4.4.2 O CONTEÚDO DO PROCESSO

Para descrevermos o processo devemos, primeiramente, salientar que não existe um modelo estabelecido pela Fundação Cultural Palmares para as comunidades que buscam o seu autorreconhecimento. Segundo Marcos, o modelo utilizado pela comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos foi já utilizado pelo CEDEFES. Entretanto, mesmo não tendo um modelo formal, foi exigido da comunidade pela FCP alguns documentos em anexo.

Estes são: estatuto da associação que representa a comunidade com CNPJ, se houver uma ata da eleição da diretoria da associação; caso não haja associação, bastam somente cinco assinaturas das pessoas que representam comunidade. Vemos , a seguir, a fotocópia do processo.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS

CNPJ n.º 23965445/0001-01

Município de Piranga – Estado de Minas Gerais

Fone contato: 31 8624642

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Cultural Palmares/MinC
Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo**

Nós da **Comunidade do Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos**, situada nas áreas da Comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, no Município de Piranga, Estado de Minas Gerais, nos **AUTODEFINIMOS**, como **GRUPO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO**.

Portanto, conforme Decreto da Presidência da República de n. 4887 de 20 de Novembro de 2003, pedimos e requeremos que sejamos reconhecidos como tal, a expedição da competente certificação pela **Fundação Cultural Palmares**, bem como a delimitação, demarcação e titulação de nossas terras.

Nosso breve histórico é o seguinte:

A comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos dista aproximadamente trinta quilômetros da sede do município. Durante o período de chuva, o acesso se torna difícil. Segundo os moradores locais, vivem atualmente aproximadamente oitenta famílias. As famílias possuem uma relação de parentesco e compadrio. As famílias Acácio e Nicácio são os principais e mais antigos troncos familiares entre os moradores. A vegetação da região está parcialmente alterada pela ação antrópica da agricultura e da pecuária. No entorno da comunidade ainda há resquícios de Mata Atlântica.

È observado capoeiras – vegetação de uma área devastada – e presença da imbaúba, árvore de folhas prateadas que cresce nos locais onde houve o desmatamento. Segundo moradores, ainda podem ser observados alguns animais, como o jacu, tatu e mais raramente, o lobo guará. O solo do entorno de Santo Antônio dos Pinheiros Altos altera entre latossolo vermelho e amarelo. Não há grandes proprietários latifundiários na região do quilombo.

Segundo os moradores, o maior produtor agropecuário da região se chama José Romão. Há no entorno plantações de eucalipto. A região de Piranga foi ocupada pela população indígena no início do século XVIII, como foi descrito acima, e há diversos sítios arqueológicos e construções coloniais no entorno e na própria comunidade.

Há também um documento de doação das terras pelos antigos donos da fazenda para um casal de negros forros. Segundo a moradora, dona Inês, de setenta anos, a sua avó, chamada Chica, foi escrava de um fazendeiro chamado Fernandes – dona de uma fazenda no atual município de Guaraciaba - que a vendeu para Inácio, então dono da fazenda. Há bastantes evidências sobre um intenso trabalho de garimpo no local. Existe um canal construído pelos escravos para lavar o cascalho e separar o ouro. Este canal fica a aproximadamente quatro quilômetros do povoado. Em frente a casa da moradora Dona Inês, há dois monturos de cascalho. (amontoados de pedras) que foram feitos por escravos no trabalho do garimpo, ela também guarda alguns cachimbos de cerâmica confeccionados por escravos.

A geração de renda entre as famílias gira em torno de atividades agrícolas nas fazendas do entorno, de aposentadorias, de programa governamental de transferência de renda e de recursos enviados por moradores que vão trabalhar em São Paulo, sobretudo no mercado da construção civil. As famílias plantam hortaliças, milho, feijão e café para consumo próprio. Todos eles criam semoventes, principalmente suínos e aves. Alguns possuem gado leiteiro. Segundo os

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS

CNPJ n.º 23965445/0001-01

Município de Piranga – Estado de Minas Gerais

Fone contato: 31 8624642

Os moradores se identificam como uma comunidade quilombola, mas ainda não fizeram nenhum encaminhamento à Fundação Cultural Palmares.

Os antigos escravos que trabalharam na fazenda Taquaraçu, provavelmente a mais antiga do local, distante cinco quilômetros do quilombo, segundo a memória da população local, deram origem à formação do quilombo. Os primeiros moradores de Santo Antônio foram forros oriundos desta fazenda, daí ficou conhecida como Comunidade de Santo Antônio dos Crioulos.

A comunidade naquela época e até hoje é habitada por negros e negras descendentes de escravos, possui energia elétrica, falta saneamento básico, água tratada, calçamento etc. A comunicação está chegando agora com a telefonia celular, também hoje já temos um posto de saúde.

Mesmo com estas dificuldades, preservamos ligação com nossas raízes históricas, mantendo nossas tradições, culturais, medicinais, religiosas, que nos foi e nos é passada pelos nossos ancestrais e pessoas mais velhas da comunidade.

Motivo pelo qual, abaixo assinamos reiterando nossa auto declaração somos **GRUPO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO**, pedido e requerimento de expedição de registro no livro de cadastro e certificação por parte da **Fundação Cultural Palmares**, delimitação, demarcação e titulação de nosso território por parte do órgão competente.

Termos em que

P.E.Deferimento

Comunidade Quilombo Santo Antônio de Pinheiros Altos – Piranga/ MG
20 de novembro de Novembro de 2007.

Sebastião Catarino

Presidente da Associação

CNPJ:.....

CPF:

Sua Senhoria o Senhor

~~Prof. Dr. Ubitatan Castro de Araújo~~

MD. Presidente da Fundação Cultural Palmares

A/C

Dr.ª Maria Bernadete Lopes da Silva *Maria*

MD. Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

SBN – Q 2 – 1º subsolo – Edifício Central Brasília

BRASÍLIA-DF

CEP 70040-904

Quando mandar os originais pelo correio ✓

Anexar: Estatuto da associação que representa a comunidade. E CNPJ, Se houver ✓

ATA da eleição da Diretoria da Associação

Se não houver associação 05 assinaturas das pessoas representativas da comunidade

Fotocópias

Além deste processo feito em duas laudas, Marcos ressaltou que colocou em anexo, a ata da criação da associação, bem como uma ata de reunião em que a comunidade se identifica como quilombola e as assinaturas dos moradores. Também adicionou folders de festas como a do Padroeiro, a festa da escola (projeto iniciado em 2007), e fotos de todos os eventos que foram promovidos pela comunidade ao longo de 2007 e 2008, além das fotos utilizadas pelo CEDEFES no lançamento do livro *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais*, em março de 2008.

Como podemos perceber, o que foi levado em consideração pelo processo foi a ancestralidade negra, referida nos relatos orais e a insinuação de um documento, ao qual nos referimos no início deste capítulo. Podemos marcar também que há uma descrição da condição de vida dos moradores da comunidade mais atualizada. Esta parte, segundo Marcos, foi relatada pelos próprios moradores e escrita por ele.

Foi levado em consideração também o relato de moradores, principalmente, o de Dona Inês, uma das moradoras mais antigas da comunidade, bem como alguns vestígios arqueológicos de um cachimbo feito, segundo ela, por sua bisavó que era forra.

No que se refere ao restante das partes do processo, todos os originais seguiram para a Fundação Cultural Palmares. Marcos deixou somente esta parte que foi colocada acima para registro da EMATER, assim como algumas fotos em formato digital em pasta arquivada na EMATER de Piranga.

Os traços culturais da comunidade, que estão sendo levados em consideração pela nossa dissertação, foram aqueles citados nas entrevistas com os moradores, e principalmente, com Marcos. Para ele, as fotos das festividades que aconteceram na comunidade justificam e testemunham a especificidade cultural quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

4.4.3 DIA DO RECEBIMENTO DO PROCESSO

Nossas entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2008 e durante este tempo que permanecemos em campo, sempre perguntávamos a Marcos sobre a obtenção de novas informações acerca do processo de reconhecimento da comunidade. A resposta era sempre negativa. Em outubro, fomos informados pelo técnico de que, segundo a Fundação Cultural Palmares, o certificado seria entregue à comunidade de Santo Antônio.

Marcos solicitou aos professores, Lado e Mirinha, e à supervisora, Nelma, que organizassem uma cerimônia para o recebimento do certificado. O técnico sugeriu que fosse uma cerimônia simples, mas que alcançasse o objetivo de divulgar à toda a população o certificado recebido pela comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos como pleiteante ao reconhecimento como remanescente de quilombos.

O certificado é uma placa que reconhece uma ancestralidade negra e solicita o reconhecimento oficial da comunidade como remanescente de quilombos. O documento, em forma de uma placa de 60 cm por 40 cm, foi afixado em uma das paredes laterais da Igreja Católica, naquela comunidade.



Foto da placa referente à certificação quilombola. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. 20 de novembro de 2008.

O documento chegou à comunidade na primeira semana de novembro. Entretanto, a festa estava marcada para o dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Eles¹³⁵ pretendiam festejar o certificado nesta data, a fim de que ela pudesse ser posteriormente lembrada e comemorada.

Fomos convidados, com antecedência, para a cerimônia de entrega do certificado para a comunidade. O convite foi feito por Marcos e por Nelma.

Chegamos à comunidade e fomos direto para o adro da igreja, onde seria realizada a fixação do certificado e algumas homenagens.

¹³⁵ Eles aos quais me refiro são: Marcos da EMATER, Mirinha e Lado. Algumas pessoas da comunidade propuseram esta data, mas todos delegaram a função desta comemoração para as pessoas acima citadas.



Discurso do secretário de educação representando o prefeito, no dia da entrega da placa de autorreconhecimento. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. 20 de Novembro de 2008.



Dança do Balaio, realizada pelas moradoras da comunidade. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. 20 de Novembro de 2008.

Na lateral da igreja foram dispostas algumas mesas que seriam ocupadas por membros representantes da comunidade. O prefeito foi representado na pessoa do secretário de educação, Luís Helvécio Silva Araújo, vulgo Luisinho.

A mesa foi composta também por Marcos, representante da EMATER, Nelma, supervisora da escola, personalidade diretamente envolvida em todas as atividades relacionadas ao processo de reconhecimento, Dona Inês, representante da comunidade, uma das moradoras mais antigas de Santo Antônio, diretoras de duas escolas de comunidades vizinhas e eu, segundo eles, minha participação justificava-se pelos trabalhos de incentivo e divulgação da comunidade

Após a formação da mesa, entoou-se o Hino Nacional e, em seguida, a professora Mirinha apresentou à comunidade a bandeira da escola criada por um aluno. A primeira personalidade a falar foi o representante do prefeito, o Secretário Municipal de Educação, Luís, o qual fez um discurso breve, agradecendo o empenho de todos os envolvidos no processo que propiciou aquele certificado, principalmente, a participação de toda a comunidade.

Na sequência, o secretário foi convidado, juntamente com Dona Inês, a apresentar para o público a certidão. Outros discursos ainda foram proferidos na sequência.

Dentre os discursos, destacamos o de Marcos da EMATER que elogiou a capacidade de cooperação e empenho dos integrantes da comunidade de Santo Antônio na busca pelo “ideal de reconhecimento quilombola”.

Algumas apresentações foram preparadas por professores e alunos da escola local e de escolas localizadas em comunidades vizinhas. A primeira apresentação, organizada pela comunidade de Pinheiros Altos, era uma peça teatral que visava provocar uma reflexão acerca de situações de preconceito e marginalização sofridas pela população negra.

A segunda apresentação contou com os integrantes da escola de Vinte Alqueires, comunidade vizinha a Santo Antônio. Também através de uma encenação teatral, os alunos representaram a personagem histórica princesa Izabel e o modo como ela proporcionou as mudanças sociais sofridas pelos negros na época da abolição.

As duas apresentações finais foram preparadas por alunos e professores da própria comunidade de Santo Antônio - um desfile e uma dança do balaio.

Segundo Carminha e o apresentador Geraldo, da Secretaria de Cultura, o desfile tinha como objetivo destacar e “valorizar a beleza negra” sempre ignorada pelos grandes meios de comunicação. Do desfile, participaram meninas entre 13 e 16 anos, um rapaz e algumas senhoras sempre atuantes em todos os eventos ocorridos na comunidade, quais sejam D. Lourdes, Tia Zinha, e Magá. Antes de desfilar, cada participante tinha um espaço para falar sobre seus próprios sonhos e perspectivas de futuro, os quais, na maioria dos casos, relacionavam-se ao interesse de obter uma formação profissional.

Já segunda atividade preparada pela escola local, uma dança do balaio, foi apresentada pelas três senhoras que participaram do desfile, além de duas outras moradoras da comunidade. Elas trajavam vestidos rodados feitos de chita, e seguravam, junto à cintura, uma peneira ou um balaio. Todas dançavam de forma circular, encostando-se uma nas outras, o que lembrava a umbigada. As senhoras cantaram uma única música cujos refrões traziam nomes de alimentos típicos da região rimados com nomes de pessoas importantes da comunidade.

A seguir, destacamos um trecho da música apresentada:

Eu queria ter um balaio na coleta do feijão, moça que não tem balaio põe a cintura no chão. Eu queria ser balaio, na coleta de feijão (os alimentos variam de acordo com a rima com o nome das pessoas) para viver dependurada na cacunda do João¹³⁶.

Segundo os professores da comunidade esta música não tem relação com a ancestralidade africana, mas relaciona-se com o plantio, com a natureza e com as formas de trabalho e remetem a uma identificação com a esfera do trabalho rural brasileiro.

¹³⁶ Letra da música cantada pelas mulheres da comunidade de Santo Antônio, em momentos festivos.

Por fim, contemplamos aqui nossa primeira parte metodológica, cujo trabalho foi o de descrever o campo empírico de pesquisa, mostrando seus elementos culturais, seu cotidiano e como os mediadores sociais se interagiram com todo o processo de reconhecimento, feito pela comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

CAPÍTULO 5 ANÁLISES DE DADOS: A FALA DO OUTRO

Para este capítulo foi realizada uma análise das entrevistas, como proposto em nossa metodologia. Para melhor compreensão dessa parte, buscamos ordenar as entrevistas em grupos, entre mediadores sociais e moradores. Fizemos um roteiro de entrevistas (Ver Apêndice) com perguntas temáticas, visando nossos objetivos específicos, bem como as respostas para nossas perguntas do problema de pesquisa. A escolha dos entrevistados foi determinada, na maioria dos casos, pelas indicações de nossos informantes. Entretanto, alguns entrevistados já foram selecionados em nosso projeto, e até mesmo pelas questões levantadas por nossos objetivos específicos, sobretudo referente às perguntas feitas aos mediadores que participaram do processo de reconhecimento.

5.1 ENTREVISTAS TEMÁTICAS: FONTE DE PESQUISA

*“A Lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugida”.*¹³⁷ (Marilena de Souza Chauí apud Ecléa Bosi)

¹³⁷ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças dos velhos. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.21.

Estas entrevistas foram realizadas de maneira temática, para facilitar nosso controle sobre as informações desejadas, pois temos um projeto que possui metas a serem cumpridas. Portanto, as falas devem ser direcionadas para que o maior número de informações seja aproveitado.

Para isso, torna-se necessário coletar os depoimentos daquelas pessoas que poderão, de certa forma, responder aos questionamentos de nossa pesquisa, visando assim com estas informações alcançar parte das respostas de nossos objetivos, bem como do problema proposto por nossa dissertação. As informações cedidas pelos moradores de Santo Antônio de Pinheiros Altos devem passar por uma filtragem da nossa parte para que as narrativas sejam melhor aproveitadas e, para os moradores que nos narraram, garantir maior visibilidade para suas falas. *“Sem a existência de um projeto articulado, as entrevistas tendem a se perder, perdendo a capacidade de dar respostas aos problemas que procuram elucidar. Ademais, o risco de se cultuar a nostalgia é grande”*.¹³⁸

A partir do momento em que optamos por este trabalho de coleta de entrevistas, devemos levar em consideração que este processo gera uma expectativa naqueles que nos concederam as informações. Há uma curiosidade em saber o que aconteceu com suas falas e narrativas. Por isso, nosso trabalho tem por obrigação pessoal e profissional fazer a devolução para a comunidade daquilo que nos foi dito.

Nossa dissertação busca nas entrevistas um trabalho analítico, e considera o uso das entrevistas temáticas como uma fonte escrita. Fonte esta utilizada como um documento no qual buscamos esclarecer a relação do processo de reconhecimento e dos elementos culturais da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

Nossas perguntas (ver apêndice) permitiram esclarecer o que está por detrás dos problemas formulados em nossa pesquisa. Entretanto, em algum momento da conversa com os entrevistados, era necessário permitir que este questionário seguisse tanto o envolvimento pessoal, como a sequência de fatos

¹³⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola. 2005, p.173.

que apareciam, pois parar a fala dos nossos colaboradores poderia prejudicar sua narrativa como um todo.

Todas as fontes possuem sua especificidade e pensando na entrevista como tal, não poderia ser diferente. É através dela e da memória que nos aproximamos do passado e do presente da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Ao responder nossas perguntas, o entrevistado está buscando em sua vivência uma organização dos fatos para que estes sejam transmitidos por uma narrativa, por uma história. Assim, “*toda narrativa tem um conteúdo de passado*”¹³⁹. Por isso, a importância de também estudar a memória.

Não estamos trabalhando aqui com qualquer tipo de memória, mas sim uma memória coletiva, pois esta é essencialmente cultural. Esta é marcada por um evento que foi capaz de assinalar toda a comunidade pesquisada. Segundo Maurice Halbwachs “*a memória pessoal é uma retomada de outras memórias, anteriores, projetadas na vida comunitária de uma coletividade*”¹⁴⁰.

Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy, em sua obra, **Manual de História Oral**, “*memória, imaginário, representação e estratégias são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e o presente*”¹⁴¹. Tal assertiva relaciona-se diretamente a nossa dissertação, neste capítulo, para ajudar-nos na coleta de dados, uma vez que procura-se aqui dar sentido a um aspecto da vida e ou do cotidiano dos fatores identitários de Santo Antônio de Pinheiros Altos.

A memória pode nos ajudar a entender o presente, pois sem ela não poderiam ser confirmadas as regras sociais ou mesmo as atitudes do passado. Além disso, existe uma ligação direta entre o esquecimento e a memória, e saber como, porque e quando algo foi esquecido tem tanta importância quanto o que é lembrado.

A esse respeito, Meihy afirma que,

¹³⁹ Idem. Ibidem, p. 61.

¹⁴⁰ HALBWACHS, apud MEIHY, José Carlos Sebe Bom, op.cit. p. 74.

¹⁴¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola. 2005, p.62.

A memória, contudo, é fundamental também para confirmar o presente, pois sem ela não podemos garantir as regras da vida social que se baseiam em repetições de atitudes definidas no passado. Ademais, como viver sem esquecer? Há, portanto, uma relação direta entre memória e esquecimento, e é importante observar uma para entender o outro. O que ficou 'esquecido', por que, como e quando são aspectos importantes do que é lembrado e ficou retido na memória.¹⁴²

Quando pretende-se trabalhar com a identidade de um grupo, deve-se levar em conta que este é um aspecto complexo, pois existe uma pluralidade de pólos e de fatores identitários, por isso, se este grupo pesquisado for bem definido, buscando *“reinserir o indivíduo no contexto”*¹⁴³ será mais fácil resgatar o *“caráter humano da sociedade”*.

Assim, trabalhar com entrevista torna-se um grande desafio, já que tal ferramenta de coleta de dados vale-se de depoimentos individuais, singulares, para construir e estabelecer relações do coletivo.

5.2 OS MEDIADORES SOCIAIS

Diante de inúmeras definições do que vem a ser mediação, para balizar nossas elucidações, optamos por utilizar a trabalhada por Delma Pessanha Neves. Para ela *“mediação é buscar a integração do homem a universos de significações específicas, operação pela qual, assumindo sua capacidade comunicativa, toma distância em relação à sua individualidade e reconhece sua singularidade”*¹⁴⁴.

Para entender como este tipo de mediação acontece, é necessária uma investigação através de planos mais genéricos de como são dados atributos para os mediadores, ou seja, como os mediadores são reconhecidos como tal, como são legitimadas suas ações, e que estratégias utilizam para manter sua função intermediadora. Como vivemos em um mundo complexo, de pluralismo

¹⁴² Idem. Ibidem, p.75.

¹⁴³ Idem. Ibidem, p. 83.

¹⁴⁴ NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p. 22.

cultural, onde as fronteiras simbólicas sempre se manifestam, a fim de entender a mediação devemos buscar uma contextualização quando este conceito for utilizado. Desse modo, pensar sobre estas sociedades complexas e sobre o pluralismo cultural é lidar com questões, segundo Neves, referentes “à conversão e à recomposição identitárias” ¹⁴⁵sobretudo, é lidar com os problemas das mediações sociais.

Para se analisar estas mediações e como elas se dão, é necessário destacar suas diferenciadas formas de se regularem, bem como de se exprimirem. Dessa maneira, para analisá-las, é necessário demonstrar o processo de construção da vida social.

Parafraseando Weber, ao dar características de forma ideal “às éticas de convicção e de responsabilidade”, a autora afirma que existem duas formas de mediação social, daqueles que vivem pela mediação (chefe de família, prefeito, vereador) e a daqueles que vivem da mediação (terceiro setor). Para ela, vem ocorrendo uma mudança em relação ao papel do Estado e das organizações governamentais e não governamentais na medida em que a maior complexidade do tecido social exige um número crescente de mediadores sociais que estabeleçam a conexão entre as políticas públicas e os beneficiários.

Em nossa dissertação, estes dois grupos serão claramente definidos por suas participações no processo de reconhecimento, sendo os primeiros: o prefeito, secretário de cultura e secretário de educação, sendo os segundos: EMATER-Piranga, professores e supervisora da escola.

No que se refere às representações políticas, as questões de mediação estão ligadas às formas de dominação pessoal e de interindividualidade. Elas refletem o desejo de construção da sociedade como uma unidade de inserção e de pertencimento social. Podemos notar isso claramente nas falas de cada um desses mediadores acima enumerados, sintetizadas no discurso da supervisora Nelma.

¹⁴⁵Idem. Ibidem, p.26.

Ícaro: *Qual é a importância de a escola ser reconhecida como escola quilombola?*

Nelma: Olha! Eu fico até arrepiada de pensar nesse tipo de reconhecimento, primeiro eu acredito que é uma vitória pra própria comunidade né, porque ser reconhecido é muito importante, e perceber que a sua cultura, ela tem essa importância, é assim, um crescimento muito grande para a própria comunidade, para a auto-estima daquele povo, e até para eles se reconhecerem. Porque até um tempo atrás, quando a gente chegava à comunidade e cogitava a possibilidade de ser quilombola as pessoas não sabiam o que era ser de quilombola. Então assim todo esse trabalho tem sido desenvolvido na escola na expectativa de que as crianças levem isso pras famílias né, e a existência da educação de jovens e adultos na escola também são muito importantes, porque essa discussão também tem sido feita com os próprios adultos.¹⁴⁶

Aqui, vale destacar que a supervisora enfatiza “o trabalho” que está sendo realizado no sentido de uma valorização cultural e identitária que aparentemente não existia, mas que, a partir do reconhecimento, deve ser reforçada pela escola. Essa fala evidencia um processo em que o reconhecimento externo é anterior e alavanca o reconhecimento interno do que é, hoje, ser quilombola.

A partir do momento em que levamos em consideração a mediação como perspectiva de análise, temos uma abertura em reconhecer a coexistência de diferentes universos. Assim, sob esta perspectiva, a mediação pode revelar e reduzir. Neves afirma que o “*processo de mudanças a partir do papel ativo de mediadores e mediados permite que se abandone à idéia de leis preexistentes e desconhecidas para os atores; ou que só os mediadores possam revelar*”¹⁴⁷. O que se pode perceber no caso de Santo Antônio de Pinheiros Altos é que a iniciativa de reconhecimento oficial partiu da mediação social de uma instituição, a EMATER, e de seu extensionista, Marcos. Os dados da pesquisa permitem afirmar, assim, que o papel ativo dos mediados se fortaleceu durante a espera do certificado e que ele ainda está em construção, projetando-se para o futuro.

¹⁴⁶Entrevista com a Supervisora Nelma de Cássia Sousa.

¹⁴⁷NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p.39.

Esta relação entre mediados e mediadores leva-nos a espaços sociais onde possa existir mudança social, pressupõe assim novas, “designações institucionalizadas” para que o próprio grupo se organize. A pesquisa, desta forma, evidenciou que algumas mudanças poderão ocorrer, na medida em que a comunidade de Pinheiros Altos irá responder, frente às instituições externas, como “comunidade quilombola”.

Enviamos para o CEDEFES uma pergunta sobre quais foram as indagações dessa instituição sobre a existência de uma comunidade que gostaria de ser reconhecida, em Piranga, pois, segundo relato, principalmente de Marcos, o CEDEFES teve uma participação, mesmo que inicial. Dessa forma eles responderam:

O CEDEFES está realizando o Projeto Quilombos Gerais que tem como objetivos principais identificar e produzir materiais documentais sobre comunidades negras rurais de Minas Gerais, especialmente sobre aquelas que estiverem vivendo situações de conflito fundiário. Além disso, pretende-se divulgar os dados e encaminhamentos da pesquisa, e sobre a questão quilombola em si, através de publicações impressas e on line e do estabelecimento de demandas para os poderes públicos constituídos, além da participação e articulação de redes de solidariedade a estas comunidades. Espera-se, desta forma, contribuir para a articulação de possíveis soluções para casos específicos via a caracterização das comunidades como remanescentes de quilombo. Através de uma ampla divulgação da temática entre as instituições que atuam na zona rural, apareceram diversas demandas e informações sobre as comunidades quilombolas em MG. No caso de Santo Antônio dos Pinheiros Altos foi a EMATER na pessoa de Marcos quem fez o contato e a articulação com o CEDEFES¹⁴⁸.

Como podemos notar em sua resposta, o CEDEFES indica que há uma demanda do poder público para que haja este reconhecimento, entretanto sabemos que o reconhecimento é feito para que estas comunidades tenham maior acesso a políticas públicas e a programas dos governos federal, estadual ou mesmo municipal, para melhorar as condições humanas do local. Cruzando esta resposta com o depoimento do prefeito, vemos que existe, sim, um

¹⁴⁸Entrevista cedida pelo CEDEFES por e-mail, encaminhado para Pablo Matos Camargo em 14 de outubro de 2008.

interesse em realizar estas políticas públicas, mas não se sabe uma definição precisa de como isso será feito.

Eduardo: Eu acho que é preciso trabalhar isso da forma do conhecimento e nos diversos setores, sabe?! (...) Resgatando um pouco a cultura quilombola. E acho que isso pode ser feito de maneira que traga benefícios para a própria comunidade quilombola remanescente, ainda aí no município. Como, de que forma, tem que ser muito bem discutido com a própria comunidade quilombola dentro do reconhecimento de ser quilombola, né? (...) Porque reconhecer só por reconhecer... eu sei, você sabe..., mas e aí, né? É preciso ter uma política definida pra essa questão dentro do que baseia esse reconhecimento mesmo...

Ícaro: Eduardo, então nós...

Eduardo: Eu não sei se eu estou te ajudando aí porque na realidade o que nos temos é muito pouco coisa sobre quilombola e isso a gente tem uma forma que nos pedimos junto com a Superintendência de Educação e que veio. Acho que tem três ou quatro anos que nos estamos pedindo isso aí. E que de certa forma a gente quer é tentar ver que tem uma luzinha no final que essas pessoas irem pra frente também... Como tem que ser muito discutido também.¹⁴⁹

O prefeito nos dá um indicativo de que deveria haver uma política pública voltada para atender as demandas e os problemas dessas comunidades. Todavia, ele afirma que “isso deveria ser discutido”. Entretanto, notamos que mesmo o poder público reconhecendo a importância da elaboração de políticas públicas voltadas para tais problemas, nada, nesse sentido, tem sido proposto e ou desenvolvido na prática. Essa dissonância entre os poderes públicos é um fato que deve ser levado em consideração, na medida em que pode comprometer o futuro empenho das instituições mediadoras e também enfraquecer o sentido das ações internas de auto-reconhecimento da própria comunidade.

Ainda analisando as falas, tanto do CEDEFES, como do Prefeito, notamos que há uma imprecisão sobre o consenso de quais órgãos devem ser responsáveis pelo reconhecimento e quais deles devem planejar ou mesmo criar políticas

¹⁴⁹Entrevista feita com o prefeito de Piranga – Eduardo Sérgio Guimarães, em seu gabinete, às 18 horas do dia 14 de agosto de 2008.

públicas, principalmente culturais, voltadas para as comunidades que são auto reconhecidas, como a de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Podemos notar assim, que o prefeito e o CEDEFES, vistos como mediadores, buscam acordos para conciliar a prática da comunidade com o contexto geral de criação de normas.

Conversando com os mediadores sobre o processo de reconhecimento. Nota-se que ainda falta apontar como eles, os mediadores, se inserem na comunidade e trabalham com os significados de ser quilombola e com as questões culturais dessa comunidade, observando as representações que ela possui.

Questionamos o secretário de cultura, Robson Fernandes C. Ferreira, se a comunidade era consciente do significado de ser quilombola. A resposta passa por vários pontos. Primeiramente, o secretário afirma que, em um passado muito próximo, “quilombola” era um conceito desconhecido por ele, e, ao que tudo indica, pela comunidade de Santo Antônio. Segundo ele, os moradores não sabiam o que era ser quilombola e por isso não se aceitavam como tal.

Hoje eles tem reconhecimento do que é quilombola e os próprios deles estão procurando resgatar a manifestação cultural para a cultura deles lá. Na forma de educação que eu tava falando para você o trabalho que eles estão fazendo de educação dentro da escola da cultura do local não só na comunidade de Santo Antônio, mas nas outras comunidades e que resgataram algumas manifestações culturais que tem ali. Eu não sei se estou certo, tenho que confirmar ainda isso, as danças das peneiras... Mas na Educação eles vão te informar melhor isso, detalhe desse projeto deles. Porque a princípio a Educação também desenvolve um projeto dentro da Escola com essa comunidade e é a questão voltada para o quilombola, da manifestação e da cultura mesmo¹⁵⁰.

Para Robson, as manifestações culturais devem ganhar maior visibilidade para só assim conquistarem maior força entre os moradores. Segundo ele, a cultura

¹⁵⁰ Entrevista feita com o secretário de Cultura de Piranga – Robson Fernandes C. Ferreira, em sua secretária, às 12 horas do dia 12 de agosto de 2008.

dessa comunidade refere-se somente a dois elementos: a festa de Santo Antônio e o Time de Futebol. Ele acredita, inclusive, que o futebol é o caminho para que esta comunidade se mostre para outras como descendente de escravos.

Mas pode ser pensando. A gente tem proposta para estar desenvolvendo algo lá dentro. Esporte para eles é o caminho. A gente pode através desse caminho está desenvolvendo com eles lá. E a festa também porque começaram com uma coisa pequena e virou uma coisa grande. A festa de Santo Antônio já se tornou tradicional, mais que obrigação, já está fazendo diferença lá. Era uma festa fechada para a comunidade ninguém tinha conhecimento a partir do momento que você coloca mais diversão, mais atração, um show e um som de qualidade, uma característica é o forró, as danças, que eles gostam de dançar corpo a corpo aquele contato. A própria festa e o campeonato de uma certa forma os beneficia.¹⁵¹

Refletindo sobre estas falas, podemos perceber que tanto a “folclorização” como a “espectacularização” da cultura, através das festas e shows, são apontadas como caminhos, para o reconhecimento dos quilombolas perante os grupos vizinhos. Isso não deixa de ser problemático, na medida em que gera uma expectativa sobre os produtos culturais exigidos dos quilombolas para que eles continuem a ser reconhecido como tal.

5.3 OS MORADORES

Nesta parte do trabalho, daremos à comunidade espaço de se apresentarem através de suas falas. Para viabilizarmos uma melhor leitura das entrevistas, bem como uma melhor identificação do perfil de nossos entrevistados, sistematizaremos as informações sobre os moradores em uma tabela, a partir de características e de dados mais relevantes.

¹⁵¹Entrevista feita com o secretário de Cultura de Piranga – Robson Fernandes C. Ferreira, em sua secretária, às 12 horas do dia 12 de agosto de 2008.

Nome do entrevistado (a).	Apelido	Idade	Sexo	Profissão que desenvolve na comunidade
José Cláudio Guimarães Gonçalves	Claudinho	42	Masculino	Professor
Maria do Carmo da Silva Coelho	Carminha	43	Feminino	Professora
Lurdes Virgem Felix Teixeira	Dona Lurdes	50	Feminino	Lavoura, dona de casa e ministra da igreja.
Tereza Ciriaca	Tereza a gêmea	+ ou - 80	Feminino	Agricultora aposentada
Terezinha Ciriaca	Terezinha a gêmea	+ ou - 80	Feminino	Agricultora aposentada
Neuza Felix Nicássio	Neuza	24	Feminino	Cantineira da escola
Maria das Dores dos Anjos Silva	Das Dores	39	Feminino	Cozinheira da Escola
Maria das Graças Nicássio Teixeira	Magá	41	Feminino	Dona de casa
José Arlindo dos Santos	Arlindo	30	Masculino	Pedreiro desempregado
José Geraldo Marcos		34	Masculino	Artesão
Neirton de Moura Fernandes		17	Masculino	Estudante de Escola Agrícola em Acaiaca.
Inês Sérgio Pereira		75	Feminino	Aposentada
Maria Félix Nicássio		N/S*	Feminino	Aposentada
Francisca Sales Gonçalves	Dona Kita	90	Feminino	Ex-professora e aposentada
José Geraldo Moreira dos Passos	Lado	N/S*	Masculino	Professor
Terezinha Teixeira de Paula	Terezinha	N/S*	Feminino	Aposentada
Francisco das Graças Gonçalves	Chico	N/S*	Masculino	Agricultor
Maria Virgem Félix Claudino		N/S*	Feminino	Agricultora
Maria Roberta Ângelo Evangelista	Maria Roberta	N/S*	Feminino	Cantineira da escola

N/S* na tabela acima corresponde a informações que as pessoas não sabiam e ou não nos deram.

De início, cabe esclarecer que as pessoas entrevistadas neste trabalho foram escolhidas a partir de determinados direcionamentos. Primeiramente, nosso informante, Lado, levou-nos a casa das pessoas mais idosas da comunidade,

bem como à casa daqueles que ele julgava essenciais para relatar-nos informações relacionadas ao passado da formação social e histórica da comunidade.

Em segundo lugar, escolhemos algumas pessoas relacionadas a algum evento local, como Maria Roberta e Dona Lurdes que eram responsáveis pela Recomendação das Almas; o aluno Nairton, que faz parte de um projeto de extensão pela escola de Acaiaca. Além desses, outros moradores, como os professores Carminha e Claudinho, os quais se ausentaram da comunidade apenas para cursarem a graduação e, em seguida, voltaram para Santo Antônio. Estes profissionais representam papéis de grande importância para nosso trabalho, uma vez que assumem uma posição essencial dentro da comunidade, a de formadores de opinião e, conseqüentemente, de articuladores da cultura local.

Na tabela acima, apresentamos algumas informações que julgamos serem necessários para estabelecer algumas considerações. Como exemplo, a imprecisão da idade de alguns moradores da comunidade. Dentre esses moradores, destacamos Dona Célia, que afirmou não saber ao certo sua própria idade; Lado, que não quis falar a esse respeito e Maria Roberta, que não foi entrevistada formalmente. Ainda em relação à idade, principalmente as pessoas mais idosas, justificavam-se, esclarecendo que não sabiam precisar sua idade, uma vez que, na época em que nasceram, as crianças não eram registradas nos primeiros dias de vida, e que, por isso, os pais, dúbios, acabavam por acrescentar alguns anos à real idade dos filhos.¹⁵²

Outra informação que estes dados nos permitem verificar é a de que, embora haja uma variação quanto à ocupação dos entrevistados - professores, aposentados, artesão, desempregado, pedreiro, agricultora, cantineira – as

¹⁵²Nesse momento, lembro-me de uma conversa informal que tivemos com os moradores da comunidade, um pouco antes da abertura da reunião da EMATER. Eles estavam comentando a idade das mulheres da comunidade, haja vista que nessa reunião não tinha nenhuma, mas eles falaram alguns nomes que não conseguimos acompanhar, mas dois ficaram na lembrança, devido serem elas nossas entrevistadas, quais sejam: Dona Kita e Dona Inês. Como eles sabiam a idade de Dona Kita, não implicaram com ela. Entretanto, Dona Inês, informou a Marcos que tinha 75 anos, mas segundo os moradores daquela reunião, ela tinha muito mais, pois os homens mais velhos que ali estavam alegavam que eles tinham aquela idade e que já conheciam Dona Inês daquele mesmo jeito. Sendo assim, a idade informada era 75 anos, mas poderia ser arbitrária.

fontes de renda mais significativas das pessoas daquele local, provêm de programas do governo federal. Dessa forma, a vida econômica da comunidade estaria estreitamente relacionada a tais programas: bolsa família, bolsa escola, aposentadoria e seguro desemprego. Podemos notar também que a escola é importante geradora de emprego e de sustento para algumas famílias. Além disso, no período em que desenvolvemos nossas entrevistas, grande parte dos moradores estava ausente, trabalhando na “panha” do café em comunidades vizinhas, ou já não morava mais ali, principalmente no que se refere à população masculina, o que explica o número de mulheres ser tão expressivo em relação ao número de homens.

No meio de nossas entrevistas apareceram várias histórias, contadas e recontadas pelos moradores, principalmente trazendo consigo o sofrimento no e do trabalho. Sofrimento este, sendo retratado em forma de história e causos.

Ícaro: e seus pais já contaram assim alguma coisa dos seus avós no tempo da escravidão, como é que era, o que eles passavam?

Tereza: *eles contava que passava uma vida muito difícil, falavam, sofria muito, e eles falavam até que Nossa Senhora Aparecida conseguiu, porque eles amarram assim o braço do vô na corrente muito forte, pra judiar muito, batia muito*¹⁵³.

Também histórias que fazem parte das lendas locais. Como a entrevista abaixo que mostra como estes mitos se perpetuam através das gerações. Perguntando para Dona Lurdes se ela se lembrava de casos que seus avós contavam ela disse que não lembrava de muita coisa, mas que se lembrava de uma história, a mesma que em outro momento me foi contado pelo Chico¹⁵⁴. Ela disse que seu avô contava

que formaram um tanque e jogaram um escravo homem lá dentro pra segurar e ele ta lá até hoje. Amarravam corda no pescoço deles e saiam puxando eles até a morte, [depois

¹⁵³ Entrevista feita com Tereza Ciriaca – moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada em sua casa, em 09 de setembro de 2008.

¹⁵⁴ Chico é filho de Dona Kita, e não concedeu entrevista formalmente, mas em um determinado momento em que ele estava nos acompanhando, ele contou esta mesma história, dizendo que os antigos contam.

jogaram o corpo no tanque] *segundo ele falava era pra segurar a água do tanque, porque os fazendeiros da época estavam cansados de tentar fazer esta barragem que só ficou segura depois de jogar o corpo desse escravo*¹⁵⁵.

Algumas entrevistas, iniciamos perguntando às pessoas o que elas sabiam sobre o processo de reconhecimento quilombola pelo qual a comunidade estava passando e se eles tinham conhecimento sobre o certificado, sobre os eventos locais que contribuem para tal reconhecimento, e, sobretudo, acerca de autorreconhecimento. Bem como, iniciamos com história referente a uma memória individual e local, para que esta entrevista fluísse no sentido de informações as quais poderíamos usar.

“[Falando sobre o processo de reconhecimento] **Ícaro:** e como é que a senhora ficou sabendo assim? **Dona Lurdes:** fiquei sabendo assim que, passaram pra nós aqui na escola e nós também foi numa reunião na casa da comunidade”¹⁵⁶.

Os membros da comunidade que se relacionam com a escola desenvolveram significativamente, seu papel de mediadores, visto que, além de informar Dona Lurdes sobre todo o processo de reconhecimento pelo qual passava a comunidade, os professores preocuparam também em manter informados os outros moradores, principalmente aqueles que estudavam na EJA e ou trabalhavam na escola, como é o caso da funcionária da escola Das Dores, que afirma o seguinte:

O que eu sei é que iam fazer uma pesquisa, depois os professores elaboravam um projeto resgatando a identidade cultural da comunidade de Santo Antônio e com isso muita coisa que a gente não sabia, ficamos sabendo, sobre o quilombo. Inclusive fiquei sabendo que no lugar desta escola era um cemitério dos escravos, tem historia de assombração na escola¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Entrevista feita com Dona Lurdes – moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada na escola, no dia 08 de setembro de 2008.

¹⁵⁶ Idem. Ibidem.

¹⁵⁷ Entrevista feita com Das Dores - nascida em Santo Antônio, moradora de uma comunidade vizinha a pesquisada e cantineira da escola de Santo Antônio. Entrevista realizada na escola no dia 11 de setembro de 2008.

Todavia, contrariamente a estas falas, vejamos a entrevista realizada na comunidade com uma outra funcionária da escola. Perguntamos para Neusa, “*você sabe que agora aqui na região eles estão trabalhando com o processo de reconhecimento quilombola, e você sabe o que ta acontecendo na região?*” *Neusa: não*¹⁵⁸.

Como se vê, há uma divergência em relação ao modo como o trabalho de conscientização foi sendo realizado naquela comunidade. Mesmo fazendo parte do mesmo nicho dos mediadores, a funcionária não recebeu as mesmas informações que a aluna.

Não podemos fazer um julgamento sobre estes interesses, mas notamos que a religião também tem uma forte influência. A todo momento, nesse processo, foram mostrados alguns fatores que remetem a uma religiosidade católica, os evangélicos não tiveram uma efetiva participação, como mostram o relato de Neusa e de José Martin, ambos evangélicos, os quais não sabiam o que estava acontecendo na comunidade referente ao processo de reconhecimento.

O aluno, Nairton, teve conhecimento desse processo através de Marcos e da Associação dos moradores. Assim, perguntamos pra ele: “*Você sabe que a comunidade ta envolvida num processo de reconhecimento Quilombola?*” *Nairton: Não, até uns tempos pra cá não tinha conversado com ele [Marcos-EMATER Piranga] sobre isso não, só na reunião da associação, eles estavam falando sobre isso*¹⁵⁹.

Nos depoimentos dos moradores de Santo Antônio, percebemos que o processo não é tão claro, muito menos se ele é de interesse dos moradores. Entretanto, as representações relativas a um passado ancestral são fato notório na comunidade. A maioria dos entrevistados teve contato com alguém, seja com um avô ou com um outro ancestral mais longínquo que sempre e uma referência à escravidão.

¹⁵⁸Entrevista feita com Neusa - moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada na escola no dia 09 de setembro de 2008.

¹⁵⁹Entrevista feita com Nairton - morador da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada na escola, no dia 09 de setembro de 2008.

Ressaltamos, nesse momento, uma constatação feita por Maria Clareth Gonçalves Reis, em seu texto¹⁶⁰ que, ao referir-se aos discursos construídos sobre a escravidão, indica-nos como estes podem representar a vida dessas pessoas que viveram aquele momento histórico, bem como as influências desse momento sobre o presente de seus descendentes. Temos dois pontos de partida para esta discussão.

Inicialmente, ao buscar entender o modo como os moradores de uma determinada comunidade quilombola se percebiam diante do preconceito e da discriminação, a autora nos mostra um caso de uma senhora chamada Vó Domingas que evitava falar de coisas ruins que lembrassem a escravidão.

Geralmente, quando se tratava desse assunto, ela dizia que já estava velha, que a memória já não funcionava mais. Porém, durante a investigação, comecei a perceber que falar do seu passado a deixava triste e angustiada. Esses sentimentos eram os seus motivos de não querer lembrar o passado, uma época sofrida que deixou marcas irreversíveis. Assim, no decorrer das observações, pude compreender a razão do “não funcionamento” da memória de Vó Domingas¹⁶¹.

Da mesma forma, podemos notar nas falas de Dona Kita que, ao afirmamos que um dia já houve escravidão ali, a conversa era desviada, não havia respostas, a conversa era dirigida para sua carreira de professora ou para fotos de sua vida de colegial, mas as respostas saíam nas entrelinhas quando a senhora afirmava “[se teve ou não escravidão] *que eles falam isso por aí, mas eu nunca vi, não morava neste tempo, nesta época, não posso afirmar*”¹⁶².

Já Dona Inês, surpreende-nos com um relato que, além de elementos sobre a escravidão, mostra que, na prática, estas comunidades quilombolas não eram habitadas somente por escravos e, posteriormente por, remanescentes, mas também, por outras classes menos privilegiadas. Isso sugere a necessidade de

¹⁶⁰ REIS, Maria Clareth Gonçalves. Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da História Oral. Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0765.pdf>. Acessado em 29 de maio de 2009.

¹⁶¹ Idem. Ibidem, p.07.

¹⁶² Adaptação da entrevista de Dona Kita - moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, realizada em sua casa, em março de 2008.

pensarmos em um conceito modificado historiograficamente e, não mais em um conceito totalmente definido ou pronto como é apontado pelos meios legais.

“[[falando sobre o pai de Dona Inês] Ícaro: **Ele te contava alguma coisa do tempo da escravidão?** Dona Inês: *Ele contou alguma coisa, mas ele não foi escravo não, nem ele, nem minha mãe*”¹⁶³.

As narrativas dos moradores não se atêm somente às nossas perguntas, pois mesmo sendo uma entrevista temática, para a qual no cercamos de alguns cuidados para que elas não se perdessem no campo da oralidade, tínhamos que recorrer a algumas questões adjacentes para, só assim, tratarmos das perguntas específicas. Com isso, nossa aproximação foi feita através do cotidiano dos moradores, vivido ou relatado por alguém de convivência próxima.

Acerca deste cotidiano, foram descritas formas de trabalho, à exceção das pessoas que são empregadas da escola. A maioria relatou que trabalha na lavoura, seja como funcionária de outras pessoas, seja para seu próprio sustento. Isso demonstra que relações de troca ocorrem naquela comunidade e que essas relações se dão, principalmente, no que diz respeito aos alimentos. Nota-se através dos relatos dos moradores que o milho é o principal componente para sua mesa, além de ser também um bem de troca.

Mais um ponto importante referente à nossa coleta de dados, diz respeito ao que os moradores de Santo Antônio elegem como relevantes elementos culturais. Dentre tais elementos, podemos citar a Recomendação das Almas, sobre a qual, Dona Inês, em meio a suas lembranças de criança, não pode tecer muitos comentários, já que, segundo ela, as portas e as janelas das casas deveriam manter-se fechadas e todos deviam fazer silêncio durante esse ritual. Em meio a estas lembranças, ela nos mostrou um cachimbo e uma lamparina, os quais fizeram parte de suas caminhadas pela noite nas estradas de Santo Antônio. Quando ela passeava e chegava tarde de um lugar e ia para

¹⁶³ Entrevista feita com Dona Inês - moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada em sua casa, em setembro de 2008.

sua casa, ou mesmo quando voltava de uma festa religiosa, sempre deixava a lamparina escondida onde pudesse pegá-la para seu uso. Tais objetos foram passados de sua bisavó para sua avó, e desta para Dona Inês.



Foto do cachimbo da bisavó de Dona Inês, feito de barro. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Mês de setembro de 2008.



Foto do da lamparina da bisavó de Dona Inês, feita de ferro. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. Mês de setembro de 2008.

No que se refere à festa de Santo Antônio, este foi um dos elementos culturais apontados de forma quase unânime pelos entrevistados como sendo a representação religiosa e festiva mais importante da identidade da

comunidade. O que não acontecia com a Folia de Reis que foi citada apenas por Dona Inês e, mesmo assim, ela afirma que a festa já não ocorre naquela comunidade há muitos anos, bem como a Festa do Rosário que, atualmente, não era mais considerada um elemento cultural de Santo Antônio.

Dessa forma, fizemos várias perguntas referentes à identidade quilombola, buscando perceber como os moradores se relacionam com a identidade negra. Alguns discursos nos levam a acreditar que não havia escravidão naquela região, mas isso pode ser interpretado pelo critério de apagamento da memória. O tratamento dado aos escravos, e, posteriormente, aos seus descendentes, implicou em uma negação de sua identidade, perante a história.

Ao encerramos nossas entrevistas perguntamos para cada entrevistado se eles se consideravam quilombolas. Gostaríamos de esclarecer, neste ponto, que, mesmo o fato de o indivíduo não se reconhecer quilombola, não significa que ele não possua traços de ancestralidade negra, e muito menos que estejamos negando a autointitulação da comunidade como pretensa a remanescente de quilombo.

Assim temos,

Ícaro: Dona Lurdes na questão de ser quilombo, de ser quilombola, a senhora se reconhece como remanescente de quilombo? **Dona Lurdes:** ah eu acho que... eu reconheço, porque penso que é..., eu vejo falar que é as nossas raízes né, porque os nossos ancestrais aquelas pessoas que falam assim um tipo de uma outra língua que é meia engraçada, igual a minha sogra, minha tia¹⁶⁴.

Observemos também as falas de Magá:

Reconheço, porque no ponto que eu entendo, acho que antigamente aqui muita gente quando [ia assinar o documento] não assinava não porque eu não sei o que, que é [este

¹⁶⁴Entrevista feita com Dona Lurdes - moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada na escola, em setembro de 2008.

documento, referindo-se a ata da reunião de reconhecimento], e às vezes era pra provar nosso lugar¹⁶⁵.

Segundo ela, muitas pessoas não assinaram a ata da reunião sobre o reconhecimento como remanescente de quilombola, devido ao fato de não saberem o que estava sendo assinado. Ainda na opinião de Magá, aquelas reuniões visavam melhorar a vida dos moradores daquela comunidade e eles não tinham por que ter medo de assinar a ata.

Como já expresse anteriormente, ao longo desse capítulo, apresentamos e analisamos as falas dos moradores de Santo Antônio. Para isso, levamos em consideração as declarações explícitas e implícitas identificadas em cada entrevista. Por exemplo, segundo Claudinho, que trabalha naquela comunidade desde a década de 70, quando é questionado sobre se ele se considera um remanescente de quilombola, a resposta que ele proferiu foi a seguinte: “*Visto que a gente já faz parte muito tempo, a gente se torna Quilombola, você tem o convívio com eles, outros também se tornam Quilombola*”¹⁶⁶. Essas situações confirmam que a identidade quilombola não deve ser considerada como algo dado, construído ou imóvel, mas perceber que ela está em construção; assim, o entrevistado considera-se quilombola pelo fato de estar na comunidade, de pertencer ao grupo com o consentimento dos moradores, tornando parte de todas as relações sociais existentes, não sendo somente levado por um único critério, seja ele legal, de ancestralidade africana, mas sim por um outro tipo de auto-reconhecimento.

Em síntese, nesse capítulo mostrado as falas dos outros, tentando mostrar como se dá esta ligação entre políticas públicas quilombolas e os moradores de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Assim, que terminamos de coletar os dados e sistematizar os mesmos podemos melhor mostrar como era e é o cotidiano, ou pelo menos parte desses de uma comunidade que busca seu reconhecimento perante a outras instancias.

¹⁶⁵Entrevista feita com Magá - moradora da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada na escola, em setembro de 2008.

¹⁶⁶Entrevista feita com Claudinho – professor da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Entrevista realizada na escola, em setembro de 2008.

CAPÍTULO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria interessante voltarmos, nessas considerações finais, ao título de nosso trabalho, que informava a idéia de um movimento “entre o processo de reconhecimento e a construção cultural”. Esse movimento nos levou, por exemplo, a refletir sobre o que existe entre o processo de reconhecimento advindo como resposta a uma política pública e a cultura, obrigando-nos a prestar atenção naquilo que estava escondido e também para tudo o que passou a ser manifesto. Ficou evidente que a elaboração do processo e seu desfecho final com o certificado de reconhecimento provocaram e ainda irão provocar algumas ressignificações de elementos identitários que estavam guardados na memória dos mais velhos, mas implicarão também na busca de um novo consenso que organize as expectativas da nova identidade (ou identificação) quilombola.

O termo “quilombo” neste trabalho adquiriu significados mais amplos, não só devido à consulta à literatura especializada, mas também como resultado das entrevistas realizadas com os moradores de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Hoje, portanto, “quilombo” não se refere somente a resíduos arqueológicos de ocupação temporal, nem a grupos isolados, mas sim a relevantes questões culturais, algumas das quais foram abordadas nesta dissertação.

É nesse sentido que este trabalho buscou por meio da pesquisa de campo (etnografia e entrevistas) conhecer a comunidade quilombola no sentido de trocar e não de impor definições e conceitos, sabendo olhar e ser olhado, desenvolvendo trocas e encarando desafios mútuos. Para nós foi saber como lidar com todos os mecanismos utilizados em campo, com o caderno de campo, o momento da entrevista, com estudos teóricos e com a comunidade em si. Os moradores, em todos os momentos da pesquisa, souberam aproveitar de nossa presença para buscar um conhecimento diversificado e utilizá-lo na construção e (re) construção de sua identidade. O ponto alto foi no momento em que participamos da entrega do certificado, quando houve uma pequena cerimônia, formada por uma mesa redonda na qual nossa participação foi também solicitada. Nossa presença pode indicar várias coisas, mas uma delas é que o discurso do “de fora” naquele momento corroborava

com as próprias falas dos moradores, incidindo assim sobre sua memória coletiva.

Compreendemos que para as políticas públicas, as dimensões de seus propósitos são muito amplas, e que as generalizações, necessárias, partem do princípio de que toda comunidade quilombola seja homogênea. Acreditamos, no entanto, que isso poderá atuar contra ou a favor da comunidade em certo momento da história, principalmente para efetivação das próprias políticas públicas e para a atuação dos mediadores sociais, pois são eles, afinal, os responsáveis por comprovar a diferença da etnicidade e por procurar a diversidade na homogeneidade. Dessa forma, é importante destacar que as políticas públicas, ao mesmo tempo em que tentam garantir uma igualdade, criam um recorte identitário que tende ao reforço das diferenças raciais e históricas.

Assim, o caminho pelo qual estas comunidades têm que passar para obterem seus direitos ainda é árduo e muito longo, pois há que transpor vários percalços até finalmente usufruir do reconhecimento legal e de direitos legítimos.

Quando há o estabelecimento do processo de reconhecimento de uma comunidade, faz-se presente a burocracia de várias instâncias e a falta de sintonia entre elas. Com esta indefinição, entidades civis, associações voluntárias, movimentos sociais e membros de instituições acadêmicas tentam viabilizar e legitimar suas concepções, como norteadoras dos “caminhos corretos” e mais “fáceis” a serem seguidos para a obtenção da identificação, reconhecimento e titulação de terras das referidas comunidades. Isso nos leva a vislumbrar a potencialidade de conflito subjacente no processo de reconhecimento, principalmente se não perdermos de vista a grave crise fundiária existente em todo o país.

Outro fato relevante é que são várias as áreas do conhecimento como direito, sociologia, história, antropologia, agronomia, extensão rural, dentre outras, que trabalham ou pesquisam as comunidades que se intitulam quilombolas no Brasil e que não conseguem chegar a um consenso, apresentando assim um

quadro confuso que, embora seja próprio das disputas políticas no campo do saber científico, também dificultam a agilidade nos inúmeros pedidos e processos de reconhecimento que estão tramitando atualmente.

Outro percalço não menos importante, fica a cargo da indagação de qual órgão oficial podemos recorrer para o reconhecimento oficial. Uns optam pelo INCRA, por acreditarem que o problema seria estritamente fundiário. Já outros acreditam ser a Fundação Cultural Palmares, argumentando ser esta uma questão estritamente cultural. Esta indefinição de prioridades de direitos, deveres e funções, não acontece somente na esfera pública federal; ela ecoa em nível local também, como demonstraram as falas dos secretários e do prefeito da cidade, analisados anteriormente. Visto que o processo deve se pautar por ações coletivas e não isoladas, se caso uma dessas instâncias pelo menos definisse seu papel, seria mais fácil dar visibilidade ao processo às comunidades. Contudo, há a necessidade de que estes órgãos trabalhem conjuntamente para que só assim as questões levantadas pelas comunidades quilombolas sejam resolvidas, e ainda, para que não haja a separação dos poderes, adiando ainda mais a observação dos direitos garantidos por lei.

Podemos fazer várias críticas às políticas de reconhecimento quilombola. Primeiro, elas desconhecem a realidade concreta, vivida dessas comunidades, englobando em um mesmo termo realidades complexas e diferenciadas. Segundo, estas políticas têm criado e recriado outros espaços “quilombolas”, nem sempre voltados para uma demanda social, mas sim para interesses externos à própria comunidade. Terceiro, em relação ao reconhecimento propriamente dito, observa-se que os aparatos legislativos são frágeis, de difícil comprovação na realidade. E por fim, ainda podemos afirmar que, no que se refere à cultura, abre-se a possibilidade de “criação” de elementos que são até então totalmente desconhecidos para os próprios quilombolas, mas aos quais se impõe a necessidade de recorrer visando a obtenção do reconhecimento oficial.

Apesar de várias críticas às políticas de reconhecimento quilombola, vale destacar que essas políticas viabilizam a possibilidade de que os quilombolas possam vir a ser os atores principais destes processos de reconhecimento,

bem como têm evidenciado que estes grupos sociais estão ficando cada vez mais fortes politicamente, participando ativamente dos processos não só de reconhecimento, mas principalmente da titulação de suas terras.

Posto isso, e devido à demanda das políticas públicas voltadas para a elaboração de projetos de identificação, reconhecimento e titulação, bem como projetos para a captação de recursos disponíveis oriundos de programas governamentais é que podemos justificar este trabalho, com a inserção cada vez maior de, sobretudo extensionistas rurais, devido à semelhança cultural com o mundo rural dessa comunidade.

Todavia, Jaqueline Russczyk¹⁶⁷ afirma que marcar as especificidades do próprio grupo para o grupo, pode em vários momentos fechar e/ou abrir várias portas, dependendo da postura do pesquisador, e dependendo do que é colocado em jogo; dessa forma, questionar certas verdades, já muito naturalizadas e enraizadas, torna a mudança um risco para a manutenção do *status quo* da comunidade. Por isso, a aproximação entre extensionistas e o campo jurídico se faz necessária para que compreendamos as necessidades emergentes dessas comunidades.

Este trabalho trouxe elementos importantes para buscar o entendimento da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos que, segundo seus moradores, agora se autointitulam remanescentes de quilombo e que por meio de suas representações sociais e organizacionais passam a se conceber como tal. Assim o novo processo, que vai do “reconhecimento à construção cultural”, perpassa a noção de identidade construída, pois existem elementos da cultura da comunidade que os mais novos, por exemplo, não conheciam, mas ficaram conhecendo depois do trabalho realizado pelos professores, os mais empenhados neste “resgate” cultural. Fazem parte desse resgate alguns elementos do campo religioso-festivo, que estavam “adormecidos” naquela região como foi o caso da Folia de Reis. Retomar a festividade e fazer dela um novo símbolo de identidade quilombola indica não só uma opção política, mas

¹⁶⁷ FLEISCHER, Soraya, SCHUCH, Patrice e FONSECA, Cláudia. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.174.

também a oportunidade de revisitar o passado através da evocação da memória social dos mais velhos.

O documento de auto-reconhecimento foi proposto e elaborado por Marcos, funcionário da EMATER-Piranga. Ele utilizou fotos de alguns eventos culturais da comunidade, escreveu duas laudas (mais anexos) sobre o contexto histórico da formação da comunidade a partir da pesquisa feita pelo CEDEFES e de alguns relatos coletados sobre o cotidiano atual de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Tais informações não podem ser consideradas uma pesquisa em profundidade; entretanto, não descartamos aqui a obtenção do certificado da comunidade e seu caráter meritório. Por um lado ele é importante por reorientar a forma como a comunidade se vê e é vista; por outro, é o único critério subjetivo, mas aprovado e admitido pela lei, para que possa ser emitida para a comunidade a certificação.

Salientamos apenas que os critérios e atributos fornecidos pela declaração de autodefinição quilombola são vagos, rasos e sem elementos que possam qualificar uma comunidade, simplificando-a por sua generalidade. No sentido de buscar esclarecer categorias e definições dadas pela comunidade, não devemos julgar a continuidade da mesma somente por sua etnicidade, pois este argumento torna-se frágil e questionável. Inegavelmente, para além de todas as provas, que são os elementos culturais analisados e as relações dos moradores, seu passado histórico, atributos culturais ou definições do conceito “quilombo”, o fato é que a comunidade de Santo Antônio hoje se define como sendo uma comunidade quilombola incorporando uma definição recente.

No entanto, o atestado de reconhecimento encontrou respaldo no modo de vida dessa comunidade, em suas festas, religiosidade, redes de sociabilidades, e nas relações de parentesco que vinculam essa população a troncos genealógicos comuns e a uma territorialidade bem demarcada e conhecida. Essas particularidades, como demonstrado na pesquisa de campo, constituem a configuração cultural da comunidade quilombola de Santo Antonio dos Pinheiros Altos e, a partir das iniciativas de divulgação do certificado, elas poderão ser apropriadas por todos os moradores, dando início a um processo de “reinvenção das tradições”

Em nossa pesquisa pudemos perceber que esta comunidade possui elementos culturais modificados, devido não somente ao passar do tempo, mas também devido à criação de fronteiras identitárias para marcar suas diferenças, sendo que estas são acionadas no momento em que o grupo julgar conveniente. Entretanto, também há marcas identitárias compartilhadas com o entorno rural, sem que haja conflitos. A longa convivência com a população rural e o tempo em que os hoje denominados quilombolas foram incluídos também nessa categoria acabaram criando uma justaposição de marcas de identidade, que hoje já são indissociáveis.

Antes de chegar à comunidade, o discurso das pessoas, principalmente dos habitantes da cidade sobre Santo Antônio de Pinheiros Altos era de que as “pessoas de lá”, não gostavam de ser chamadas de crioulas ou negras. Entretanto, esta seria uma marca de identidade de que a comunidade não faz questão de desmentir, sequer rebater. Todavia para aqueles que tinham “medo”, melhor seria “pré-conceito”, melhor para a comunidade seria realmente a distância. Outro ponto também que mostra como as identidades são formadoras de fronteiras seria o falar, pois os entrevistados frisaram que falam de forma diferente das outras pessoas, e que este “modo de falar dos antigos”, é uma referência à ancestralidade africana.

Santo Antônio de Pinheiros Altos é um exemplo inequívoco de que as identidades, sempre em processo de reconstrução, são estratégicas e correspondem às respostas possíveis dentro de um universo de ações e significações. Nesse sentido, uma comunidade quilombola que se “descobre” como tal, antevê as novas possibilidades políticas que se abrem na contemporaneidade, sendo facultado a elas operarem tanto no registro da diferença, como no registro da igualdade na medida em que ela também se reconhece como rural. Feita por camadas superpostas, Pinheiros Altos articula uma ancestralidade e um passado ainda cheio de feridas com uma ruralidade que se torna transparente nos elementos culturais selecionados para o processo de reconhecimento.

Nesse sentido, retomamos o processo de elaboração cultural, como definido por Levi-Strauss, lembrando a possibilidade dos opostos estarem atuando

simultaneamente. O grupo pesquisado alterna particularidades e convergências, que podemos notar na relação da história e da identidade do grupo. Esperava-se no início dessa pesquisa encontrar mais a singularidades, no entanto o grupo não demonstrou interesse em cultuar seu passado histórico escravista, mas buscou priorizar os elementos identitários que indiquem sua afinidade com o mundo rural.

Assim, o grupo abre espaço tanto para as manifestações da memória individual dos mais idosos, sendo que nessa memória se mesclam elementos da ruralidade com a ancestralidade africana dos seus antepassados, como para novas definições de quilombola apresentadas pela lei, levadas para a comunidade através dos mediadores sociais. Na comunidade observada, exceto Nelma e Marcos que buscam estar se especializando principalmente sobre estes processos identitários e sobre estas políticas públicas, podemos afirmar que o perfil dos outros mediadores está ligado a outras áreas que não as demandadas pelos moradores.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que os mediadores sociais, encarregados por acessar as políticas públicas destinadas aos quilombolas são os atores sociais mais empenhados em marcar a diferença cultural da comunidade de Santo Antônio. Isso porque novos ganhos, como linhas de crédito, são direcionados para esse segmento da população, não podendo haver equívocos quanto à sua classificação.

A comunidade, coletivamente, ao mesmo tempo em que se reconhece em sua ruralidade, também demonstra interesse por esta “*nova etnia*” como demonstrado no exemplo da compra do tanque de resfriamento de leite, mas com a obtenção de desconto para uma comunidade reconhecida como quilombola. É nessa oportunidade que se abre para as comunidades quilombolas que a atuação dos mediadores sociais se faz mais presente, mas nem por isso menos problemática.

Para concluir, devemos ressaltar que a formulação da identidade quilombola por órgãos oficiais não representa o fim do processo, mas antes um recomeço na medida em que novos consensos coletivos são colocados em marcha. Há

ainda uma gama enorme de matéria subterrânea da identidade que talvez nunca mais chegue à tona. E aí está o grande desafio dos pesquisadores e extensionistas rurais que irão trabalhar com comunidades quilombolas.

Embora o autorreconhecimento seja atualmente um dispositivo legal reconhecido, não podemos perder de vista que a titulação de terras e a obtenção de benefícios financeiros públicos são, historicamente, geradores de conflitos em nosso país. Pensando nisso, este trabalho termina alertando que, embora o momento político atual seja favorável às minorias étnicas, é urgente que os mediadores sociais, particularmente os extensionistas rurais, dotem os processos de reconhecimento de maior consistência avançando, inclusive, na análise do apagamento da memória coletiva.

7 Referências Bibliográficas

Obras consultadas:

ALMEIDA, A. W. Berno de. *Os quilombos e as novas etnias*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos – identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 43 a 81.

ALMEIDA, Juniele Rabelo. **Objeto Biográfico e Performance da Narrativa: questões para História Oral de Vida**. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/neho/pdfs/juniele.pdf>. Acessado em: 10 de maio de 2009.

ALMEIDA, Marilea de. “Memória e Identidade: uma análise da Comunidade Quilombola de São José (1998- 2004)”. **XIII Encontro de História – Anpuh**. Disponível em http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212983441_ARQUIVO_anphu2008II.pdf. Acessado em: 10 de maio de 2009.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais da primeira metade do século XIX**. Dissertação de mestrado. Universidade de Minas Gerais, 1995.

ANJOS, José Carlos e SILVA, Paulo Sergio. *A rede quilombola como espaço de ação política*. IN: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, pp. 155 a 172.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**. Vol. 03, nº2. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001. Acessado em 07 de junho de 2009.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa, vol. III**, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p.71-72.

BARCELLOS, Daisy, et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Relatórios Técnicos de Identificação Étnica e Territórios Tradicionais. O caso de Morro Alto – Maquine/RS. IN: BOAVENTURA, Ilka Leite. **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005, pp. 81 a 112.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e a mestiçagem no Brasil: Memória da Ciência nas primeiras décadas do século XX**. Disponível em http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Luitgarde_%20Oliveira%20Cavalcanti%20Barros.doc. Acessado em: 10 de maio de 2009.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

Boletim Informativo NUER – **Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas**. Vol. 2, nº. 2. Florianópolis, NUER/UFSC, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, nº15, vol.02, 2001, pp. 01 a 28.

BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Terras de Quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: LIBBY, Douglas Cole (org.); FURTADO, Júnia Ferreira, (org.). **Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 415 a 436.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política de reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 07, nº15, p.209-235, jul.de 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832001000100009&script=sci_arttext&tlng=en. Acessado em: 24 de junho de 2008.

_____. **Estudos Antropólogo nas “comunidades remanescentes de quilombo”**: sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica. IN: BOAVENTURA, Ilka Leite. **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005, pp. 71 a 80.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes. Mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da, . Escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3ºvol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002, pp.175 a 235.

DURAND, José Carlos. *Cultura como objeto de Política Pública. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, nº15, vol.02, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classe**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. A religião afro-brasileira na visão de Roger Bastide. Disponível no site http://www.jornalpoiesis.com/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=231&Itemid=50. Acessado em: 10 de maio de 2009.

FLEISCHER, Soraya, SCHUCH, Patrice e FONSECA, Cláudia. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 10ªed. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1974.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. **A importância da diversidade**. Resenha. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=43&tipo=resenha>. Acessado em: 05 de junho de 2009.

GEERTZ, Clifford **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos e Mocambos: camponeses negros e a experiência do protesto coletivo no Brasil escravista. Curso de Extensão em Educação – Africanidades – Brasil**. Brasília: UNB, s/a.

_____. **Experiências atlânticas: ensaios sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis 2005.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno. "Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII". In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um Fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 139 – 163.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora. Revista dos Tribunais, 1990.

IANNI, Otávio. **Metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Difusão Européia, 1962.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográficas**. Vol. IV (2), 2000, pp.336 e 337

LEITE, Ilka Boaventura. *Os Laudos Periciais – um novo cenário na prática antropológica*. IN: BOAVENTURA, Ilka Leite. **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005, pp. 5 a 29.

LEWIS-MAYBURY, David. *Vivendo Leviatã: Grupos Étnicos e o Estado*. **Anuário Antropológico**, nº83. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1985, pp. 103 a 118.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, 1994.

MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol.8, nº16, p.143-160, mar/ago., 1988.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. "Remanescentes das Comunidades dos Quilombos": memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 104-111.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. PP.185 -314.

MANINI, Luiz Carlos Ferraz. **Resenha do Livro: Desclassificados do Ouro**. Laura de Mello e Souza. Disponível em

<http://www2.uel.br/ca/historia/conhecerhistoria/brasil/resenha.htm>. Acessado em 05 de setembro de 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. Ed.5ª. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. 6ªed.. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NASCIMENTO, Gênio de Paulo Alves. “Encomendação das Almas: resistência cultural em São Roque de Minas”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

O’Dwyer, Eliane Catarino (org.). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV e ABA, 2002, pp. 43 a 81.

_____. *Os Quilombos e as fronteiras da Antropologia*. **ANTROPOLÍTICA**. Niterói, nº19, p.91-112, 2, sem, 2005.

OLIVEIRA, Alécio Rodrigues de e COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. **Desenvolvimento Territorial: sociabilidade, solidariedade, capital social**. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Alecio%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf>. Acessado em: 20 de janeiro de 2009

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. **Revista de Antropologia**, vol.39, nº1. São Paulo, 1996, p.13-37.

PEREZ, Léa Freitas. **Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo**. Por uma antropologia das efervescências coletivas. Disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a12-lfreitas.pdf>. Acessado em: 02 de janeiro de 2009

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de Antropologia econômica**. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

RAMOS, Donald. O Quilombo e o Sistema Escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 164-192.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Reflexão sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da história oral**. Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0765.pdf>. Acessado em: 14 de outubro de 2008.

RUSSCZYK, Jaqueline. *Dilemas e desafios do fazer antropológico: considerações sobre uma experiência particular*. IN: FLEISCHER, Soraya et al. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em diretos humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp.163-176.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHMITT, A., TURATTI, M. C. M., CARVALHO, M. C. P. de. **A Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf> . Acessado em: 14 de outubro de 2008.

SILVA, Francine Pinto da. **Terreiros de Candomblé: um espaço de identidade**. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/ipjdc/c-%20Francine%20Pinto%20da%20Silva.pdf>. Acessado em: 14 de outubro de 2008

SOUSA, Luísa Andrade. *De “moreno” a “quilombola”*: O antropólogo nas comunidades de remanescentes de quilombo. IN: FLEISCHER, Soraya et al. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em diretos humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp.151-162.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, L. M. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SPAGGIARI, Enrico,. Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 165-190, jul./dez. 2008.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Comunidades Quilombolas: Direito à Terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/Minc/ Editora Abaré, 2002.

SCHIMITT, Alessandra. Et al A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V – Nº. 10 – 1º Semestre de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf> . Acessado em 14 de outubro de 2008.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.1. São Paulo: editora UNB, 2004.

Documentos consultados:

BRASIL. **Constituição Brasileira.** Disponível em http://www.cpisp.org.br/htm/leis/conheca_quilombos_fed.htm. Acessado em: 13 mai. 2008.

BRASIL. **DECRETO 4887/2003.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em: 07 de junho de 2009.

BRASIL. **Instrução Normativa.** Disponível em <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed22.htm>. Acessado em: 13 mai. 2008

BRASIL. PORTARIA Nº 98, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/portaria98.pdf>. Acessado em: 04 de jun. de 2008

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola.** Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf. Acessado em: dezembro de 2008.

Processo de Reconhecimento. Expedido pela Fundação Cultural Palmares. Junho de 2008.

Sites consultados:

Fundação Cultural Palmares. <http://www.palmares.gov.br/>. Acessado em 04 de jun. de 2008.

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES). <http://www.cedefes.org.br/new/index.php>. Acessado em 10 de maio de 2009.

Comissão Pró-índio de São Paulo. <http://www.cpisp.org.br/>. Acessado em: 10 de maio de 2009.

8 APÊNDICE

Questionários Aplicados

Após ter defendido o projeto, fizemos um roteiro de entrevista para melhor esclarecer sobre os objetivos e esclarecer o problema proposto por nossa pesquisa. Segue abaixo o roteiro de entrevista.

DADOS DO COLABORADOR

1. Nome completo: _____
2. Local e data de nascimento: _____
3. Endereço atual: _____
Nº _____ complemento _____ bairro _____ Cidade _____
UF _____ Telefone _____ Celular _____

A) Membro da EMATER/MG

- 1- Qual o primeiro contato que teve com a Comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos?
- 2- Quais atividades o senhor desenvolve na comunidade?
- 3- Quais os projetos que realiza nesta comunidade?
- 4- O que levou a pensar nesta comunidade como uma comunidade quilombola?
- 5- Dentre esses projetos, quais abarcam as questões voltadas para a identidade cultural? Como é trabalhada junto aos membros da comunidade?
- 6- O que são elementos culturais quilombolas para o senhor?

B) Supervisora escolar

- 1- Quando e como foi o primeiro contato de você com a comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos?
- 2- Qual tipo de atividades que desenvolve na comunidade?
- 3- Em que esta escola é diferenciada de outras?
- 4- Qual a importância da escola ser reconhecida como uma “escola quilombola”?
- 5- Existe alguma dificuldade neste processo de reconhecimento da escola pela secretaria de educação? Quais?
- 6- Como pretende ajudar no reconhecimento da comunidade?
- 7- Em uma conversa prévia que tivemos em uma de minhas visitas você havia me dito que eles possuem elementos culturais que lembravam ou pareciam com uma ancestralidade africana. Quais são estes elementos? E como estes elementos são vivenciados pelos alunos?
- 8- Quem tem maior consciência desta cultura, os alunos do EJA ou do Fundamental?
- 9- Quais são as orientações que a escola recebe da superintendência local sobre as atividades desenvolvidas em uma escola dita “quilombola”?

C) Professores

- 1- A quanto tempo trabalha e ou desenvolve atividades na comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos?
- 2- No contato dia-a-dia com os educandos, nota-se alguma diferença e ou semelhança culturais entre vocês e eles?
- 3- Todos educandos têm consciência do que vem a ser comunidade quilombola?
- 4- Referente ao projeto desenvolvido nesta escola. Como foi a adaptação dos alunos ao serem apresentados a ancestralidade africana? Se identificaram?

D) Secretário de Cultura

- 1- Qual o envolvimento desta secretaria com o reconhecimento quilombola da comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos?
- 2- Existe algum projeto e ou programa voltado para este processo?
- 3- (se na tiver) Quais os planos de fazer um projeto? Em que ele consistirá?
- 4- (caso tenha) Este projeto envolve questões voltadas para a cultural local? Quais são os elementos culturais ditos quilombolas que são relevantes para este projeto?
- 5- Qual a verba destinada para desenvolver programas e projetos para esta comunidade quilombola?
- 6- Esta comunidade já é reconhecida municipalmente? Quais elementos culturais foram levados em consideração?

E) Prefeito

- 1- Quais os setores da prefeitura que estão ligados ao reconhecimento quilombola da comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos?
- 2- Quais os interesses da prefeitura em obter este reconhecimento?
- 3- Existe alguma manifestação cultural desta comunidade que conta com o apoio exclusivo da prefeitura?
- 4- Como a prefeitura participa do reconhecimento quilombola desta comunidade?

F) Representantes do CEDEFES

- 1- O reconhecimento da comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos tem sido feito com o apoio desta instituição. Quem levou a vocês a indagação de que em Piranga existia uma comunidade que almejava ser dita como remanescente de quilombos?
- 2- Quais foram às primeiras providências?
- 3- Como é feito este reconhecimento?
- 4- Quais elementos culturais foram levados em consideração para este reconhecimento quilombola?
- 5- O povo está envolvido neste pedido?
- 6- Existe algum trabalho de conscientização com a população do que vem a ser comunidade quilombola?
- 7- Todos se auto identificam como remanescentes?

G) Membros da comunidade

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Sexo:
- 4- Como o senhor(a) se classifica, quanto a etnia? Branco? Pardo? Negro?
- 5- Sabe-se que esta comunidade está envolvida no processo de reconhecimento quilombola. Diante disso, o (a) senhor (a) tem conhecimento do que vem acontecendo em sua comunidade?
- 6- Sobre seus antepassados, eles falavam alguma coisa voltada para o tipo de trabalho que eles desenvolviam? O que eles faziam antes, e como eles faziam?
- 7- E sobre a remuneração? Eram pagos? Quais os tipos de gratificação que lhe eram dados?
- 8- Existe alguma história sobre seus antepassados que possa me ajudar na pesquisa?
- 9- Vocês plantam e colhem o suficiente para o seu sustento e sua família? Ou compram ou trocam em outra comunidade?
- 10- Que tipo de música vocês gostam? Tem alguma de sua infância que você lembra? Tem como cantar pra mim?
- 11- Sobre alguma brincadeira de infância?
- 12- Como era no tempo dos antigos, quando se refere à ida a cidade? A lida na roça? E a educação?
- 13- Neste processo de reconhecimento iniciado pelo Marcus da EMATER tem alguns pontos que tratam sobre a ancestralidade africana. Na história da comunidade existem causos, lendas e contos que a comunidade foi criada por escravos. Você sabe me passar alguma informação sobre este assunto?
- 14- Vocês já sofreram algum preconceito?
- 15- E como você reagiu a este ato de discriminação?
- 16- Pra que time você torce? Sobre o time da comunidade você acha que ele te representa como sendo de sua cultura?
- 17- Você sabe o que é ser quilombo? E remanescente de quilombo?

9 ANEXOS

ANEXO 1: Inventário de Francisco Antonio de Sousa

Inventário de Francisco Antonio de Sousa,/a requeressem ao do Colletor Provincial/
Escrivão Duarte Autuações

1

Ano do Nascimento/de Nosso Senhor Jesus/Christo de mil oitocen-/tos e oitenta e três,
nes/ta cidade de Piranga/e em meu Cartório dos /doze de Maio do dito/anno em meu
carto-/rio auto a justificação/e no momento que segue/so, os que facão este/Termo Eu
José Du-/arte Firmino, Escrivão/a escrevi e assigno/

2

As [sic] requer o Termº/Escrivão requer dias/para Inventariar nas/Aletrias desta Cidade
Provin/cial Piranga 12 de Maio de 1883./Diz o Coletor da fazenda Provincial/deste
mesmo que afirma fal/ler na Freguesia do Pinheiro, Fran/cisco antonio de Souza, não
dei/xam do termos necessário a fim/essa razão é a herança sujeito ao/filho; [sic] além
dos interes/ses da F., nem [sic] [sic] seguem a/factura do inventario no Car/tório para
sim os bens [sic]/ficantes, [sic] digam [sic] [sic]/dia [sic] ter lugar o mesmo e/dos dizia
atestar pra parentes/[sic] a do e por partes desta/a cidade Antonio Januário Sou/za leio
esta [sic] atestaram do [sic]/[sic] deferimento, sendo/Dia 1º Carturianista Duarte e
atestador em/Pirando vindo em todos os termos/De Maiuo de 1883 até final liquidação
Recebi do Excelentíssimo E.RM^{os} ./

3

Digo ou abaixo assignado o Francisco/Antonio do Souza que doa Senhor e por /
[sic] das partes de terras de cultura das/vastas das cazas, vastas no muinho,/no Praiola,
Engenho e mais tem pitórias, tudo/ nesta Fazenda denominada Taqua/rassú, neste
Distrito do Pinheiro e ter/mo de Piranga e como possuo estes bens/livres e
dezembaraçados de qualquer/onus, faço doação de partes destes bens aos/meus escravos
José Philomena e Anto/nio no valor de = cento e noventa e no/ vê mil reis R199\$000 =
fazendo os men]cionados escravos depois de meu falleci/mento uzufruilhas como seus
que fi/cão tendo por meio deste título não pó/dendo os meus herdeiros desfazer
esta/minha doação por ser feita de minha/ livre e expontania vontade de e sem
cons/trangimento algum e pesso as leis de/sua Magestade dê a esta minha duação/todo
força de direito, ficando os ditos/escravos obrigados a pagarem as direitos/Nacionoos .
E por firmeza mandei/passar este papel em que no assig/no em presença de duas
testemunhas/Fazenda de Taquarassú 14 de Abril de 1883/Francisco Antonio de
Souza/Test Manoel Firmino Dinis/ Francisco Gomes/Duarte Ernesto de Freitas./

4

Digo eu abaixo assignado Francisco Na/tonio de Souza, que dou senhor e possuído/das
partes das terras e partes nas cazas no um/inho, engenho, paiol e mais benfeitorias/ditas
no lugar denominado Taquarassú/no Distrito do Pinheiros . Termo de Piranga,/e como
eu possuo estes bens livres e dezenba/raçados faço doação nos meus
escravos/Raymundo, Antonio e Fermino de partes nas/terras e nas mencionadas
beifeitorias no vo/lor de cento e noventa e nove mil reis = Re/is 199\$000 = , podendo os
diots meus escravos/assenhorias se destes bens depois de meu fal/lecimento, não
podendo os meus herdeiros disfa/zer esta minha doação por ser feita de mi/nha livre (?)
e expontania vontade e sem cons/trangimento algum, e pesso as Leis do Im/pério de a
esta toda força e [sic] , fican/do os mesmos escravos obrigados a pagarem/os direitos

Nacionoos. Fazenda do Taqua/rassú, 14 de Abril de 1883/Francisco Antonio de Souza/Test Manuel Firmino Dinis/Francisco Gomes/Duarte Ernesto de Freitas/

5

Digo abaixo assigno Francisco/Antonio de Souza , que sou senhor e possuidor/das partes de terras de cultura, das partes nas ca/zas, Paiol, Muinho, Engenho mais benfei/tórias tudo nesta fazenda denominada Ta/quarassú – neste Distrito do pinheiro Um/nicipio do Piranga e como possuo estes bens/livres e desembaraça dos de qualquer ônus./faço doação de partes destes bens aos meus/escravos de nomes Manoel, Ceriaca e Ma/ria no valor de cento e noventa e nove/mil reis R\$199\$000 podendo os mencio/nados escravos depois do meu fallecimento/uzufruilhos como teus, que ficarão sendo por/meio deste título, não podendo os meus her/deiros desfazer esta minha duação por e/feita de minha livre e expontanea von/tade e desconstrangimento algum e pés/so as Leis de Império dê a esta minha dua/cão toda força de direito, ficando os ditos/escravos obrigados a pagarem os direi/tos Nacionous. E por firmeza mandei/passar este em que me assigno em pré/zença de duas testemunhas. Fazenda/do Taquarassu, 14 de Abril de 1883/Francisco Antonio de Souza/Manuel Firmino Dinis/Francisco Gomes/Duarte Ernesto de Freitas/

6

Digo e abaixo assigno entre os mais bens que sou senhor/e possuidor de bens a fim [sic]/que escrava que tenho de nome Mara/Crilola de idade dois annos e a qual le paço a carta /de liberdade e que, de data desta ficara forra com o/ventre de sua Mãe saiu e com a condições quem can/to eu abaixo assigno for [sic] Minha Mulher Maria/Angélica Pereira (?), não poderar saber dessa com/panhia e após [sic] Neste ficara desembarcada e por ser verdade peço a justiça de nova [sic] May/toda que de quanto todo vigar para um tempo algum não/pare jamais como o cativeiro. Nem [sic]/em testamento e por ser verda faço quanto [sic] /que vais por mim feita e acinada/[sic] [sic] do 21 de abril/De 1856. Francisco Antonio de Souza/Francisco de Mara/José Fastino Carneiro/Antonio Roz (?) Airo/

7

Digo eu abaixo asignado que estes os mais bens que sou/senhor e possuidor de bens assim hum escravo e de no/me Manoel de nação africano o qual ficava forro/da data deste com a obrigação tão somente dessa [sic]/somente em quanto em vida e por minha Morte fi/cara livre desembaraçado como do ventre de sua Mãe/ e de claro que teria assinado a Firmação [sic]/por minha e Morte estão forro e ficarão tão somem/te para [sic] em quanto eu vivo por assim declarar/a testamento de minha Falecida Mulher Maria Ang/elica de fazer e por verdade atesto peço ajuda a lei de sua/Real Magista de que de este todo vigor como se faz/[sic] no termo desta em publico forma/termo do lei dez de janeiro de 1868 Fran/ cisco Antonio de Souza/ [sic] /Eterno a Cássio.

8

Certificado e dou fé e que no/ tifique aos interessados Anto/nio = Manoel = Raymundo = Ciri/ aca = Antonia = Maria = Firmi/no = Jose e Philomena, por car/tas para assinarem ao Inven/tário no dia 29 do corrente/no meu Cartório, cusjas cartas/foram entregues. O refe/rido é verdade Piranga/14 de Maio de 1883./Exelentissimo [sic]/Termo _____ Cel Juiz Munici/pal em exercício/Promovo estes autos para/informar a NSa que intimei/a todos os herdeiros para a presente em/ventario, e por parte del/lês me foi dito que pedi/rão ao cidadão a [sic]/Francisco de Souza para servir/de Inventariante, nisto sem/ela sozinho (?) ter conhe/cimento de todos os negoci/os da casa de seu senhor/por isso seja ordenará/o que for de desidito/[sic]/ OExer^m Jose [sic] Firmino/

9

Juramento ao Inventari/ante./Aos quatro digo aos vin/te e três de Maio de mil oito/centos e oitenta e três, nesta/cidade do Piranga e em meu/Cartório compromiço o/Coronel Cassasido (?) de Ma/galhaes. Cassasioses (?) , Juis Um/nicipal, primeiro suplen/te, em pleno exercício, e sem/do ali o cidadão Aprí/gio Vieira de Souza, o Juiz/lhe deferiu o julgamento/dos Santos Evangelhos, não/formão da lei que [sic] em/carregou que jurasse/em sua alma bem/e finalmente servir de in/ventariante dos bens deste/espolio (?) e dar todas as de/clarações precisas, e reabi (?)/do por deu o dito juramen/to prometendo cumprir/e para constar faço es/te termo que assigno com/o Juis e dou fé. Eu José Du/arte Firmino, Escrivão o escrevi./ [sic]/Aprígio Vieira Souza.

10

Dou fé que notifiquei no/Collector Provincial e do In/ventariante para nomearem/coimados (?) que analisam os/benms desta espólios (?) do que/ficaram adiante. O referido/é verdade. Piranga 29 de/Maio de 1883./ Excrⁿ Jose Arantes Firmino/Procuração /No mesmo dia mês anno e/lugar perante o Juis Coronel/Camilo (?) Antonio digo de Ma/galhaes Camanezes e os inte/ressados pelo Collector foi/dito que tomasse-se no Ci/dadao Antonio Januário Euzébio/para louvados por pasta da/fazenda e que apropriava o/cidadão Francisco Mixina de/Souza, o que ouvido pode Juis/Também apropriavam de ambos/e mandou [sic] este termo/que assignao e dou fé. Eu/Jose Duarte Firmino, Es/Crivao e escrevo/ [sic]/Manuel Rumão de (?)/Aprígio Vieira de Souza/

11

No presente inventario é as/bido por elles prometeram/cumprir, e de commo assim/o deixaram mandou o juis/[sic] este auto, e um se/guida passou mandado/aos mesmos para procederem/as avaliações do que dou/fé. Eu Jose Duarte Firmino/Esgravão o escrevi/[sic]/Jose Duarte Firmino/Aprígio Vieira de Souza/Antonio Januário Eusébio/Certifico e dou fé que hoje/passei o mandado dos cousa/dos (?) para procederem as ava/liações dos bens deste/espólio, o qual intreguei/do [sic] Antonio Januá/rio Eusébio. O referido é/mudado Piranga 29 de novembro de 2008 Maio de 1883 Eu Jose/Duarte Firmino, Escrivão/a escrevi (?) e assigno/J. D. Firmino/

12

O Coronel Camillo de Maga/lhaes. Cananesis (?) Juiz Muni/cipal do primeiro Distrito/em pleno exercícios no terno da/Piranga./Mando aos louvados (?) nome/ados e juramentados no in/ventario de Francisco Na/tonio de Souza, que a bem/deste indo e por mim as/signado ficarão a ava/liação em todos os bens do/dito finado. O que Cum pram. Piranga 29 de/Maio de 1883. eu Jose Duarte/Firmino, Escrivão e escrevi/[sic]/

1 cavalo escupor por -----	55,000
1 burro ascado (?) -----	70,000
1 Faixa de cobre -----	35,000
20 cabeças de porcoz ou fasto -----	52,000
5 porcoz na ceva (?) e magnos(?) -----	38,000
1 jumenta de Boiz -----	120,000
2 sodas ou fiar [sic] -----	5,000
1 mesa com gaveta -----	6,000
3 bancos por -----	3,000
3 cabres ordinários por -----	6,000
1 ferramenta para tropa -----	2,000
2 cunhas de ferro por -----	1,000
2 plainar ____ por -----	1500
1 serote pigesso -----	1500

13

Datas/Aos cinco de junho de mil oito/centos e oitenta e três, no meu/Cartório foram essa /entregues/estes acetos [?] pelo Collector com/o cottaristo [?], e faço este termo/Eu José Duarte Firmino Escri/vão o escrevi/Conclusão/E logo os faço [sic] do/Senhor Coronel Canavesens [?], so/suplente do juiz municipal/em pleno exercício, e faço /este termo Eu José Duarte/Firmino, Escrivão o escrevi/ ----- Conclusões -----/Deferi a Carta do Coletor/Piranga 5 de Junho de 1883./[sic]/Data/No mesmo dia mês ano e/Lugar o formaram estes au/tos entregus pelo Juis suplen/te em [sic] , do que fora/estes termos . Eu José Duarte/Firmino , escrivão o escrevi/Certifico e dou fé/que intima a todos os in teressados para pagarem/o sello a que referi-se/a cota [sic] e [sic]

14

Forma do Inventario.....	1: 101 \$970
Custa [sic].....	144 \$ 700
Decima a 20%.....	957 \$ 270
Liquido.....	191 \$ 450
Total.....	765 \$ 810

Piranga 6 de Junho de 1883/ Mello/Data/No mesmo dia mês e /anno [sic] foram/ no/entregues estes custos pelo/Contador , e faço este ter/mo . Eu Jose Duarte/ Firmino,/ Escrivão e es/crevi/Conclusão/E logo os faço [sic]/as [sic] primeiro/suplente do Juis M^{al} /e faço este termo Eu Jose/ Duarte Firmino e o escrevi/-----Conclusão ----- /---/ Vista as Exm Colletor [?]/Piranga 6 de Junho de 1883/Conclusões/Data/No mesmo dia mês e/ anno foram – me entre/gues estes autos pelo Pri/meiro supplente dfo Juiz/ Municipal [sic]

15

Ilm^o Ser Car^{el} Juiz Man^{al} e de Apelações/Juiz Piranga 29 de /Maio de 1883/[sic]/Dis Exercício Fernandes de Sousa que Francisco/Ant^o de Ss^a senhor que foi no Distrito de Pinheiros/falleceu devendo ao suplicante a quantia de dusetos/mill reis, alem de prêmios que de liquidasmo/credito que junto vais. Depois da mor/te do referido Francisco Antonio ainda o suplicante/pagou a quantia a trinta mil reis de missas e/enterro como mostra a certidão também/junta E como se atesta procederem do/imentario dos bens do finado , e que/rendo o suplicante receber a importância/do credito paras a certamente [sic] mesmos/bens , a fim de valor complicações/com pessoas ignorantes e menores/requerem o [sic] de ligue mandar diser/cós interessados Curador Gl Mz Fiscal/da F.P. doble a [sic] da vida/dida, e se concordão na adjudicar [?]/cão de bens [sic] deu pagamento . No [sic] /de concordarem de junto esta aos /outros a fim de desatendida por/ocassião da partilha ou em qual/quer outro processo em que tenha/lugar a liquidação dos bens do falle/cido decidido [?]/

16

Devo que pagarei ao senhor [sic] Fernande de [sic]/ a quantia duzentos mil reis que [sic] prestou ao [sic] deste pelo [sic]/ [sic] hum anno pagou e [sic] de hum por cento ao mês e por unidade de [sic] ferido obriga [sic] bens parentes e fatos/a lhe a sua real [?] em [sic] de quantia duzentos mil reis e que não [sic] /por minha letra aguardo [sic] 20 de Julho de 1881 /[sic]/Pagou duzentos mil reis de/sello fios desta em falta [sic]/filha ondo foi pagado/ Piranga 10 de Agosto de 1883 [?]/ [sic]/

17

Illm^o Im. C^{el} Juis Municipal Provedor/[sic]/[sic]/[sic]/[sic]/Junho de 1883. Cana [sic]/Dis Antonio Januário Eusébio [sic] faz/ parte da Fasenda, que no inventario a que de/procedeo a pouco dos bens deixado pelo fallecido/Francisco Antonio de Souza foi o suplicante por /[sic] em [sic] da unidade condução/pois tando o suplicante gasto dois dias, só lhe/foi conta do um, quando em outros, [sic]/tórias procididor, ale tem a

suplicante vencidas/dois dias ou condução por que, a distancia/que separa esta Cidade quella fazenda/denominada Taquarassú é maior de /3 leguas terminado si impossível a ida e volta no mesmo dia em vista/pelas do allegado o suplicante a bens de [sic]/direta Freguesia a Nossa Senhora de origem de/ordenar as mesma dos Antos a/[sic] conta dor p^a alternar a conta/na parte relativa ao suplicante juntando/se esta aos outros./P. Deferimento/E. R. M^a/Antonio Januário Eusébio/Juntador/

18

Aos oito de Junho de mil/ oito centos e oitenta e três/em meu Cartório junto/a estes acertos a petição/que seguem aos do que/faço este termo. Eu José/Duarte Firmino, Escrivão/o escrevi./

19

Ill^{mo} Im. C^{el} Jeus[?] Clemen[?]/Respondas [?]/Piranga 4 de Junho de 1883. [sic]/Dis João de Souza Vieira/Tutor do minino Benjamim/um filho de sua finada fi/lha Il^o Francisca casada que/foi com o finado Francisco/Antonio de Souza, que o mesmo/finado ficou deveres ao/órfão Benjamim 70:000 que/coube de unilo por herança/de será doas como [sic] o/documento posto e tendo/o inventariante gastado o/milho, quer o suplicante/como Tutor do menino/Benjamim sevem bolça/requer a [sic] mandar os [sic]/dês o Colletor e entereçados/ com a resposta ajunta/nos outros para separar/bens para o pagamento conclaves/João de Souza Vieira./

20

Francisco Coelho Duarte Badaró/ escrivão de orphãos interino, por/nomeação do escullentissimo [?] go/verno da Província, na faormada/lei. Certifico e dou fé que revendo/os autos de inventario e partilhas da/finada Dona Francisca Vieriera/de Souza, melles a folhas trinta e/sete nessa e folhas trinta e oito, de/possui com o pagamento feito ao her/deiro Benjamim Paim de Aguiar/que é do termo seguinte. Pagamento/feitop ao herdeiro Benjamim Paim de/Aguiar. Primeiramente adjudica/vam elles dito ministro Doutor Lui/no Vieira de Macedo Lima, Juis/municipal e de orphãos e parti do/res alferes João Silvério de Mello e Fran/cisco Marques dos Santos, o herdei/ro Benjamim Paim de Aguiar/de sua herança e legitima partir/na, na partilha dos bens da finada/Dona Francisca Vieira de Souza hu/ma besta por nome Eanaria, pelo/preço e quantia de noventa e cinco mil/

21

quantia de um conto dusetos e sés/senta e quatro mil seis centos e/trinta reis que á margem deste sae 1:264:630/com o que ficava Benjamim Paim /pago e satisfeito da legitima mater/na que lhe resultou na partilha/dos bens de sua finada mãe/Dona Francisca Vieira de Souza, com/que lhe ficava adjudicado./E por esta forma deram elles dito/ministro Doutor Juis de orphãos/e partidores por findo este paga/mento feito ao herdeiro Benjamim/Paim de sua herança nos bens/que nas partilhas lhe foram adjudi/cados, e de tudo para constar faço/este, que sendo lido anigmam [?]: Cur/Justimiano Cassino Duarte Badaró, escri/vão de orphãos, que escrevi e assigno/M. Lima Purtimano Cassino Duarte/Badaró, João Silverio e [sic] Fran/sisco Marques dos Santos. E tudo/quanto nos dito auto e com/tinha, e para testemunha da uni/dade a elles me suposto em meu conclaves./

22

Aos oito de novembro de mil/oito centos e oitenta e trez em/mim Antonio, faço estes autos/concluir com o [sic] Doutor/Juis Provincial faço este termo./Eu José Duarte Firmino o/Escrivão e screvi/Conclaves/Dê-se vista ao Collector /Provincial/Piranga 8 de Novembro de 1883/Antonio Meias/Datas/No mesmo dia mes e na/no em meu Cartório

foi/na [sic] estes autos com/o [sic] sufria, e faço este/termo Eu José Duarte Fir/mino o escrevi/[sic]/E logo os faço conclaves/no Collector, e faço este/termo Eu José Duarte Firmino o escrevi/-----Com vista -----/Devolvo este auto ao Cartório para /o Contador fassa menção do [sic]/af da quantia os 70\$000 reis que devo[sic]/pago pelo [sic] C. de [sic]/10 de Novembro de 1883./

23

Liquido do Inventario fs. 22 [sic].....	66/\$204
Devido [sic] do documento de folhas 24.....	70 \$000
De cima a 20 por cento.....	591 \$204
Liquido.....	118 \$240
Total	47 2 \$964

Piranga 21 de [sic] de 1884/ [sic]/-----Data -----/Aos vinte quarto de Novembro/de mil oito centos e oitenta/e quatro inclui estes autos por/parte do Contador do que fa/ço este termo Eu Jose Duarte/Firmino, Escrivão e escrevi/[sic]/E logo os faço com vista/ao Senuor Collector Pro/vincial,e para constar/faço este termo. Eu /José Duarte Firmino/Escrivão o escrevi/----- Com vista -----/Concordo com o calculo e conta onde deve que a F. P. é/condôra [?] da quantia 118\$2400/sugiro [sic] tanto e [sic] dos/.

ANEXO 2: PROJETO DA ESCOLA

Projeto da Escola Municipal de Piranga – ano de 2008.

**PREFEITURA DE PIRANGA - MG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO**

PROJETO

**VALORIZANDO A IDENTIDADE CULTURAL DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS
PIRANGA-MG.**

NELMA DE CÁSSIA SOUZA
(Supervisora)

JOSÉ GERALDO M. DOS PASSOS.
(Coordenador da Escola)

PIRANGA - MINAS GERAIS

1. APRESENTAÇÃO

Sabe-se que no Brasil muitas comunidades quilombolas são esquecidas pelos poderes públicos, seja federal ou estadual, devido às distâncias, o acesso, e mesmo no descaso dos órgãos públicos. Entretanto, a comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos não cruzou os braços perante a estas dificuldades.

A luta desta população, sem sombras de dúvida não começou agora, mas sim ao longo de alguns séculos. Desde a fundação deste povoado eles vêm enfrentando o descaso e as violências sejam físicas e simbólicas com muita garra, sem perder as esperanças.

Esta comunidade tem origem nos habitantes das senzalas de Ouro Preto, Mariana e Piranga, sejam fugidos, forros e ou libertos. Muitas são as histórias que permeiam a origem e a fundação deste povoado, mas uma coisa é certa, sua força advém daqueles que sempre foram esquecidos pos nossa história oficial.

A história mais aceita segundo alguns moradores, uma senhora chamada Dona Tataia comprou muitas terras, nas divisas do Alto dos Macacos até o Alto dos Cuca e construiu a sua casa com os recursos da época. Então, foi chegando para trabalhar em suas terras, me plantio de milho, arroz, feijão, mandioca, batata doce, café, inhame, cana e entre outros.

Alguns anos depois Dona Tataia resolveu mudar-se para outra localidade e assim fez a doação de suas terras para várias pessoas, dentre elas o pai de Dona Francisca Sales Gonçalves, que posteriormente cederia o paiol de sal casa para o funcionamento da primeira escola educandário de Santo Antônio dos Pinheiros Altos.

Como nesta época não existiam escolas na localidade, os moradores que tinham maiores condições de dar estudos para seus filhos resolveram pagar uma professora particular. Reuniram-se e o senhor Antônio Assis Fernandes cede uma sala em sua casa para que a escola funcionasse. O trato era o seguinte: cada pai fazia um banco e uma mesa para que seu filho pudesse sentar e pagava ainda a parte de seu filho para uma professora cujo nome era Senhora Maria Sales Ferreira.

Todavia, naquela época não possuía material adequado, esta professora ensinava no nome, o alfabeto e as quatro operações básicas. A maneira mais válida de ensino era a repetição, por isso os alunos, ao passar de ano, aprenderam tudo novamente; não existia reprovação e nem merenda, além de receberem as primeiras instruções do letramento eram educados, podendo a professora bater e colocar de castigo.

Com o passar dos tempos a Escola se firmou, passando a ser de casa em casa, até que contou com generosidade de um dos moradores da comunidade senhor José Antônio que doou o terreno. Assim, a escola é reconhecida pelo estado em 1987 funcionando na comunidade deste o Ensino Infantil à Fundamental Regular, posteriormente abre-se o EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

Hoje a Escola funciona com 180 alunos, atendendo aproximadamente 10 a 12 micro comunidades que fazem vizinhança a Santo Antônio, possui um coordenador José Geraldo Moreira dos Passos, conhecido por Lado, oferecendo merenda, além de uma educação de qualidade.

2. INTRODUÇÃO

O município de Piranga possui divergência quanto à sua formação. Iniciada em 1704, com a exploração de ouro na região, alguns historiadores confirmam que seja o primeiro a chegar nesta localidade o taubateano João Siqueira Afonso. Entretanto, há algumas divergências quanto a esta chegada, pois em algumas fontes de pesquisa tem-se a presença de Francisco Rodrigues de Siqueira e Manuel Pires Rodovalho explorando esta região do Guarapiranga. Um dos fatos históricos mais importantes foi a Guerra dos Emboabas entre 1708-1709, que movimentou toda região até mesmo os pequenos distritos, como Bacalhau e a fazenda da Cutia, hoje Santo Antônio do Pirapetinga.

A comunidade que iremos estudar é Santo Antônio de Pinheiros Altos, distrito de Piranga, localizada a trinta quilômetros da sede do município, de acesso muito difícil. Atualmente, vive-se um total de oitenta famílias, sendo estas, divididas basicamente em duas famílias que dão origem ao povoado – Nicácio e Acácio. *“Segundo a memória da população local, os descendentes dos escravos que*

trabalhavam na fazenda deram origem à formação do quilombo. Os primeiros moradores de Santo Antônio foram forros oriundos desta fazenda”¹⁶⁸.

As famílias têm uma renda que gira em torno de atividades agrícolas familiares, aposentadoria, programas governamentais e rendas enviadas por aqueles que saíram do distrito em busca de trabalho em outras cidades, principalmente São Paulo e Mariana. A grande maioria cria principalmente suínos e aves, alguns possuem gado. O distrito tem uma escola que possui ensino da pré-escola até a quarta série do Ensino Fundamental, possui também o EJA - Ensino de jovens e adultos. Possui um posto de saúde, uma igreja católica, um templo evangélico além de um estabelecimento comercial.

Assim, o presente projeto busca fazer uma ponte entre o saber local e os conteúdos de sala de aula, buscando ser fiel aos interesses dos alunos com os determinados temas, e tendo o professor como profundo mediador.

Para isso o projeto se divide em: uma apresentação com um pequeno histórico da comunidade e principalmente da comunidade escolar, esta presente introdução, bem como um desenvolvimento que abarca os projetos que foram feitos e trabalhados em sala de aula para com cada um dos professores, e por fim, existem os resultados e as propostas.

Vale ressaltar, que este projeto tem a intenção não só de ser apresentado para órgãos públicos municipais, estaduais e ou federais, mas também tentar pleitear programas e projetos referentes a área de educação para a captação de recursos para só assim ajudar na luta para equilibrar as diferenças sociais existentes.

3. DESENVOLVIMENTO

Projeto

Modalidade de escolaridade: A Pré-Escolar Santo Antônio.

Título: Alimentação

Tema: Cultura

Problematização

Diante dessa realidade o cultivo de horta, plantações de legumes tornaram-se coisas raras em nossa comunidade. Diante deste terrível fato, o que podemos fazer para combater a desnutrição que é um fato do nosso dia-a-dia?

Objetivo Geral: conscientizar e valorizar a importância dos alimentos e o valor nutritivo de cada um destes alimentos que são produzidos na comunidade.

Objetivos Específicos:

- Valorizar uma boa alimentação.
- Apresentar diferentes fontes de alimentos.
- Adequar a alimentação às suas necessidades.
- Levantar os alimentos consumido produzidos pela comunidade.
- Identificar os diferentes tipos de vitaminas e suas funções.
- Adquirir hábitos para boa alimentação.

¹⁶⁸ Santo Antônio dos Pinheiros Altos: Comunidade quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Disponível em <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=18&tema=49&matéria=4119>. Acesso em 13 mai. 2008.

- Prevenir-se das doenças transmitidas por alimentos.
- Saber conservar corretamente os alimentos.
- Aproveitar os alimentos na época da safra.
- Classificar a origem dos alimentos.
- Utilizar e expressar sensações.

Desenvolvimento

- Músicas
- Poesia
- Trabalho de arte
- Cardápios
- Pesquisas com as avós
- Entrevistas
- Receitas
- Desenhos
- Confeções de livrinhos com os alimentos da comunidade.
- Preparo de salada de frutas da região.

Justificativa

O projeto alimentação surgiu da necessidade de conservar a tradição da horta doméstica introduzindo o cultivo de hortaliças, legumes e frutas. Com esse objetivo, buscamos trabalhos com os alunos dentro das diversas disciplinas escolares no seu ambiente cotidiano, visando um aprendizado de vida, por meio de uma alimentação saudável.

Projeto:

Título: Saúde e Doenças

Tema: “Valorize sua Saúde e previne-se contra doença”

Nível de Ensino Ministrado: Ensino Fundamental - 4º ano

Responsável pelo projeto: José Cláudio Guimarães Gonçalves

Justificativa

Em nossa comunidade são registrados alguns casos, tais como: gripe, dor de barriga, dor de cabeça, manchas na pele, etc.

Devido o descaso com a saúde pública e baixos índices de informação da população de baixa renda concentrada nesta zona rural, não podemos deixar que este mal agrave ainda mais este quadro.

A escola como formadora de cidadãos críticos, reidivadores e conscientes na atuação de mobilizar junto à comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade, de vida deste povo e dos menos esclarecidos, indicando-lhe e proporcionando-lhes meios de adquirir boa saúde e prevenirem-se contra doenças utilizando muitas vezes os recursos da própria terra, o uso de plantas medicinais.

Objetivo Geral

Conscientizar a comunidade sobre a preservação da saúde e prevenção de doenças. Desenvolver nos alunos o espírito crítico, conscientizando-os, apontando os problemas e indicando soluções.

Objetivos Específicos

- Adaptar posturas na escola, em casa e na comunidade que favoreçam a relação do homem com a natureza.

- Identificar os tipos de doenças mais comuns em nossa comunidade e o modo de combatê-las com plantas medicinais.
- Conscientizar os alunos a plantar ervas medicinais.
- Diferenciar ervas medicinais das ervas Tóxicas.
- Classificar alimentos ricos em vitaminas, proteínas e sais minerais.

Abrangência do Projeto: Alunos do 4º ano

Estratégia de ação

- Oficina de artes (confeções de cartazes e faixas).
- Oficina de alimentos e chás com ervas medicinais.
- Atividades multidisciplinares: recortes de jornais, revistas, livros velhos, confecção de receitas, desenhos, colagens e maquetes envolvendo saúde e doenças.
- Conscientizar as pessoas nas casas sobre o plantio de ervas medicinais e uso adequado dos alimentos.

Metas ou resultados /Ações e Tarefas / Metodologia de Trabalho

Metas ou Resultado Esperados:

- Na 1ª semana após a implantação do projeto, todos os envolvidos do 4º ano deverão mobilizar-se antes da sua implantação para atender a maioria.
- Convidar a comunidade para a palestra.

Ações: Debater, pesquisar, levantar dados estatísticas sobre o tema, promoção sobre o debate a partir do tema comunicado a comunidade de palestras com agentes de saúde e outros que atendem a comunidade Santo Antônio

- Visitas às casa na comunidade para conscientizar sobre os melhores alimentos e o plantio de ervas medicinais.
- Construir maquetes e produzir;
- Textos sobre o Tema.

Ações: Palestras, visitas, mutirão, ensaio de Teatro.

Tarefas: Realização da Palestra, plantio de ervas medicinais na horta da escola e montagem do mural com figuras: de alimentos essenciais à Saúde. Ao final da 3ª semana e no início da 4ª semana de implantação do projeto, Todos os materiais confeccionados pelos alunos deverão ser apresentados e expostos.

É importante para o alcance do objetivo:

A comunidade e a escola estejam conscientes da boa alimentação para que sejam saudáveis e das doenças mais comuns da nossa comunidade e a maneira de combatê-las utilizando plantas medicinais.

Cronograma de Execução e distribuição das responsabilidades.

Ação: Reunião com os alunos e comunidade escolar para a apresentação do projeto; Elaboração do calendário para as atividades; Providenciar materiais pedagógicos; Para desenvolver o projeto o professor deverá iniciar a conversa informal para incentivar os alunos a expressarem oralmente tudo o que sabem sobre o tema.

Projeto

Título: Aprender Brincando.

Subtema: Cultura Local.

Problematização:

Moramos em uma comunidade onde a cultura local é muito expressiva, comunidade esta remanescente do Quilombo. Percebemos que esta rica cultura tem se

perdido ao longo do tempo. Diante dessa realidade o que pode ser feito para um resgate cultural dessa comunidade?

Objetivo Geral.

Valorizar a identidade cultural da comunidade de Santo Antônio, tendo como foco as brincadeiras e cantigas de infância.

Objetivos Específicos:

- Valorizar a identidade local tendo como foco as danças, música, festas religiosas, parlendas, adivinhas etc.
- Identificar as características específicas de cada brincadeira.
- Reconhecer o valor das brincadeiras no mundo das crianças.
- Motivação
- Alcançar os direitos próprios da comunidade Quilombola.
- Valorização da Cultura Local que está se perdendo.
- Conhecimento Prévio
- Fazer um levantamento das brincadeiras, cantigas que fazem parte do cotidiano das crianças.

Justificativa

Sabemos e afirmamos que o sucesso da Escola depende da interação escola x comunidade. É através desse projeto que pretendemos interagir com mais confiança tendo recebendo a participação ativa dos pais na escola.

Temos também a certeza que aprenderemos cada vez mais sobre o determinado assunto e poderemos repassar para aqueles que não conhecem, ou seja, não valorizam as belezas da cultura local.

Porque este Projeto.

O projeto tem como finalidade comemorar de uma forma reflexiva, criativa e prazerosa a cultura local, por intermédio das atividades desenvolvidas. Pretende criar oportunidades para que os alunos e professores, enfim toda comunidade escolar, conheça a trajetória da cultura do povo da comunidade local e sinta-se parte dela.

O que queremos saber.

O que os antepassados deixaram para a comunidade e se perdeu ao longo do tempo.

Português: Músicas textos e linguagem oral

Historia: pesquisas, debates

Geografia: espaço: escola, moradia etc

Religião: Festas Religiosas

Artes: dança

Equipe:

- 1- José Geraldo M. dos Passos
- 2- Lúcia Leite Libânio Marinho

PROJETO: PLANTANDO E CULTIVANDO RAIZES

Subtema: Plantas Medicinais.

Dados da Escola: Escola Municipal Santo Antônio

Localização: Zona Rural

Nível de Modalidade de Ensino Ministrado: Pré-escola à EJA.

Duração do Projeto: Abril a Setembro.

Responsável pelo projeto: José Geraldo M. dos Passos.

Justificativa:

Vários “causos” já foram registrados em nossa comunidade como é o caso da gripe, dor de cabeça, dor de barriga, ferimentos e entre outras. Diante do quadro de descaso com a saúde pública e dos baixos índices de informação da população de baixa renda e da constatação de que tal população concentra-se em zona rural, como a nossa, não poderíamos nos omitir de enfrentar esta situação com uma cultura de “cura local”.

Assim, a escola não poderia abster-se do papel de formadora de opiniões de formação de cidadãos críticos, reivindicadores, conscientes e atuantes de mobilizar-se juntos à comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do ser humano em geral e dos menos esclarecidos em particular, indicando-lhes e proporcionando-lhes meios de prevenirem-se contra doenças e manterem sempre o uso de plantas medicinais que são passadas de pais pra filho, por gerações.

Objetivo Geral:

Conscientizar a comunidade de Santo Antônio sobre a cura das doenças com o uso de ervas medicinais da “cura local”. Despertar nos alunos o espírito crítico, conscientizando-os, discutindo nossos problemas e apontando soluções para tais.

Objetivos Específicos:

- Adaptar posturas na escola em casa e na comunidade que favoreçam a relação do homem com a natureza e em seus próprios benefícios;
- Conscientizar os alunos nos processos do plantio de curas medicinais;
- Estimular os alunos nos processos da fabricação de chás de ervas medicinais;
- Observar e fazer comparações das ervas medicinais e as ervas tóxicas;
- Identificar os tipos de doenças mais comuns em nossa comunidade e o modo de combatê-las com, ervas medicinais.

Abrangência do Projeto:

Alunos do EJA (Educação Jovens e Adultos).

Estratégias de Ação:

- Oficinas de chás feitas com ervas medicinais;
- Oficinas de artes (confecção de cartazes e faixas);
- Atividades multidisciplinares: recortes de jornais, revistas, confecção de livros, receitas, colagem de plantas medicinais.

Metas ou resultados/ Ações e Tarefas/ Metodologia de trabalhos:

Na primeira semana após a implantação do projeto todos os envolvidos da EJA deverão mobilizar-se antes da sua implantação para adesão da maioria. Convite /a comunidade para a palestra.

Ação 1: Debater, pesquisar, levantar dados estatísticos, convidar pessoas para palestras para o esclarecimento das doenças da região.

Tarefas: Introdução do tema, coleta do material sobre o tema, promoção sobre debate a partir do tema comunicando a comunidade local; Realização de palestras com a professora Maria do Carmo que atende as comunidades vizinhas ensinando como combater as doenças com ervas medicinais; Visitas em algumas casas mais próximas a fim de conscientizar o plantio de ervas medicinais.

Ação 2: Palestras, visitas e mutirão.

Tarefas: Realização da palestra, plantio de ervas medicinais na horta da escola. Ao final da 3ª e no início da 4ª semana de implantação do projeto, todos os materiais confeccionados pelos alunos deverão ficar expostos após as apresentações; Podendo haver a participação da totalidade dos alunos e professores durante todo o trabalho; Dessa forma, as oficinas sobre o tema estejam prontas para serem exibidas; Por fim, a escola e comunidade estejam conscientes das doenças mais comuns da nossa comunidade e a maneira de combatê-las usando ervas medicinais.

Cronograma da Execução e distribuição de responsabilidades

Ação I:

- Reunião com os alunos e comunidade escolar para apresentação do projeto;
- Elaboração do calendário;
- Providenciar materiais pedagógicos;

Disciplinas abordadas:

1. Português: textos formativos, informativos, receitas entre outros;
2. Matemática: os dados serão obtidos durante o projeto – quantidades de mudas produzidas serão trabalhadas sobre a forma de problemas e desafios. Sistemas de medidas, gráficos;
3. Ciências: Os alunos serão incentivados a trabalhar em grupos para resolver algumas questões, trazendo de casa algumas receitas de chás de ervas medicinais; apresentar as receitas em sala, com a escolha de uma delas para ser feitas no decorrer de uma aula;
4. História e Geografia: Como era antes a nossa comunidade, para desenvolver um projeto interdisciplinar o professor deve iniciar uma conversa com os alunos para que eles possam expressar oralmente tudo que sabem sobre o tema.

4. RESULTADOS E PROPOSTAS

Este projeto não tem a pretensão de ser terminado, muito pelo contrário, tem a intenção de ser apenas o início de uma nova batalha travada por esta comunidade, uma luta que, sem sombras de dúvidas, faz parte da identidade e da cultura desta população.

Na culminância do projeto é feita uma exposição que pretende dar conta de boa parte de todo o material colhido em sala de aula pela própria vivência dos alunos e seus parentes. Este material agora vira uma coisa mais palpável, mais sólida, mas visual, tendo como importância fornecer dados e informações para que os alunos, sejam eles crianças ou adultos, possam perceber que esta cultura faz parte de sua vida. (VER EM ANEXO AS FOTOS).

Nossa intenção com este projeto também é buscar captar recursos de projetos e programas governamentais, para isso o projeto visa manter-se inteirado de editais lançados para que a escola participe dos mesmos. Assim como ajudar a comunidade na busca de seu reconhecimento como uma comunidade quilombola, perante a Fundação Cultural Palmares.

**ANEXO 3 – CARTAS DE AUTORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS
DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS, PARA O USO DE
SUAS FALAS.**

Serão colocadas nesse anexo também as autorizações das pessoas que foram meus informantes, cuja participação vale aqui destacar.

Carta de Autorização

Eu Maria Virgem Félix Claudino, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

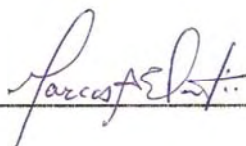
Maria Virgem Félix Claudino

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Marco Antônio Estevam de Castro, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

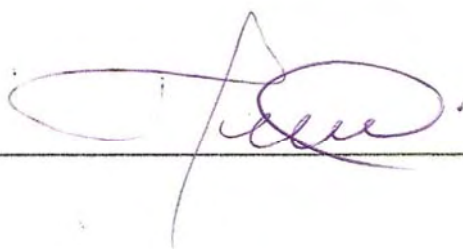


Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu ROBSON FERNANDES CHASSIN, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.



Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Francisca Sales Gonçalves, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Francisca Sales Gonçalves

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Francisco das Graças Gonçalves, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Francisco das Graças Gonçalves

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Neirton Moura Fernandes, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Neirton de Moura Fernandes

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Silvia Fernandes de Assis, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Silvia Fernandes de Assis

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Maria das Dores dos Anjos Silva, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Maria das Dores dos Anjos Silva

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Neusa Félix Nicácio, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Neusa Félix Nicácio

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Maria do Carmo da Silva Coelho, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Maria do Carmo da Silva Coelho

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Lucia Leite Libônio Marinho, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Lucia Leite Libônio Marinho

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Jose Arlindo dos Santos, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Jose Arlindo dos Santos

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Lurdes Virgem Félix Teixeira, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Lurdes Virgem Félix Teixeira

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Maria das Graças Nicássio Teixeira, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Maria das Graças Nicássio Teixeira

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu José Geraldo Marcos, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

José Geraldo Marcos

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu José Cláudio Guimarães Gonçalves, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

José Cláudio Guimarães Gonçalves

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Terezinha Teixeira de Paula, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

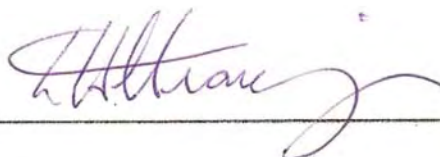
Terezinha Teixeira de Paula

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.



Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu NELMA DE CÁSSIA SOUZA, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Nelma de Cássia Souza

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Maria Félix Nicássio, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa - MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

X Maria Félix Nicássio

Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Terezinha Ciriaca _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.



Piranga
Setembro/2008

Carta de Autorização

Eu Inês Sérgio Pereira, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

A handwritten signature and a circular stamp are visible above a horizontal line. The signature is dark and somewhat illegible, and the stamp is a circular seal with some text inside, though it is not clearly readable.

Piranga
Setembro/2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
PROJETO DE MESTRADO:

Carta de Autorização

Eu EDUARDO SÉRGIO GUIMARÃES declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa-Minas Geras e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão que terá minha firma reconhecida em cartório.



Piranga
Agosto/2008

Carta de Autorização

Eu Tereza Ciniaca, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-graduação de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Ícaro Trindade Carvalho, matrícula. 43216, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.



Piranga
Setembro/2008

ANEXO 4: FOTOS DE ALGUNS ENTREVISTADOS



Terezinha Ciriaca, Lado, Dona Inês. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. 2008.



Maria Virgem Félix Claudino, Maria Félix Nicássio e Lurdes Virgem Félix Teixeira. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. 2008.



Neuza Félix Nicássio, Luis Helvécio, Magá, Nelma, ao fundo Tiazinha, e Marcos da EMATER. Autor: Ícaro Trindade Carvalho. Pesquisa de campo. 2008.